

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial

Carolina dos Santos Nunan

**AS VAGAS ATLÂNTICAS E A ONDA DE RETORNO: MOVIMENTOS
MIGRATÓRIOS DE PORTUGAL PARA O BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI**

Belo Horizonte

2012

Carolina dos Santos Nunan

**AS VAGAS ATLÂNTICAS E A ONDA DE RETORNO: MOVIMENTOS
MIGRATÓRIOS DE PORTUGAL PARA O BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Duval Magalhães Fernandes

Co-orientador: Prof. Dr. João Alfredo dos Reis Peixoto

Belo Horizonte

2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

N972v Nunan, Carolina dos Santos
As vagas atlânticas e a onda de retorno: movimentos migratórios de Portugal para o Brasil no início do Século XXI / Carolina dos Santos Nunan. Belo Horizonte, 2012.
166f. : il.

Orientador: Duval Magalhães Fernandes
Coorientador: João Alfredo dos Reis Peixoto.
Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial.

1. Migração – Portugal - Brasil. 2. Mercado de trabalho. 3. Trabalhadores. I. Fernandes, Duval Magalhães. II. Peixoto, João Alfredo dos Reis. III. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial. IV. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 325(469)

Carolina dos Santos Nunan

**AS VAGAS ATLÂNTICAS E A ONDA DE RETORNO: MOVIMENTOS
MIGRATÓRIOS DE PORTUGAL PARA O BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Prof. Dr. Duval Magalhães Fernandes (Orientador)

Prof. Dr. João Alfredo dos Reis Peixoto (Co-orientador – UTL/ISEG)

Prof. Dr. José Irineu Rangel Rigotti (UFMG)

Prof. Dr. Alexandre Magno Diniz (PUC MINAS)

Prof. Dr. Mauro Macedo Campos (UENF)

Belo Horizonte, 07 de março de 2012.

*Ao meu filho,
que está por chegar...*

AGRADECIMENTOS

Ao longo deste período em que estive desenvolvendo esta tese, contei com muitas contribuições que considero essenciais para a conclusão desta etapa.

Quero agradecer, em primeiro lugar, ao meu orientador, o Prof. Duval Magalhães Fernandes, que esteve junto comigo desde os tempos do Mestrado, concluído em 2006. Sua contribuição foi fundamental para que eu chegasse até aqui, gerando oportunidades que jamais acreditei que pudesse alcançá-las. Não posso deixar de registrar o incentivo ao Doutorado Sanduíche, que se concretizou e se tornou uma das melhores lembranças da minha vida.

Durante o período em que estive em Portugal, por meio da Universidade Técnica de Lisboa/ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão, contei com a orientação do Prof. João Alfredo dos Reis Peixoto, que também merece meus agradecimentos pela atenção, paciência e aprendizado. Foram várias as sugestões de encaminhamento da pesquisa e bibliografia.

Agradeço ao meu marido, Bergson Toledo, pela tolerância nas minhas ausências, por ter feito o “sacrifício” de cruzar o Atlântico três vezes para me encontrar e pelo companheirismo, principalmente nesta fase final de elaboração de Tese.

Neste período, conquistei alguns amigos que não posso deixar de citar, pois contribuíram muito para esta etapa e tenho certeza de que irão participar de outras que virão: Esther Lage, Maria Augusta Tavares, Juliana Iorio, Profa. Beatriz Padilla e Antônio Oscar Goes.

Agradeço ainda aos Professores e Funcionários do Programa, em especial ao Prof. Oswaldo Bueno Amorim Filho e ao Prof. Alexandre Diniz, que sempre acreditaram em mim.

Por último, e não menos importante, agradeço a Deus pela vida, aos meus pais, Euler e Vanessa, pelo apoio incondicional, aos meus irmãos, Gustavo e Marina, aos cunhados Roberta e Davi, aos meus sobrinhos Lucas e Laura, ao meu filhote Guga Nunan, às minhas avós, Carmélia e Maria José, à minha madrinha, Jussara, e às minhas tias Elaine e Elzília.

*De tudo, ficaram três coisas:
a certeza de que estamos sempre começando,
a certeza de que é preciso continuar,
a certeza de que seremos interrompidos antes de terminar.
Portanto, devemos fazer da interrupção um caminho novo,
da queda, um passo de dança,
do medo, uma escada,
do sonho, uma ponte,
da procura, um encontro.
(SABINO, 2006).*

RESUMO

A emigração brasileira inciou-se, de forma massiva, na década de 1990. Considerada como uma década de crise econômica após abertura de mercado, com alta inflação e falta de perspectivas, muitos brasileiros decidiram tentar a vida no exterior, principalmente nos Estados Unidos, Reino Unido e Portugal. Naquele momento, até os últimos anos deste século, os países considerados receptores ofereciam mercados de trabalho atraentes em setores que, normalmente, eram rejeitados por seus cidadãos, com áreas relacionadas à limpeza e construção civil. A proposta desta tese é analisar o fluxo Brasil-Portugal. Portugal, que assim como o Brasil, porém em ordem inversa, passou de exportador para importador de mão de obra, se consolidou como um dos destinos preferenciais dos brasileiros, uma vez que aparenta oferecer afinidades socioculturais, linguísticas e por fazer parte da zona do Euro. O que mais instigou este estudo foi o surgimento da Crise Internacional ao final do ano de 2008, que, numa primeira hipótese, teria abalado os planos dos imigrantes brasileiros, uma vez que extinguiu postos de trabalho e reduziu a capacidade produtiva dos países, aproximando-os de uma possibilidade de retorno ao Brasil. Portanto, numa primeira hipótese, a existência de um fluxo intenso de retorno ao Brasil era um fato e deveria ser analisada, para que políticas públicas pudessem ser propostas. A pesquisa exploratória foi realizada em Portugal, no período de dezembro de 2010 a julho de 2011 e foi motivada por uma pesquisa quantitativa, realizada em duas regiões do estado de Minas Gerais conhecidas como polo de emigração, com 324 imigrantes já retornados, no período de 2009-2010 e financiada pela FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais. Os resultados indicam uma desaceleração do fluxo de entrada em Portugal e uma tendência de fortalecimento do fluxo de saída, não explícita em dados oficiais, mas bem clara pelos indícios registrados nos depoimentos.

Palavras-chave: Migração internacional. Mercado de trabalho. Trabalhadores. Reintegração.

ABSTRACT

The Brazilian emigration starts so massive, in the 1990s. Considered as a decade of economic crisis after market opening, with high inflation and lack of prospects, many Brazilians decided to try living abroad, mainly in the U.S., UK and Portugal. At that moment, until the last years of this century, countries considered receivers offer attractive labor markets in areas that normally were rejected by its citizens in areas related to cleaning and construction. The purpose of this thesis is to analyze the flow between Brazil and Portugal. Portugal, like Brazil, but in reverse, started from exporter to importer of labor, has established itself as one of the preferred destinations of the Brazilians, as seems to offer a socio-cultural affinities, language and join the Euro zone. What else instigated this study was the emergence of the International Crisis at the end of 2008, as a first hypothesis, would upset the plans of Brazilian immigrants, once extinguished jobs and reduced the productive capacity of countries, approaching the possibility of a return to Brazil. Therefore, a first hypothesis, the existence of a heavy flow back to Brazil was a fact and should be analyzed, so that public policy could be proposed. Exploratory research was carried out in Portugal, from December 2010 to July 2011 and was motivated by a quantitative study conducted in two regions of Minas Gerais known as a center of emigration, with 324 immigrants have returned during the period 2009-2010 and funded by FAPEMIG – Foundation for Research Support of Minas Gerais. The results indicate a deceleration of the inflow in Portugal and a tendency to strengthen the flow of output, not explicit in official figures but clear in the statements recorded by the evidence.

Keywords: International migration. Work market. Workers. Reintegration.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Distribuição da migração internacional nas regiões metropolitanas de SP e RJ (2000).....	55
TABELA 2	Ocupações dos solicitantes de autorizações permanentes (2006-2010).....	57
TABELA 3	Ocupações dos solicitantes de autorizações temporárias (2006-2010).....	57
TABELA 4	Autorizações concedidas a estrangeiros por unidade federativa (2006-2010).....	58
TABELA 5	Autorizações concedidas por país de origem (2006-2010).....	59
TABELA 6	Cinco principais nacionalidades dos vistos concedidos por estados selecionados (2006-2010).....	60
TABELA 7	Autorizações concedidas a estrangeiros por escolaridade (2006-2010).....	61
TABELA 8	Número de pessoas nascidas em Portugal por principais municípios brasileiros de residência, segundo o sexo (2000).....	68
TABELA 9	Principais países de destino da emigração brasileira (2008-2009).....	70
TABELA 10	Desemprego registrado por ocupações em Portugal (dez. 2010).....	80
TABELA 11	Total de prorrogações de vistos de longa duração e principais países de origem dos beneficiados (2005-2006).....	93
TABELA 12	Principais nacionalidades por sexo e número de títulos de residência concedidos em Portugal (2010).....	94
TABELA 13	População estrangeira por faixa etária em Portugal (2010).....	95
TABELA 14	Distribuição geográfica dos imigrantes brasileiros em Portugal, por sexo (2008-2009).....	98
TABELA 15	Candidatos embarcados por nacionalidade, segundo OIM (2007-2011).....	120

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Entidades governamentais e não governamentais entrevistadas em Portugal (2011).....	24
QUADRO 2	Classificação dos países quanto às políticas de integração de imigrantes, segundo MIPEX (2011).....	82

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Taxas médias de crescimento do Brasil (1961-2010).....	48
GRÁFICO 2	Taxas médias de desemprego no Brasil (2003-2011).....	49
GRÁFICO 3	Número de autorizações de trabalho concedidas aos estrangeiros no Brasil (1993-2010).....	56
GRÁFICO 4	Movimentos anuais de portugueses no Brasil e no mundo (1930-2010).....	67
GRÁFICO 5	Volume total anual de remessas enviadas por brasileiros residentes no exterior por país de origem dos envios, em USD milhões (1995-2009).....	74
GRÁFICO 6	Valor médio mensal das remessas enviadas ao Brasil, por país de origem dos envios, em USD milhões (1995-2009).....	74
GRÁFICO 7	Volume de remessas recebidas no Brasil (2008).....	75
GRÁFICO 8	Taxa de crescimento do PIB da União Europeia e de Portugal (1996-2012).....	78
GRÁFICO 9	Taxa de desemprego em Portugal (2002-2010).....	79
GRÁFICO 10	Evolução da população estrangeira em Portugal (1975-2010).....	90
GRÁFICO 11	Principais nacionalidades de estrangeiros residentes em Portugal (2010).....	90
GRÁFICO 12	Número de autorizações de permanência concedidas e prorrogadas (2001-2007).....	92
GRÁFICO 13	População estrangeira por sexo em Portugal (2010).....	95
GRÁFICO 14	Volume anual de remessas enviadas pelos imigrantes residentes em Portugal (1996-2010), em milhões de euros.....	96
GRÁFICO 15	Variação cambial entre Real e Euro (1999-2010).....	97
GRÁFICO 16	Motivos dos entrevistados em Portugal para retornarem ao Brasil (2011).....	116
GRÁFICO 17	Motivos dos entrevistados em Portugal para permanecerem em Portugal (2011).....	116
GRÁFICO 18	Evolução do número de candidatos ao programa de retorno voluntário, segundo OIM (2007-2011).....	121
GRÁFICO 19	Número de inscritos totais, retornados e inscritos brasileiros no PRV, segundo OIM (2009-2010).....	121

LISTA DE MAPAS

MAPA 1	Mapa político de Portugal (2010).....	22
MAPA 2	Distribuição de brasileiros pelo mundo (2009).....	69
MAPA 3	Distribuição geográfica da população estrangeira residente em Portugal (2010).....	91
MAPA 4	Estados brasileiros de origem dos imigrantes brasileiros em Portugal (2009).....	100

LISTA DE SIGLAS

ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural
ALCC – Associação Lusofonia Cultura e Cidadania
CAPES – Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNAI – Centro Nacional de Apoio ao Imigrante
CLAI – Centro Local de Apoio ao Imigrante
FAPEMIG – Fundo de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
INE – Instituto Nacional de Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MIPEX – Migrant Integration Policy Index
MRE – Ministério das Relações Exteriores
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OIM – Organização Internacional para as Migrações
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PRV – Programa de Retorno Voluntário
PIB – Produto Interno Bruto
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SEF – Serviço para Estrangeiros e Fronteiras

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO.....	20
2.1 Pesquisa qualitativa.....	21
2.1.1 Área de estudo.....	21
2.1.2 Coleta de dados.....	22
2.1.3 Definição da amostra.....	24
2.1.4 Tratamento dos dados.....	26
3 REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE MIGRAÇÃO INTERNACIONAL.....	28
4 PANORAMA BRASILEIRO.....	48
4.1 Contexto socioeconômico.....	48
4.2 Contexto das políticas públicas voltadas à migração.....	49
4.3 Imigração e brasileiros no exterior.....	52
4.3.1 Imigração para o Brasil.....	52
4.3.2 Comunidade portuguesa no Brasil.....	62
4.3.3 Emigração brasileira.....	68
5 PANORAMA PORTUGUÊS.....	77
5.1 Contexto socioeconômico.....	77
5.2 Políticas de imigração e integração de imigrantes.....	81
5.3 Estrangeiros em Portugal.....	84
5.3.1 Perfil da comunidade brasileira em Portugal.....	97
6 FLUXO DE RETORNO: ANÁLISE DOS ESTUDOS REALIZADOS.....	101
6.1 Inquérito qualitativo dos imigrantes brasileiros em Portugal.....	101
6.1.1 Fluxo de entrada e legislação.....	102
6.1.2 Mercado de trabalho.....	106
6.1.3 Fiscalização do SEF.....	108
6.1.4 Apoio social do governo, políticas públicas e associações de imigrantes.....	111
6.1.5 Fluxo de retorno.....	114
6.1.6 Perspectivas.....	117
6.2 Programa de retorno voluntário – OIM.....	118
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS.....	131
APÊNDICES.....	140
ANEXO.....	163

1 INTRODUÇÃO

Esta tese tem a difícil tarefa de identificar e analisar um possível fluxo de retorno de imigrantes brasileiros vindos de Portugal.

O estudo teve a sua origem em ideia surgida durante a participação em projeto de pesquisa que tratava da migração de retorno no Estado de Minas Gerais¹. Daquele momento se colocava a questão de se tentar conhecer, no país de destino, o que motivava esse movimento de retorno e que implicações eram esperadas por esses retornados quando da chegada ao Brasil.

A proposta do presente trabalho é fazer um levantamento da relação migratória entre Portugal e o Brasil, partindo de uma análise da situação econômica e migratória desses dois países e detendo-se com maior precisão na análise da atual situação dos brasileiros em Portugal.

Nesse processo, além de informações secundárias, se fez uso de levantamento de informações primárias por meio de entrevistas com autoridades portuguesas e imigrantes brasileiros residentes no país.

De uma maneira geral, considera-se que as razões econômicas sejam as mais relevantes na tomada de decisão, tanto no momento de emigrar, quanto no de retornar. As teorias avançam para tentar explicar o ato de migrar, mas nenhuma delas é capaz de explicar esse fenômeno por si só. Daí a importância de se buscar conhecer, no campo, as razões e justificativas que são colocadas pelos atores maiores desses deslocamentos – os próprios migrantes.

A abordagem neoclássica vê no esforço individual que busca maximizar rendimentos, através da melhoria de renda, a razão para os deslocamentos. Uma das críticas a essa abordagem, defendida por Castles (2005), seria a “nova economia das migrações laborais”, em que argumenta que as migrações não podem ser explicadas simplesmente pelas diferenças de rendimento entre dois países, mas, também, devem ser considerados nas análises outros fatores, como as oportunidades de encontrar emprego, a disponibilidade de capital para iniciar uma atividade empresarial e a necessidade de gerir riscos em longo prazo. Além de outras críticas, aponta principalmente a questão do envolvimento de familiares num processo de

¹ Pesquisa “Perfil dos imigrantes internacionais de retorno” – Fundo de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Processo número: APQ-01625-10).

decisão coletiva e não individual. Já na Teoria dos Sistemas Migratórios, a lógica envolve realidades de dois ou mais países, levando em consideração suas ligações, sejam elas econômicas, culturais, políticas ou outras. Massey et al (1993) diz que a Teoria dos Sistemas Mundiais decorre dos processos de globalização e penetração dos mercados, além das fronteiras nacionais. Essa teoria abandona a decisão de micronível, o que se considera como ponto em comum com a Teoria sobre Mercado Dual de Trabalho. Porém, esta última vê o início do movimento migratório como resultado de uma economia industrial moderna. Já autores como Singer analisam o fenômeno migratório como social, considerando as classes sociais, que estão inseridas nos processos social, econômico e político ao migrar. Essa ideia constitui-se como a base da Teoria Histórico-Estrutural, que vai exaltar os ditos fatores de expulsão e atração, conhecidos também como “oportunidades econômicas”. E, assim, surge a Teoria das Redes Sociais que vão suportar os fluxos, na medida em que contribuem para a adaptação do imigrante e que darão origem à “indústria das migrações”, chamada por Castles, constituída por organizações de recrutamento, agentes, coiotes e outros intermediários. Os aspectos sentimentais não são apontados em nenhuma Teoria existente, principalmente quando se fala em retorno e levam-se em conta os laços criados na região de destino.

Este estudo procura contribuir nas discussões do tema da migração internacional, baseando-se em percepções relatadas pelas autoridades, por autoridades de ONG's, por acadêmicos e investigadores e pelos próprios imigrantes.

No processo de coleta de dados da pesquisa financiada pela FAPEMIG, o imigrante retornado às regiões de Teófilo Otoni e Poços de Caldas, juntamente com suas autoridades e ONG's, relataram sua visão após retorno e a importância desse fluxo para o desenvolvimento regional, o que direcionou ao interesse do levantamento em Portugal. Segundo Bilborrow (1988), a melhor maneira de se captar o fenômeno migratório seria por meio de pesquisas amostrais específicas, dadas as restrições inerentes aos levantamentos censitários. Para estudar os determinantes da migração, uma informação necessária seria relativa ao tempo no qual a decisão de migrar foi tomada. Portanto, verificar a razão do retorno e entender o “imaginário” dos imigrantes quanto à possibilidade de voltar ao país de origem se tornaram a justificativa deste estudo. A questão central seria: O retorno já estaria sendo captado por todos ou não? Como reage cada um dos representantes dos segmentos? A crise internacional global seria fator motivador e decisivo para o retorno?

O foco desta tese seria empreender uma reflexão sobre esse fenômeno, baseando-se nas histórias de vida dos imigrantes, na opinião das autoridades e sociedade civil, bem como numa descrição breve dos cenários atuais dos dois países envolvidos.

Com a busca por um entendimento mais profundo dessa realidade, seria possível analisar as motivações dos imigrantes para o retorno e sua readaptação, paralelamente às teorias econômicas existentes, e contribuir no estabelecimento de políticas públicas para a readaptação desses imigrantes retornados.

2 METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Para identificar e analisar o fluxo de retorno de imigrantes brasileiros vindos de Portugal, foi necessário um estudo exploratório que abrangeu as pesquisas de documentos, publicações e levantamento de cunho qualitativo.

Ao tomar como ponto de partida a pesquisa quantitativa, que não é objeto dessa tese, mas serviu de ponto de partida e inspiração para esta, procurou-se identificar quais pontos que levantados no questionário aplicado poderiam direcionar a construção dos roteiros de entrevista e as temáticas que deveriam ser abordadas.

Vale esclarecer que a pesquisa quantitativa foi realizada em 2009, quando houve a aplicação de 324 questionários nas regiões de Teófilo Otoni e Poços de Caldas, com o apoio financeiro da FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Processo número: APQ-01625-10). A amostra foi constituída por emigrantes retornados a partir de 2000 e o questionário foi composto por 59 questões divididas em identificação do entrevistado, processo migratório e avaliação sobre a experiência migratória.

Serviu de aporte à pesquisa qualitativa realizada em Portugal, mais precisamente na cidade de Lisboa, no período de janeiro a julho de 2011, através de entrevistas e análise documental. Para essa fase, houve financiamento da CAPES – Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Processo número: 3911-10), através do PDEE – Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior.

De acordo com Pope e Mays (1995), os métodos qualitativos e quantitativos não se excluem, embora se difiram quanto à forma e à ênfase. Jick (1979) chama a combinação de métodos quantitativos e qualitativos de “triangulação”, que pode estabelecer conexões entre as descobertas obtidas por diferentes fontes, ilustrá-las e torná-las mais compreensíveis; pode também conduzir a paradoxos, dando nova direção aos problemas a serem pesquisados, o que pode provocar o redirecionamento da pesquisa.

Morse (1991) ressalta que, na fase de coleta de dados, a interação entre os dois métodos é reduzida, mas, na fase de conclusão, eles se complementam. Combinar técnicas qualitativas e quantitativas torna a pesquisa mais forte e reduz os problemas de adoção exclusiva de um desses grupos.

Rocha-Trindade (1995) cita que a análise de conteúdo quantitativa e qualitativa não são mutuamente exclusivas e que o investigador poderá recorrer a ambos os procedimentos no processo de análise dos dados recolhidos.

Duffy (1987, p.131) indica como benefícios da utilização dos métodos qualitativos e quantitativos:

- a) possibilidade de congregar controle dos vieses (pelos métodos quantitativos) com compreensão da perspectiva dos agentes envolvidos no fenômeno (pelos métodos qualitativos);
- b) possibilidade de congregar identificação de variáveis específicas (pelos métodos quantitativos) com uma visão global do fenômeno (pelos métodos qualitativos);
- c) possibilidade de completar um conjunto de fatos e causas associadas ao emprego de metodologia quantitativa com uma visão da natureza dinâmica da realidade;
- d) possibilidade de enriquecer constatações obtidas sob as condições controladas com dados obtidos dentro do contexto natural de sua ocorrência;
- e) possibilidade de reafirmar validade e confiabilidade das descobertas pelo emprego de técnicas diferenciadas.

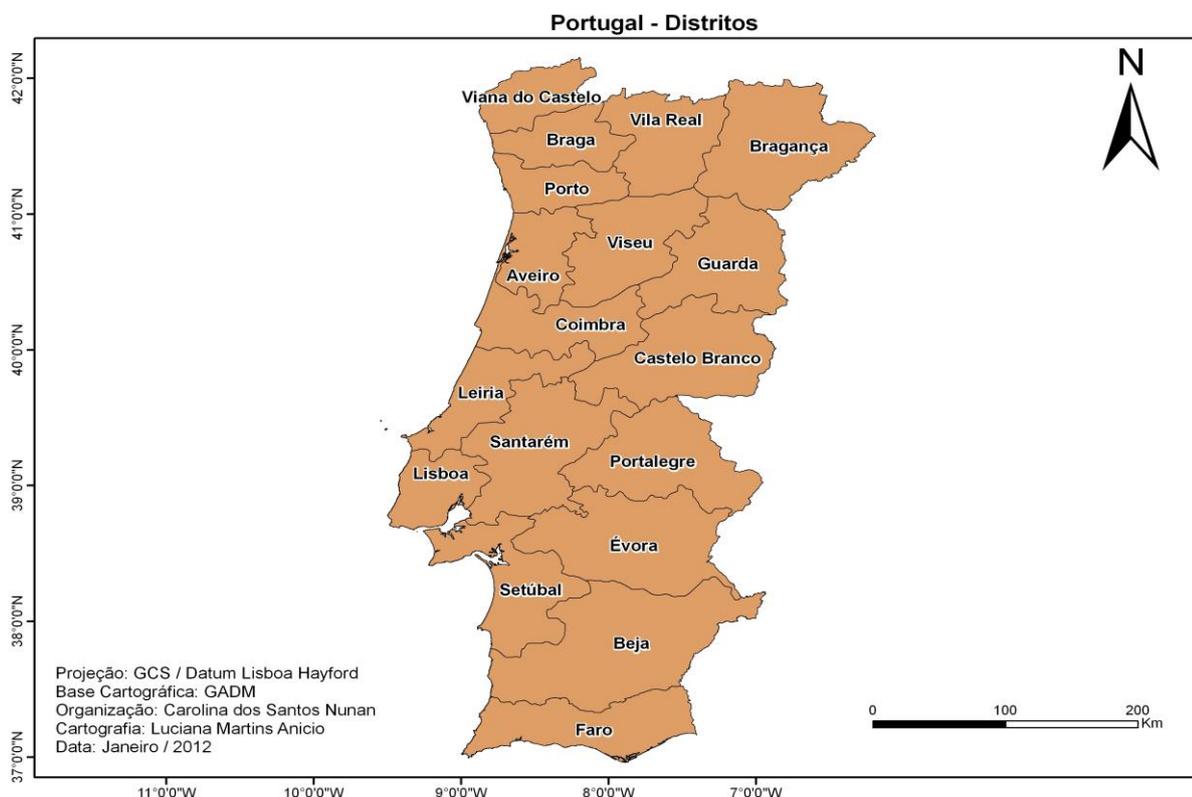
2.1 Pesquisa qualitativa

Realizada em Portugal, contou-se com o financiamento da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, através do processo número 391110-1, que reflete o PDEE – Programa de Doutorado Sanduíche com Estágio no Exterior.

2.1.1 Área de estudo

A pesquisa nesta fase se realizou em Portugal, mais precisamente na região de Lisboa. O Mapa 1 demonstra seus principais distritos.

Mapa 1 – Mapa político de Portugal (2010)



Fonte: Organizado por Carolina Nunan; cartógrafa: Luciana Martins Anício (2012)

Portugal, segundo o Banco Mundial (2010), possui 10.642.841 habitantes e ocupa uma área de 89.015 km², na parte sudoeste do continente europeu.

Sua parte continental situa-se no sudoeste da península ibérica, limitado a norte e a leste pela Espanha, e a oeste e sul pelo oceano Atlântico.

Lisboa é a capital do país e Porto, situada na foz do rio Douro, é considerada a segunda cidade, classificada como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO.

O território é dividido no continente pelo rio Tejo. Outros rios principais são: Douro, Minho e o Guadiana, que nascem na Espanha.

Possui dezoito distritos e dois arquipélagos, Açores e Madeira. (Ver mapa 1).

2.1.2 Coleta de dados

Foram utilizadas a pesquisa documental e entrevistas, que tiveram como apoio um roteiro semiestruturado (Apêndice A), contendo os temas cabíveis, que eram utilizados ou não, de acordo com o rumo da entrevista.

Para a pesquisa documental, procurou-se obter literaturas sobre migração internacional e documentos importantes referentes à inserção de imigrantes na sociedade portuguesa. Foram utilizados os seguintes documentos:

- a) a Legislação para Estrangeiros disponibilizada pelo SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- b) relatório do Programa de Retorno Voluntário desenvolvido pela OIM – Organização Internacional para as Migrações;
- c) revistas e teses publicadas pelo ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural;
- d) relatórios estatísticos anuais elaborados pelo SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- e) relatório da pesquisa quantitativa realizada em 2009 sobre o perfil da comunidade brasileira em Portugal;
- f) programa de televisão exibido pelo canal RTP, em 02 de fevereiro de 2011, chamado “Sociedade Civil”, titulado: “Os imigrantes estão a desistir de Portugal?”.

Quanto às entrevistas, foram realizadas doze entrevistas com entidades públicas e privadas e da sociedade civil, ligadas à migração, trinta e sete registradas com imigrantes, além do contato com acadêmicos e pesquisadores, como a Professora Beatriz Padilla, do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

O tempo das entrevistas variou muito e, no caso dos imigrantes, algumas foram divididas em partes, de acordo com a disponibilidade do entrevistado.

Das quarenta e nove entrevistas, apenas uma não foi presencial, realizada através de contato telefônico, devido à impossibilidade de um encontro com o entrevistado.

O local das entrevistas, em sua maior parte, foi o endereço comercial.

Rocha-Trindade (1995) aponta a utilização de entrevistas numa fase exploratória da investigação como uma particular relevância no processo global de recolha de informações no terreno.

A entrevista exploratória tem como principais objetivos fornecer ideias, pistas de reflexão e de abordagem sobre o estudo que se pretende realizar. Constitui, deste modo, uma tentativa de exploração de hipóteses de trabalho e de descobrir novas formas de equacionar o objeto de estudo. (ROCHA-TRINDADE, 1995).

As pessoas jurídicas (entidades governamentais e não governamentais) foram entrevistadas num primeiro momento, através do roteiro semiestruturado (Apêndice A), procurando deixar o entrevistado o mais livre possível para dissertar sobre os temas propostos. O Quadro 1 demonstra a relação das entidades entrevistadas.

Quadro 1 – Entidades governamentais e não governamentais entrevistadas em Portugal (2011)

Razão Social	Data da Entrevista
ACIDI/CNAI Lisboa - Gabinete de Apoio Social	05/04/2011
ALCC-Associação Lusofonia Cultura e Cidadania	04/02/2011
Consulado do Brasil	09/03/2011
Igreja Assembleia de Deus	19/04/2011
Igreja Missão Urbana	20/02/2011
Igreja Universal do Reino de Deus	20/02/2011
OIM Lisboa	09/02/2011
Packing and Go – Empresa de Transporte de bens	22/06/2011
SEF- Serviço de Estrangeiros e Fronteira	23/02/2011

Fonte: Pesquisa da autora

Além das entrevistas, foram consideradas como depoimentos as falas dos participantes do Programa “Sociedade Civil”, exibido pelo canal RTP, em 2 de fevereiro de 2011, intitulado “Os imigrantes estão a desistir de Portugal?”. Os participantes presentes foram: Casa do Brasil, OIM, ACIDI e Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

Essa fase exploratória, de acordo com Rocha-Trindade (1995), possibilita ao investigador recolher um conjunto de dados que lhe permitirá delimitar o campo de análise e problematizar o seu objeto de estudo de uma forma mais concreta. Dessa forma, as informações obtidas através das entrevistas exploratórias condicionarão o tipo de entrevistas a adotar numa fase posterior da investigação.

Na fase pós-exploratória, a entrevista irá centrar-se em torno de questões previamente definidas e que já incidem diretamente sobre aspectos específicos do objeto de estudo. O investigador utilizará neste caso o esquema de entrevista que possibilite a recolha adequada de informações, podendo optar pela utilização de entrevistas estruturadas ou não estruturadas. (ROCHA-TRINDADE, 1995).

2.1.3 Definição da amostra

Num primeiro momento, procurou-se identificar os órgãos públicos e privados que tivessem ligação com a comunidade estrangeira. No total, foram doze entrevistas, englobando

o total de nove instituições governamentais, não governamentais, empresas de prestação de serviço de transporte de mercadorias e igrejas, demonstradas no quadro anterior.

Para a identificação desses entrevistados, houve a orientação e indicação do Prof. João Alfredo dos Reis Peixoto, professor e pesquisador no ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, na área de Ciências Sociais, co-orientador desta tese.

Referente às entrevistas com os imigrantes brasileiros, foi utilizada a amostragem não probabilística por acessibilidade ou por conveniência. Esse tipo de amostra, segundo Gil (1999), é destituído de qualquer rigor estatístico. O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Em alguns casos, o método da bola de neve também foi utilizado, tendo como foco a variação da ocupação, que se caracterizou como um importante instrumento de análise. Portanto, foram feitas algumas indicações com o intuito de diversificar a amostra o máximo possível, principalmente para as ocupações de maior dificuldade de acesso, como os trabalhadores da construção civil e profissionais do sexo.

Como os imigrantes brasileiros possuem a maior representatividade dentre os presentes em Portugal, não houve dificuldades para encontrá-los, contrariando alguns eventuais desafios elencados por Beauchemin e Gónzalez-Ferrer (2011):

- a) exceto em poucos países, migrantes são uma rara população;
- b) amostragem apropriada está raramente disponível, especialmente se as características da pesquisa encontram-se na procura por migrantes indocumentados que, por definição, não estão usualmente registrados. A seleção de migrantes é mais complicada quando o objetivo da pesquisa é encontrar um grupo de origem específica: dependendo do grupo, a amostragem pode tornar-se uma pesquisa de uma “agulha no palheiro”.

Sendo assim, a comunidade brasileira pôde ser facilmente encontrada, principalmente nos centros comerciais, na restauração (restaurantes, bares e lanchonetes), na construção civil, nos táxis, nas estações de metrô e nos salões de beleza.

2.1.4 Tratamento dos dados

Das quarenta e nove entrevistas consideradas na fase exploratória do estudo, apenas nove foram gravadas, sendo apenas uma não institucional.

O segundo grupo de entrevistados, considerado como a fase pós-exploratória defendida por Rocha-Trindade (1995), contou com relatos de imigrantes brasileiros em Portugal, através de entrevistas semiestruturadas (ou semi-directiva, como é chamada em Portugal). Estas se constituíam de perguntas precisas introduzidas ao longo da entrevista e abertura para relatos livres, em que o entrevistado tem a possibilidade de falar, abertamente, sobre qualquer tópico.

[...] a entrevista semi-directiva reúne algumas características das entrevistas estruturadas e não estruturadas. Na entrevista semi-directiva, o investigador estabelece previamente um guião com perguntas abertas e flexíveis que submete ao entrevistado durante uma conversa amigável e tanto quanto possível informal. Estas perguntas servem para encaminhar a atenção do entrevistado para as áreas consideradas pertinentes e sobre as quais é necessário obter informações. (ROCHA-TRINDADE, 1995).

O ato de gravar os relatos nem sempre era viável, uma vez que poderia inibir o entrevistado, principalmente se ele estivesse em situação irregular, embora essa condição não fosse considerada “mal vista” pela sociedade portuguesa, como nos Estados Unidos ou Reino Unido, por exemplo. Além desse aspecto, deve-se levar em conta a característica da amostra não probabilística por acessibilidade ou conveniência, em que as entrevistas são realizadas, na maioria das vezes, em momentos de interação do pesquisador com os inquiridos.

Para o registro das informações, estas foram anotadas no caderno de campo e, posteriormente, tabuladas em planilha do Excel, demonstradas no Apêndice B. Os nomes descritos são fictícios e todas as informações foram baseadas nos relatos pessoais de cada entrevistado.

As principais informações coletadas foram:

- a) nome;
- b) sexo;
- c) idade;
- d) estado civil;
- e) ocupação em Portugal;
- f) nível de instrução;

- g) tempo de permanência em Portugal;
- h) influência da crise em sua vida;
- i) intenção de retorno ao Brasil.

A técnica de pesquisa designada por histórias de vida se reflete no material biográfico de pessoas intencionalmente escolhidas pela relevância, pertinência e representatividade do seu percurso vivencial relativamente a determinado objeto de estudo.

Segundo Rocha-Trindade (1995), as informações são obtidas através dos depoimentos dos próprios indivíduos, de cartas, publicações e outro material autobiográfico.

No capítulo a seguir, apresenta-se uma reflexão sobre as teorias econômicas e percepções que envolvem o fenômeno migratório.

3 REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE MIGRAÇÃO INTERNACIONAL

É fato que os movimentos populacionais sempre estiveram presentes na história da humanidade, independentemente dos motivos, como, por exemplo, alterações climáticas ou questões políticas.

Marques (2009) alega que a construção dos Estados Nacionais na Europa foi um marco importante na história das migrações, pois a extensão espacial do poder e, conseqüentemente, a delimitação das fronteiras nacionais “transformaram” muitos deslocamentos humanos em migrações internacionais. As questões como a colonização de territórios além-mar e a industrialização deram grande impulso para esses movimentos.

A busca por um marco teórico, tal como uma unanimidade entre as teorias econômicas que buscam explicar, de forma racional, os motivos que levam a uma emigração, bem como o retorno, é um fator impossível de se concluir e comprovar cientificamente, uma vez que envolve várias dimensões, dentre elas a individual, a coletiva e as sociedades de origem e destino. Não há consenso entre os estudiosos e, assim, os deslocamentos humanos sempre foram acompanhados por amplas discussões teóricas que buscavam explicar o fenômeno.

Portanto, o que se pode dizer, neste momento, é que a desigualdade econômica e social, relacionadas com renda e emprego, aparece nas pesquisas como o fator mais indicativo para uma migração.

Os séculos XVIII e XIX foram marcados pelas revoluções industriais, que introduziram novas tecnologias na produção e com isso, exigiram a quebra de monopólios e do exclusivo comercial, de acordo com Brito (1995). Com isso, gerou uma onda de instabilidade política e econômica, o que acelerou a emigração de europeus para o continente americano.

O período entre 1914 e 1945 é caracterizado como época de conflitos ou de um só conflito como na visão de Hobsbawn (2003) e crises econômicas como a de 1929, gerando ambiente hostil aos migrantes internacionais.

Após a Segunda Guerra Mundial, observou-se um aumento do fluxo migratório e mudança em suas características. Por outro lado a figura do refugiado ganha destaque com a proposição de várias convenções pelas Nações Unidas.

Segundo Massey et al (1998) seria possível identificar quatro grandes etapas no processo migratório mundial e tomaram como ponto de partida a ocupação de territórios ultramarinos pelos reinos de Portugal e Espanha. A primeira etapa foi caracterizada pela

colonização da América, África, Ásia e Oceania e incorporação de população proveniente das metrópoles europeias e da África, essa última em regime de escravidão.

A segunda etapa foi marcada pela industrialização da Europa ocidental e suas consequências. De 1800 a 1925, a escassez de terras e o aumento da pobreza levaram mais de 48 milhões de pessoas a emigrarem para outros continentes. O acelerado crescimento da população europeia, consequência das primeiras etapas da transição demográfica, a instabilidade econômica e política no continente e a existência de extensos territórios com baixa densidade demográfica, como por exemplo, a Oceania e a América, eram os ingredientes perfeitos para as migrações internacionais.

A terceira etapa registra o decréscimo da emigração europeia extracontinental, devido a eminência da Primeira Guerra Mundial e à Grande Depressão, levando muitos países adotarem medidas para eliminar a entrada de estrangeiros em seus territórios. Os fluxos migratórios internacionais nessa época limitaram-se aos movimentos internacionais de refugiados, perseguidos por questões políticas e étnicas.

A quarta etapa surgiu no período do pós-guerra, durante a década de 1960, e caracterizou-se pelo aumento e mudança de direção dos fluxos migratórios internacionais. Nesta época, como exemplo, a América Latina passa de grande receptora de imigração transatlântica para expulsora de população em direção aos países desenvolvidos, sobretudo para os Estados Unidos. Muitos países do Terceiro Mundo, destino dos fluxos na época do colonialismo e imperialismo, se transformaram em regiões de origem. Também nesta época, grande parte dos fluxos migratórios ocorreu dentro do próprio continente europeu. Muitos trabalhadores saíram dos países localizados no sul da Europa, intensivos em mão de obra (Itália, Espanha, Portugal e Grécia) e se dirigiram para o norte e o oeste europeu, países intensivos em capital e escassos em mão de obra (Alemanha, França, Bélgica, Holanda e Suécia). Já no final dos anos 60, a economia de países como Portugal, Espanha e Itália começou a se tornar intensiva em capital. A escassez de mão de obra nesses países, causada pela emigração da década anterior, fez com que a importação de trabalhadores se tornasse necessária. Assim, durante a década de 1970, numerosos imigrantes desembarcaram nesses países, oriundos principalmente do Oriente Médio e Norte da África.

Vale ressaltar que, esperava-se o retorno desses imigrantes para seus países de origem assim que as condições econômicas que causaram tal importação de mão de obra desaparecessem. Entretanto, um grande número de trabalhadores imigrantes optou por permanecer nos países de destino e requereu a entrada de membros de suas famílias, como esposas, filhos e agregados.

Castles e Miller (2009) distinguem duas fases nessa última etapa: a primeira, iniciada em 1945 e finalizada em 1973, com a crise do petróleo, quando o crescimento econômico estimulou a emigração de mão de obra na África, Ásia e América Latina e Caribe para a Europa Ocidental, América do Norte e Oceania. A segunda fase começa após 1973, quando os investimentos em capital foram deslocados dos velhos centros e formas transnacionais de população e distribuição reformularam a economia mundial. Os países industrializados passaram a receber novos tipos de fluxos populacionais e diferentes nações surgiram como receptoras de imigrantes internacionais.

Esta segunda fase, ou seja, o período subsequente aos anos 70 foi caracterizado como a época da globalização, marcada por:

- a) mudanças nos modelos de investimentos globais: aumento do capital exportado de países desenvolvidos permitiu o estabelecimento de indústrias em algumas áreas previamente subdesenvolvidas, principalmente em partes da Ásia e América Latina;
- b) revolução microeletrônica que reduziu a necessidade por força de trabalho manual na indústria;
- c) erosão de ocupações tradicionais focadas em habilidades manuais nos países altamente desenvolvidos;
- d) expansão no setor de serviços, com demanda tanto para altamente capacitados como para trabalhadores com baixa capacitação;
- e) crescimento do setor informal na economia dos países desenvolvidos;
- f) informalidade no emprego, crescimento do trabalho *part-time*, aumentando a insegurança;
- g) aumento da diferenciação de forças de trabalho com relação a sexo, idade e raça, através de mecanismos que levam muitas mulheres, pessoas jovens e membros de minorias ao trabalho casual ou informal, e que forçam trabalhadores com habilidades antiquadas a se aposentarem mais cedo.

Essas transformações influenciaram a África, Ásia e América Latina e a globalização trouxe transformações sociais no Norte e Sul, que aumentaram as pressões para migração e novas formas de mobilidade. Para Castles e Miller (2009), houve novos movimentos migratórios (nacionais e internacionais) conectados com a mudança social e econômica nos

novos países industriais, além de aumento de mobilidade internacional de pessoas com alta qualificação e também, uma proliferação de migrações ilegais e políticas de legalização.

Em 2000, 2,9% da população mundial residiam num país diferente do seu país de nascimento, segundo as Nações Unidas (2005). Segundo o Ministério das Relações Exteriores (2009), há cerca de 1,8 milhões de emigrantes brasileiros e, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (2009), estes se encontram presentes em 130 países no mundo.

As migrações internacionais se mostram registradas ao longo da história e se refletem nas evoluções dos países, seja no aspecto econômico social como no aspecto cultural e humano. Partindo de Ravenstein apud Moura (1980), considerado por muitos como o teórico primeiro a explicar a migração internacional, propõe-se analisar as causas deste fenômeno. As primeiras investigações demográficas sobre migrações fornecem o esboço do processo analítico que perdurará no campo científico por quase um século.

De acordo com a Teoria da atração e expulsão, proposta por Ravenstein (1980), as condições econômicas, sociais e políticas de um país tendem a atrair população ou a expulsá-la. Dentre os fatores de expulsão estão o elevado crescimento populacional (excedente de mão de obra que não é absorvido pelo mercado de trabalho local), a falta de oportunidades econômicas, a desigualdade de renda, regressão política e social e a pobreza (Castles e Miller, 2009). Já os fatores de atração são a demanda por trabalho, disponibilidade de terras, boas oportunidades econômicas e liberdade política.

Para Ravenstein, os fluxos gerados pela busca de melhores condições materiais de vida superam, em muito, os fluxos cujos motivos não são econômicos; e as correntes migratórias que se dirigem para centros industriais e comerciais resultam da demanda por mão de obra, o que reflete na dimensão econômica das migrações.

As sete leis propostas por Ravenstein foram revistas e adaptadas por Lee (1980). Segundo este autor, o indivíduo, após analisar o custo-benefício do movimento, decide se empreende ou não o deslocamento, em que teria como base o desenvolvimento econômico.

A migração seria uma mudança permanente ou semipermanente de residência. Não se põem limitações com respeito à distância do deslocamento, ou à natureza voluntária ou involuntária do ato, como também não se estabelece distinção entre a migração externa e a migração interna. (LEE, 1980).

Vários pesquisadores, como Lee (1980), remetem diretamente à tradição empirista e positivista de Ravenstein e garantem o avanço das análises da migração rumo à formalização ou, pelo menos, ao esboço de modelos teóricos incorporadores dos deslocamentos. São elas:

- a) migração e distância – A maioria dos migrantes se desloca a curta distância, ocorrendo, em consequência, mobilidade e deslocamentos gerais da população que produzem “correntes migratórias” que se orientam para os grandes centros comerciais e industriais absorvedores de migrantes;
- b) migração por etapas – A resultante natural dos movimentos migratórios, limitados em alcance, mas gerais em termos do País, seria que o processo de absorção ocorra da seguinte maneira;
- c) as pessoas que residem em áreas nas cercanias de uma cidade que esteja rapidamente crescendo deslocam-se para esta. Os vazios deixados pela população rural são então preenchidos por migrantes oriundos de distritos mais remotos, até que a força de atração de uma das cidades em rápido crescimento passe a ser sentida, gradativamente, nos mais afastados pontos do Reino. Consequentemente, em termos proporcionais à população natural da qual são originários, os migrantes recenseados num determinado centro de absorção crescem menos com a distância. O processo de dispersão é o inverso do de atração e apresenta características semelhantes;
- d) fluxo e refluxo – Cada corrente migratória principal produz uma corrente inversa compensatória;
- e) diferenças urbano-rurais na propensão a migrar – Os naturais das cidades migram menos do que os naturais das áreas rurais do país;
- f) predomínio das mulheres entre os que migram a curtas distâncias – As mulheres parecem predominar entre os migrantes que percorrem trajetos curtos;
- g) tecnologia e migração – O incremento dos meios de locomoção e o desenvolvimento da indústria e do comércio haviam contribuído para aumentar a migração;
- h) predomínio do motivo econômico – leis mais ou menos opressivas, tributação onerosa, clima insalubre, ambiente social incompatível e, até mesmo, coerção (tráfico de escravos, deportação para colônias penais), produziram e continuam a produzir correntes migratórias, conquanto nenhuma delas seja comparável em volume à que resulta do desejo inerente à maioria dos homens de melhorar sua situação material. (REVESTSTEIN, 1980).

As críticas às chamadas leis de Ravenstein dizem que estas resultam em simples regularidades observadas diretamente dos dados censitários e abstrações de pressupostos arbitrários deduzidos mecanicamente, ou seja, parece não distinguir entre essas proposições empíricas e dedutivas.

Para Lee (1980), o indivíduo responde aos fatores externos (principalmente econômicos) de acordo com estratégias pré-ordenadas pelos obstáculos intervenientes, ocorrendo uma espécie de “seleção natural”, quando os indivíduos são submetidos às forças econômicas, ecológicas e psicológicas, o que determinará os que serão bem sucedidos no projeto migratório.

As principais ideias preconizadas por Lee configuram o que é usualmente conhecido como a “Teoria do Fluxo e Refluxo” que teria, como principal arcabouço, os seguintes pontos:

- a) a migração tende a ocorrer, em grande parte, segundo correntes bem definidas – em parte, deve-se ao fato de que as oportunidades tendem a ser muito localizadas e, em parte, ao fato de que os migrantes, por via de regra, seguem rotas estabelecidas;
- b) para cada corrente migratória importante, desenvolve-se uma contracorrente – a própria existência de uma corrente migratória cria contatos entre os locais de origem e os de destino e propicia a aquisição de novos atributos neste último, sejam sobre conhecimentos práticos, riquezas, que, de certa forma, possibilitam retornar ao local de origem em condições vantajosas. Os migrantes passam a adquirir consciência de oportunidades existentes nos locais de origem que não haviam sido previamente exploradas, ou podem utilizar seus contatos na nova área no sentido de estabelecerem empresas comerciais na área antiga;
- c) a eficiência da corrente (razão entre a corrente e a contracorrente ou a redistribuição líquida de população feita pelos fluxos opostos) é alta quando os fatores principais do desenvolvimento de uma corrente migratória são fatores negativos que prevalecem no local de origem;
- d) a eficiência da corrente e da contracorrente tende a ser baixa quando os locais de origem e de destino são semelhantes – as pessoas que se deslocam em fluxos opostos transferem-se, em sua grande maioria, pelas mesmas razões, as quais de fato, anulam-se entre si;

- e) a eficiência das correntes migratórias tende a ser elevada quando os obstáculos intervenientes são grandes – os migrantes que vencem uma série considerável de obstáculos fazem-no por motivos prementes, não sendo tais migrações empreendidas de maneira fútil. Até certo ponto, a série de obstáculos da corrente e da contracorrente é a mesma; os migrantes de retorno enfrentam a necessidade de saltar duas vezes uma série de obstáculos praticamente desalentadores;
- f) a eficiência de uma corrente migratória varia com as condições econômicas, sendo elevada nas épocas de prosperidade e baixa nos períodos de depressão – durante os períodos de auge, as áreas comuns de destino, isto é, os grandes centros industriais e comerciais, expandem-se com rapidez e um número relativamente escasso de pessoas, migrantes de retorno e outros, move-se em direção contrária. Em períodos de crise, entretanto, muitos migrantes retornam à área de origem, enquanto outros se deslocam para áreas não industrializadas e, comparativamente, mais seguras. (LEE, 1980).

Lee propõe um esquema analítico que denominou de “fatores do ato migratório”, onde aparecem os fatores associados aos locais de origem e de destino, os obstáculos intervenientes e, por último, fatores pessoais.

Algumas ideias recentes corroboram com a Teoria do Fluxo e Refluxo, indicando rotas estabelecidas. Segundo Castillo (2003), tanto as migrações para os Estados Unidos e Canadá como aquelas que se dirigem aos países europeus se caracterizam predominantemente como sendo de Norte-Sul, por suas motivações, circunstâncias e contextos, apesar da relativa heterogeneidade interna.

Como comenta Pellegrino (2003), a emigração em direção ao Norte se converteu em um “projeto de vida” para muitos latino-americanos.

A migração tende a concentrar-se, ou ao menos ser mais visível, na direção norte-sul, devido às assimetrias entre os graus de desenvolvimento de ambos os hemisférios. (NAÇÕES UNIDAS, 2004).

A Teoria da atração e repulsão consiste na reunião de fatores econômicos, sociais e políticos que forçariam as pessoas a deixarem o próprio país, o que apoia a ideia de retorno com grande possibilidade de acontecer.

Já na década de 1990, o então comitê de migração internacional da IUSSP elaborou cuidadoso documento de revisão e avaliação das teorias de migração internacional (MASSEY

et al, 1998); os autores buscaram explicar as principais teorias de migração internacional, clarificando pressupostos e proposições-chave a elas subjacentes, buscando modelos que descreveriam o início do movimento internacional contemporâneo – identificado com o desenvolvimento da sociedade urbano industrial moderna e, em seguida, examinaram teorias que se referem à continuidade ou persistência (*perpetuation*), no tempo e no espaço, dos fluxos migratórios.

Nesse sentido, os autores consideram, inicialmente, a teoria neoclássica a chamada nova economia da migração, a teoria do mercado dual de trabalho e a teoria do sistema mundial.

Pela ótica da Teoria neoclássica, as migrações internacionais são interpretadas como um jogo de mercado, em que a mão de obra se mobiliza ao efeito dos estímulos salariais ou de rendimento (SALES, 1999).

A explicação das causas das migrações baseia-se no princípio de que o mercado de trabalho é semelhante ao mercado de quaisquer outras mercadorias, compradas e vendidas, livre e regularmente, no mercado. Sendo assim, a renda é a variável determinante e a mobilidade do trabalhador se dá em função da viabilidade da renda.

A Teoria Neoclássica se divide em duas perspectivas: macroteórica e microteórica, sendo que não há antagonismo entre elas. Ambas admitem que a migração internacional origina-se da diferença nas taxas salariais entre países e propõem que mercados de trabalho em desequilíbrio podem ter na migração um fator equilibrante.

Na perspectiva da microteoria neoclássica, a migração internacional é entendida como simples somatório de movimentos individuais; constitui uma forma de investimento em capital humano; e a decisão migratória origina-se do desequilíbrio ou da descontinuidade entre os mercados de trabalho, sendo que não existe influência direta de outros mercados. (SJAASTAD, 1980).

Nesse caso, as migrações são percebidas como ações individuais autônomas, que se movimentam livremente no mercado, correspondendo às suas demandas (NUNAN, 2005).

Já na perspectiva defendida pela macroteoria neoclássica, afirma que a migração internacional, bem como sua contraparte interna, é causada pelas desigualdades geográficas na oferta e na demanda de trabalho; desigualdades que se manifestam pelas diferenças nas taxas salariais: países com excesso de força de trabalho, em relação ao capital, têm baixos salários; e países com limitada força de trabalho, em relação ao capital, abrigam altos salários. A resultante do deslocamento populacional se dá originalmente de países com baixos salários

e com excesso de mão de obra para países com altos salários ou com escassez de força de trabalho. (HARRIS; TODARO, 1980).

Para o grupo de pesquisadores que defendem essa perspectiva (HARRIS; TODARO, 1980), os mercados de trabalho constituem o mecanismo primário para o funcionamento dos fluxos migratórios e as migrações correspondem a respostas populacionais às demandas econômicas.

A migração, vista como um fenômeno positivo, possibilita a transferência de excedentes populacionais de um setor para outro, segundo Salim (1992). E ainda ameniza as diferenças regionais, atuando como fator corretivo dos desequilíbrios socioeconômicos no espaço, através da oferta e procura entre diferentes setores e subespaços, ao incidir positivamente nos níveis de produtividade econômica e principalmente, nos diferenciais regionais quanto às condições de emprego e renda.

Ainda sob a ótica do autor, o enfoque teórico da migração como fator de equilíbrio remete às condições de mercado toda a variabilidade do comportamento econômico. Deste modo, é a desigual dotação de recursos ou de “fatores de produção” nos diversos subespaços que, ao provocar diferenciação na relação capital/trabalho, altera os níveis de produtividade do trabalho, acelerando a migração.

Dessa forma, a concepção neoclássica traz implícita, assim, a ideia de recusa da imperfeição causada pela desigualdade estrutural e de aceitação tácita das variações conjunturais, além de considerar apenas a decisão racional e a livre decisão dos indivíduos.

Outra teoria que busca a explicar a migração e se caracteriza por uma visão ampla e historicamente determinada é a Teoria Histórico-Estrutural, que se aproxima à Teoria Social.

Desenvolvida na década de 1950, engloba as análises que entendem os deslocamentos humanos como estratégia de mobilidade sujeita a constrangimentos estruturais. Foca as consequências do rápido crescimento urbano, a concentração populacional nas grandes cidades e a penetração das forças de mercado no campo. A princípio, dedicou-se ao estudo da migração interna, sobretudo à migração rural-urbana (MASSEY, 1998).

A migração é vista como um fenômeno social, no qual a unidade de análise é o fluxo composto por indivíduos de determinado grupo socioeconômico, que emana de estruturas societárias geograficamente delimitadas e não como ato soberano ou soma das escolhas individuais. A migração resulta das desigualdades regionais advindas do espaço transformado, do rearranjo espacial das atividades produtivas; daí que os determinantes e consequências da migração devem ser remetidos a outros fenômenos sociais, historicamente condicionados, que

se relacionam com o processo de mudança estrutural em determinada formação social (SINGER, 1980).

... a Teoria Histórico-Estrutural argumenta que porque o poder político é inadequadamente distribuído entre as nações, a expansão do capitalismo global acionou para as desigualdades perpétuas e reforçou uma ordem econômica estratificada. (MASSEY, 1998).

As migrações são consideradas como decisões coletivas e/ou institucionais, isto é, os migrantes não agem baseados apenas em sua decisão individual, mas é submetido às influências das forças estruturais da sociedade, da economia e da demografia.

Diferentemente das teorias econômicas, como as defendidas por Todaro (1980) e Lee (1980), relaciona os movimentos migratórios à distribuição desigual de poder econômico e político na economia mundial.

Para Singer (1980), os diferenciais salariais ou de emprego entre os países têm pouca relação com a migração internacional. Ele propõe entender os movimentos internacionais de pessoas como consequências estruturais da expansão das relações capitalistas em regiões periféricas, obedecendo a uma hierarquia política global. Essas desigualdades são resultado da reorganização espacial das atividades produtivas e existiriam fatores de expulsão e de atração. Os fatores de expulsão se manifestariam de duas formas: fatores de mudança, determinados pela introdução de relações capitalistas, aumentando a produtividade do trabalho, gerando uma redução do nível do emprego, o que geram fluxos maciços de emigração, reduzindo o tamanho absoluto da população rural; e os fatores de estagnação, associados à incapacidade de os agricultores, à insuficiência física de áreas produtivas ou monopolizadas por grandes proprietários. Já os fatores de atração, estariam nos locais de destino e orientariam os fluxos, atraídos pela demanda por força de trabalho, também visto como “oportunidades econômicas”.

Esta teoria atinge seu ápice de influência durante as décadas de 60 e 70 e ganhou uma corrente especial de cientistas sociais na América Latina como Furtado (1965, 1970) e Cardoso e Faletto (1969, 1979), observando uma deteriorização em termos de comércio entre países capitalistas ricos e nações pobres, que na realidade estavam presos por suas posições de desvantagem com estruturas geopolíticas inadequadas, com sua pobreza perpetuada. (MASSEY et al., 1998).

Num contexto um pouco diferente, a “Teoria do Mercado Dual de Trabalho” entende que a migração internacional é causada por uma demanda permanente de trabalhadores

migrantes, inerentes à estrutura econômica das nações desenvolvidas. Os principais determinantes dessa demanda são: i) a inflação estrutural²; e ii) o dualismo econômico³.

Essa teoria argumenta que a migração internacional depende da demanda por mão de obra, intrínseca às sociedades modernas industriais. Essas sociedades, na visão de Piore (1979), permanentemente demandam mão de obra estrangeira. Neste caso, os fluxos internacionais de migrantes não seriam causados pelos fatores de expulsão dos países de origem e sim, pelos fatores de atração dos países receptores de imigrantes.

O primeiro ponto a considerar seria a variável “status social”. Esta variável tem grande representatividade, uma vez que as variações salariais não ocorrem apenas pelas oscilações entre oferta e demanda de trabalho. Neste sentido, os empregadores optam por buscarem a importação de trabalhadores ao invés da utilização da mão de obra local, como uma solução fácil e barata, uma vez que os imigrantes não se importam com baixos salários, nem em executar atividades de baixa qualificação. Não há implicações para o status e prestígio.

Piore (1979) argumenta que a hipótese do mercado dual de trabalho é aquela em que o mercado de trabalho é mais bem entendido em termos de um modelo que se divide em setor primário e secundário.

A organização da economia capitalista cria uma distinção básica entre capital e trabalho a este respeito. Capital é um fator fixo de produção. Ele pode estar ocioso por flutuações de demanda, mas não pode ser demitido; os proprietários de capital são sempre forçados a suportar o custo de seu desemprego. Trabalho é um fator variável: quando a demanda declina, trabalho é simplesmente liberado. No sentido de que trabalhadores possuem sua força de trabalho própria, os proprietários do trabalho são como donos do capital: eles suportam o custo de desemprego. (PIORE, 1979, traduzido pela autora).

Ainda considerando o parágrafo acima, aos trabalhadores locais fica reservado o setor primário, com salários melhores, com maior segurança de emprego e com perspectivas de melhoria profissional. Já no setor secundário, a demanda é ocupada por trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação, que aceitam baixos salários, as condições instáveis e a falta de expectativas de melhoria social.

² A inflação estrutural teve suas origens nas teorias de desenvolvimento da América Latina, no pensamento da Comissão Econômica para a América Latina, liderada por Raul Prebisch, como tentativa de explicação das variações dos preços no nível de comércio internacional entre centro e periferia. Os chamados estruturalistas consideram que a inflação se apoia em fatores associados com as características das relações comerciais, também chamadas de Termos de Intercâmbio.

³ Divisão da economia em dois grandes setores: formal e informal ou tradicional e moderno.

Nesse sentido, englobariam no secundário as políticas de imigração, envolvendo incentivos e práticas de recrutamento desenvolvidas por governos dos países “desenvolvidos” para atender aos interesses de ambos, ou seja, dos empregadores e dos trabalhadores.

Neste momento, vale ilustrar com o Programa Braceros no ano de 1942. Instituído pelos governos de Franklin Roosevelt, dos Estados Unidos, e Manuel Camacho, do México. Este programa absorveu cerca de cinco milhões de mexicanos nos campos agrícolas dos Estados Unidos, que tiveram uma alternativa para a condição de pobreza na região de origem. Eles se inscreveram como “trabalhadores braçais”, foram humilhados e até perseguidos por grupos extremistas. O programa durou até os anos 60.

Nesse mesmo molde, durante a década de 1960, houve na Europa o Programa Gastarbeiter. A Alemanha, através de um acordo com vários países, dentre eles Itália (1955), Grécia (1960), Turquia (1961), Portugal (1964) e Iugoslávia (1968), convidou trabalhadores para suprir a demanda por mão de obra do pós-segunda guerra mundial, conhecido como “milagre alemão”. Estes trabalhadores eram absorvidos, sobretudo, nas atividades ligadas à mineração, siderurgia, indústria automobilística e construção civil.

No período entre as décadas de 1960 e 1970, também se percebe a penetração das relações capitalistas em direção às sociedades socialistas ou pré-capitalistas, que contribuíram para a mobilidade populacional. Guiados pelo desejo de maiores benefícios e maior riqueza, proprietários e gerentes de firmas capitalistas em países chaves entram em nações pobres, na periferia da economia mundial em busca de terra, matérias-primas, trabalho e mercados consumidores. (MASSEY et al., 1998).

Assim, surge a Teoria dos Sistemas Mundiais na década de 1970, que tem seu fundamento baseado na teoria política marxista.

Esta se aproxima da visão histórico-estrutural e enfatiza a distribuição desigual do poder econômico e político na economia mundial. Neste caso, a migração é vista como um mecanismo que permite mobilizar mão de obra barata, de forma a garantir a relação capital-trabalho nos países de destino em detrimento dos países de origem.

Salim (1992) afirma que a visão histórico-estrutural terá o foco de análise centrado na relação capital/trabalho, produção e reprodução ampliada desta relação. Os segmentos da população ou contingentes de força de trabalho deslocam-se no espaço porque este se estrutura de forma a colocá-los em movimento.

A mobilidade se liga à produtividade e à expansão física do capital, apresentando-se como condição e consequência do desenvolvimento das forças produtivas. Por seu papel essencial no processo de acumulação, as condições em que ela se manifesta

podem retratar a própria natureza do ciclo econômico, na medida em que permite o uso extensivo ou intensivo da força de trabalho pelo capital. (SALIM, 1992).

Vainer (1998), ao confrontar as abordagens neoclássica e estruturalista, assinala que, para o pensamento neoclássico, a mesma lógica locacional da empresa seria utilizada pelos migrantes: tanto detentores de capital quanto os detentores de capital humano/força de trabalho, elegeriam o espaço onde maximizariam seus ganhos. O espaço seria o território de liberdade e a migração seria o movimento onde essa liberdade é exercitada. A neoclássica privilegiaria o exame das motivações que fazem os indivíduos migrarem, já a estruturalista privilegiaria os fatores explicativos e as determinações estruturais.

A diferença substancial entre a Teoria dos Sistemas Mundiais e a Teoria Neoclássica é que aquela situa o indivíduo como centro de toda decisão migratória, fundamentando se numa decisão voluntária. Já a dos Sistemas Mundiais, afirma que o indivíduo é induzido pelo sistema capitalista, se não obrigado a se mobilizar para as áreas de maior concentração de capital (CASTLES; MILLER, 2009).

De acordo com Portes apud Soares (2002), os movimentos populacionais recentes apoiam-se na difusão das redes de comércio e de informação pelo mundo, na expansão da influência cultural dos países de destino sobre os de origem (o modo de vida americano conforma hoje como um padrão global) e na ampliação das expectativas de consumo até as áreas remotas do planeta. A penetração de regiões periféricas pelo capitalismo provocou desequilíbrios na estrutura socioeconômica interna dessas regiões, o que conduziu a pressões migratórias, ou seja, a emigração resulta de problemas internos que foram induzidos pela expansão do sistema econômico global. Portanto, a Teoria dos Sistemas Mundiais traz à luz a necessidade de tratar a migração internacional mais recente como parte de um sistema mais amplo que articula os países de origem e destino dos fluxos. Sendo assim, é preciso compreender as diferentes formas de incorporação dos países ao sistema global, pois a penetração de regiões periféricas pelo capitalismo provocou desequilíbrios na estrutura socioeconômica interna dessas regiões, o que conduziu a pressões migratórias, ou seja, a emigração resulta de problemas internos que foram induzidos pela expansão do sistema econômico global.

Segundo Marques (2009), pesquisando o fluxo Brasil-Paraguai, identificou a Teoria dos Sistemas Mundiais como a mais próxima para explicar o fenômeno entre estes dois países. As migrações de brasileiros para o Paraguai são entendidas por diversos autores como desdobramentos de políticas econômicas e de ações geopolíticas dos governos de ambos os

países. O retorno de milhares de brasileiros do Paraguai, especialmente a partir da segunda metade da década de 1980, também pode ser compreendido dentro dessa lógica.

As teorias acima buscam explicar as causas dos fluxos migratórios. Além dessas, existem teorias que buscam explicar a continuidade e permanência de tais movimentos.

Segundo Massey (1998), os fatores que desencadeiam as migrações internacionais são um pouco diferentes dos fatores responsáveis pela sua perpetuação no tempo e no espaço dos movimentos.

Surgem, então, as Teorias das Redes Sociais, que preconiza que as unidades efetivas de migração não são nem indivíduos nem famílias, mas sim, conjunto de pessoas ligadas por relações de amizade, de conhecimento, de parentesco e de trabalho.

Ao passo que transformações estruturais nas sociedades de origem e de destino respondem pelo início dos fluxos migratórios internacionais, as redes sociais conferem a tais fluxos estabilidade, transformando-os em movimento de massa. As redes sociais mais importantes fundam-se em relações de parentesco, de amizade, de trabalho e na origem comum. Essas relações não são criadas pelo processo migratório, mas são adaptadas por ele, e no decorrer do tempo, são reforçadas pela experiência comum da migração. (MASSEY et al, 1998.).

E diz que a migração pode ser entendida como processo social, organizado por meio de redes forjadas por conexões interpessoais diárias, que caracterizam todos os grupos humanos. Os primeiros migrantes que saíram para um novo destino não tiveram laços sociais para recorrerem, e por isso o custo da migração é caro, particularmente se envolve a entrada em outro país sem documentos. No entanto, migrantes são inevitavelmente ligados aos não migrantes, que mais tarde recorrem às obrigações implícitas em relacionamentos como parentesco ou amizade para ganhar acesso ao emprego e assistência no destino. Todo novo migrante expande a rede social e reduz os riscos do movimento.

As redes de migrantes são configuradas por laços interpessoais que conectam migrantes, migrantes anteriores, e não migrantes nas áreas de origem e destino, através de laços de parentesco, amizade, e comunidades de origem compartilhadas. (MASSEY et al, 1998, traduzido pela autora).

Soares (2002) analisou a realidade migratória de Governador Valadares/MG, cidade destaque referindo-se a emigração brasileira, e observou a aplicação da teoria das redes sociais, como causa principal deste fluxo populacional e seus determinantes para a permanência ou não.

Alguns dos primeiros imigrantes brasileiros nos EUA vieram de Governador Valadares, uma cidade que contava com 230 mil habitantes em Minas Gerais, no ano de 1985. Aproximadamente 15% de sua população residiam no exterior, sendo a grande maioria nos EUA. (SOARES, 1995).

Assim, Soares (2002) nota que a rede pessoal formada por parentes e amigos e as agências de turismo (intermediários) são aspectos relevantes para a decisão de emigrar, bem como a escolha do país de destino.

Uma vez que um fluxo de migração esteja em ação, como uma bola de neve, ele traz famílias e amigos adicionais mesmo sob circunstâncias menos favoráveis. À medida que uma rede de imigrantes cresce, o fluxo migratório entre dois países se torna “progressivamente independente dos fatores que originalmente o causaram, sejam eles estruturais ou individuais” (MASSEY et al., 1998). Em outras palavras, tais correntes migratórias parecem adquirir uma vida própria devido ao desejo contínuo de se juntar à família e aos amigos que moram no exterior. Além disso, com a rede e parentes surgindo há a perspectiva de redução de custos. Tais redes desempenham um papel crítico na disseminação de informação sobre o processo migratório, influenciando a decisão de migrar. Nas palavras do sociólogo Douglas Massey:

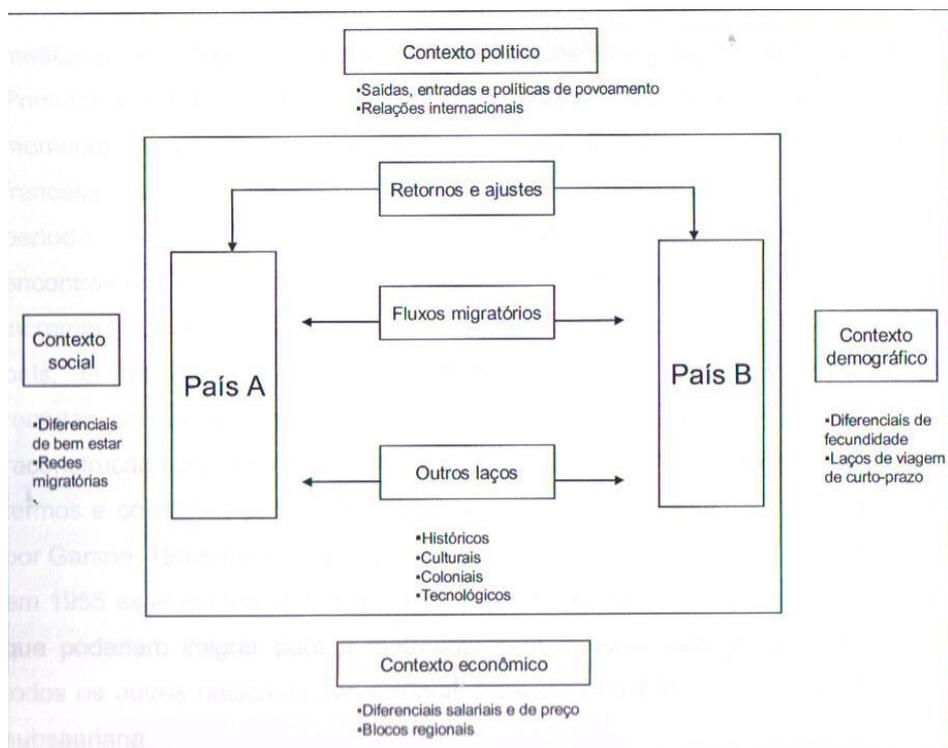
Todo novo imigrante reduz o custo da migração subsequente para um grupo de amigos e parentes e, com os custos reduzidos, algumas dessas pessoas são induzidas a migrar, o que expande adiante o grupo de pessoas com vínculos no exterior. (MASSEY et al, 1998, traduzido pela autora).

Essa teoria aceita a ideia de que a migração internacional é uma decisão individual ou da família, mas discorda que exista uma forte correlação entre os diferenciais salariais, as taxas de emprego e os fluxos migratórios internacionais. A questão é que qualquer que sejam os efeitos dessas variáveis na promoção ou inibição dos fluxos, eles serão encobertos pela queda dos custos e dos riscos de migrar, ocasionada pelo desenvolvimento das redes sociais.

Tentando esclarecer o parágrafo anterior, de acordo com Rezende (2008), um sistema de migração é um conjunto de componentes e vetores que podem estar vinculados diretamente ou não. Os componentes são indivíduos e grupos que integram um sistema. Os vetores são os vínculos que se formam ao longo do movimento, cujas medidas estão diretamente relacionadas às medidas de fluxos.

A Figura 1 demonstra a estrutura geral de um sistema de migração. Com todas as interações possíveis, inclusive os fluxos de retorno.

Figura 1 – Estrutura geral do sistema migratório



Fonte: KRITZ e ZLOTNIK (1992)

Nesse diagrama, percebe-se que há vários contextos capazes de interferir na decisão de migrar: contextos econômico, demográfico, social e político, que podem afetar o ambiente como um todo. Os países de origem e destino estabelecem e fortalecem fluxos entre si, de pessoas, de divisas e também de aspectos históricos, culturais, coloniais e tecnológicos.

Os laços unem migrantes e não migrantes em uma complexa teia de papéis sociais complementares e de relacionamentos interpessoais que são mantidos por um quadro informal de expectativas mútuas e comportamentos pré-determinados. (MASSEY, 1998).

Para Soares (2002), as redes sociais representam as manifestações das redes pessoais e são apontadas como:

- causas ou intensificadoras dos fluxos migratórios – as pessoas migram por causa do suporte dado por redes pessoais;
- responsáveis pela manutenção dos vínculos entre origem e destino, pela orientação que os fluxos assumem pela circulação de recursos materiais e simbólicos etc.

Soares (2002) aponta que a Análise das Redes Sociais (ARS) estabelece uma ponte entre as formulações estruturalistas (objetivista) e interacionista (subjetivista) e dedica atenção aos mecanismos de mudança, que são os efeitos emergentes. Entende que as alternativas de ação dos atores são socialmente estruturadas, porém aceita que a posição estrutural de um ator em determinada rede pode mudar e, com isso, dependendo das interações entre os demais atores resultantes dessa mudança de posição estrutural, a rede está sujeita a alteração.

As teorias existentes que tentam explicar as causas da migração e conseqüentemente, a continuidade dos fluxos, pode-se dizer que não há somente um marco teórico capaz de gerar todo o embasamento para um movimento transnacional.

Segundo Simmons (1991), hoje, estaríamos vivendo um mundo de estruturas pós-industriais, onde os circuitos dos movimentos já estariam dados, sobre a base de redes interpessoais, comunicações articuladas, retroalimentação e interdependência de sistemas numa economia mundial.

Ramella (1995) aponta que a metáfora de rede social tem sido bastante empregada nos estudos migratórios, provavelmente para se contrapor ao enfoque estruturalista, tendo em vista que este tipo de abordagem prioriza os fatores de expulsão em detrimento das eleições feitas pelos migrantes no ato de migrar. A revisão dessa perspectiva tornaria o migrante um ator racional, perseguidor de objetivos e mobilizando recursos para alcançar suas metas. Portanto, de acordo com Oliveira (2011), a utilização do conceito de redes sociais vai ao encontro do movimento de superação das lacunas da teoria neoclássica, uma vez que o núcleo central desse tipo de abordagem permanece intacto, ou seja, o aspecto da racionalidade, que agora não estaria se manifestando na solidão da decisão individual ou no seio da família, mas sim na busca de relações pessoais que possibilitassem a maximização do sucesso no ato de migrar.

Todas as teorias possuem ideais válidas, que se adaptam a determinado momento e fluxo, porém não podem ser consideradas em sua totalidade, ou seja, estas devem ser adaptadas e revisadas periodicamente, enfatizando o cenário unificado em que vivemos, de natureza global.

Em relação às “Teorias Neoclássicas”, a migração é entendida como um simples somatório de movimentos individuais, que são percebidos como ações individuais autônomas, que se movimentam livremente no mercado, correspondendo às suas demandas. Considera-se um ambiente de concorrência perfeita! Isso não é real atualmente, uma vez que não considera as barreiras.

Na visão da “Teoria Histórico-estrutural”, a migração é vista como um fenômeno social e coletivo e resulta de desigualdades espaciais que se relacionam com o processo de mudança na formação social. Desconsidera totalmente a iniciativa individual e os aspectos econômicos.

Na “Teoria do Mercado Dual de Trabalho”, as reflexões ignoram as condições dos países de origem e apenas ressalta os fatores de atração dos países de destino. Neste sentido, fenômenos como o “*brain drain*” e “*brain gain*” possam ser discutidos. Mesmo que aos migrantes esteja destinado o mercado secundário, Piore (1979) diz que:

[...] migrantes qualificados podem ser encontrados e o mercado pode ser estruturado de tal forma que eles estarão limitados pela parte variável da demanda, a Teoria sugere que serão utilizados mesmo em trabalhos que pertençam ao mercado trabalho primário (PIORE, 1979, traduzido pela autora).

Na “Teoria de Sistemas Mundiais”, a liberdade de escolha é questionada e esta é vista em segundo plano, uma vez que o sistema capitalista é o grande responsável por atrair mão de obra. Pode ser representada pelos governos neocoloniais e pelas grandes multinacionais, que perpetuam seu poder e participam da economia global.

Massey et al (1998) diz que a migração humana é embasada em condições históricas e específicas que definem um contexto econômico social. Modelos históricos, em caráter generalista, composto por leis imutáveis e regulamentos ultrapassados não são muito úteis na tentativa de entendimento para movimentos internacionais. Além disso, cita que mesmo com o passar dos anos, numa realidade diferente da era industrial, o pensamento científico sobre migração internacional permaneceu atolado no passado.

Os autores defendem que a chave para o novo entendimento é que as decisões não são tomadas por fatores individuais isolados. E assim, sugere oito hipóteses e proposições, que são contrárias à teoria neoclássica:

- a) as unidades apropriadas para a análise da pesquisa sobre migração são as definidas como “unidades de produção”, formadas por família e agregados;
- b) um diferencial salarial não é condição necessária para a migração internacional ocorrer. Outras pessoas “próximas” podem ter fortes incentivos para diversificar riscos ou acumular capital através do movimento transnacional mesmo na ausência de diferenças salariais;
- c) migração internacional e ocupação local ou produção local não são, mutuamente, possibilidades exclusivas. Realmente, existem fortes incentivos

para agregados se engajarem não só na migração como nas atividades locais. Um aumento no retorno às atividades econômicas locais pode já aumentar a atratividade da migração como um meio de superar o capital e risco adquirido no investimento daquelas atividades. Portanto, o desenvolvimento econômico nos países emissores não precisa reduzir as pressões da migração internacional e sim, podem intensificá-lo;

- d) movimentos internacionais não findam quando diferenças salariais têm sido eliminadas entre diferentes mercados de trabalho nacional. Incentivos para a migração continuarão a existir se outros mercados nos países emissores estão insuficientes, imperfeitos ou em desequilíbrio;
- e) a mesma expectativa de ganho em receita pode não ter o mesmo efeito diante a possibilidade de migração dos agregados localizados em diferentes pontos na distribuição da receita, ou mesmo nos agregados com receitas iguais, porém localizadas em comunidades com diferentes distribuições de receita;
- f) governos podem influenciar as taxas migratórias não somente através de políticas que influenciam mercados de trabalho, mas também através daqueles que compartilham mercados seguros, mercados de capital, mercados de crédito ao consumidor, e mercados futuros. Programas de seguros governamentais, particularmente seguro desemprego, aposentadoria, e programas de empréstimos, podem afetar significativamente os incentivos para o movimento internacional;
- g) mudanças político-governamentais e econômicas que formatam a distribuição de receita mudarão a relativa perda de alguns agregados e então alteram seus incentivos para a migração;
- h) mudanças político-governamentais e econômicas que afetam a distribuição de receita influenciarão a migração internacional independentemente de seus efeitos numa receita média. De fato, políticas governamentais que produzem uma melhor receita média nas áreas emissoras de migrantes podem aumentar a migração se relativamente os agregados pobres não compartilharem no ganho de renda. Inversamente, políticas podem reduzir a migração se relativamente, os agregados ricos não compartilharem no ganhos de renda.

As redes sociais possuem um papel importantíssimo e, muitas vezes, tornam-se um fator motivacional que pode complementar qualquer ideia defendida pelas teorias, pois

alcança um caráter subjetivo, em muitos casos. Portanto, é válido destacar os fatores estruturais que determinam o surgimento e os desdobramentos dos fluxos migratórios. A primeira mola propulsora seria a socioeconômica, determinada pelo processo de acumulação de capital e depois, as condições, digamos, subjetivas.

Para Marques (2009), as estruturas políticas, econômicas e os vínculos histórico-culturais entre os países definem e contribuem para a coerência de um sistema de migração internacional, mas não dão conta de explicar porque a propensão a migrar de algumas pessoas é maior que de outras. O mesmo raciocínio acontece com a ideia do retorno.

Como alertado por Lee (1980) “os imigrantes de retorno enfrentam a necessidade de saltar duas vezes uma série de obstáculos desalentadores”. A ideia de volta ao lar está sempre presente como lembra Sayad (2000). Os fatores que impulsionam esta nova migração podem ser encontrados no sentimento de missão cumprida (os objetivos estabelecidos ao imigrar foram atingidos) ou na frustração e dificuldades que se tornaram intransponíveis no local de destino e ao menor “estímulo”, (o desemprego ou doença de próximo no país de origem) tem-se início o processo de retorno.

Bilborrow (1998) aponta como problema a falta de uniformização dos conceitos nos estudos migratórios, o que dificulta a comparação entre os países, sobretudo naqueles em desenvolvimento. Assim, existiriam os conceitos sobre circularidade⁴ e pendularidade⁵.

É incontestável que todos os tipos de movimentos populacionais contemporâneos sejam influências da modernidade e da globalização. No entanto, vale ressaltar que cada sistema migratório possui suas características específicas. Os indivíduos e grupos envolvidos possuem uma variedade de motivações e se deslocam sob diferentes condições.

⁴ Segundo Bilborrow (1998), circularidade é o movimento de uma pessoa, sem ter mudado de residência, em um período de 30 dias, fora de casa a trabalho ou outras atividades.

⁵ Segundo Bilborrow (1998), a pendularidade estaria restrita aos movimentos diários para trabalho e estudo.

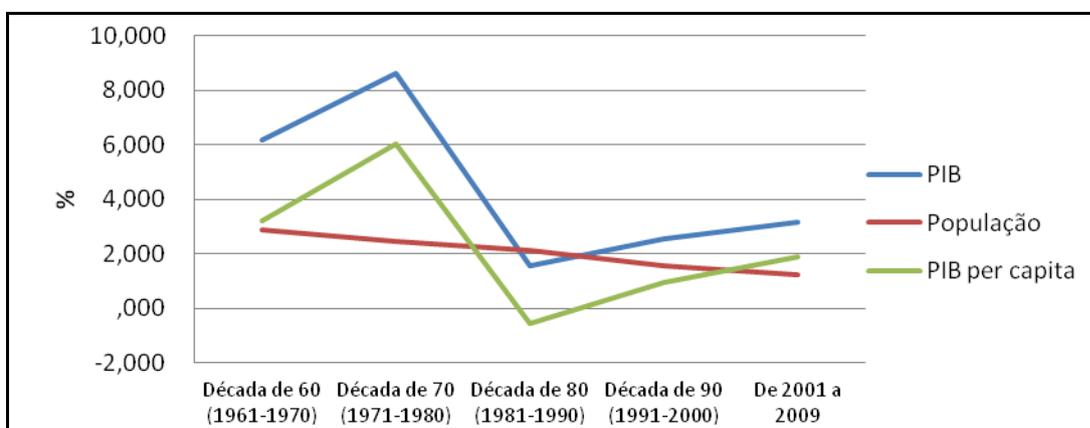
4 PANORAMA BRASILEIRO

Neste capítulo buscou-se uma breve demonstração do contexto socioeconômico que se encontra o Brasil, com foco em seu cenário migratório, especialmente na comunidade portuguesa no Brasil.

4.1 Contexto socioeconômico

Os sinais da prosperidade econômica brasileira diante a crise internacional desencadeada em 2008 são notórias. A taxa média de crescimento anual do PIB foi de 3,6% para a última década, além de apresentar um aumento de 96% do PIB per capita a comparar os períodos 1991-2000 e 2001-2010 (ver Gráfico 1). Segundo informações divulgadas pelo Banco Central, através do Boletim Anual da Economia Brasileira, o comportamento dos investimentos se constituiu em determinante adicional à sustentabilidade do atual processo de crescimento da economia, em virtude do nível crescente da demanda interna.

Gráfico 1 – Taxas médias de crescimento do Brasil (1961-2009)



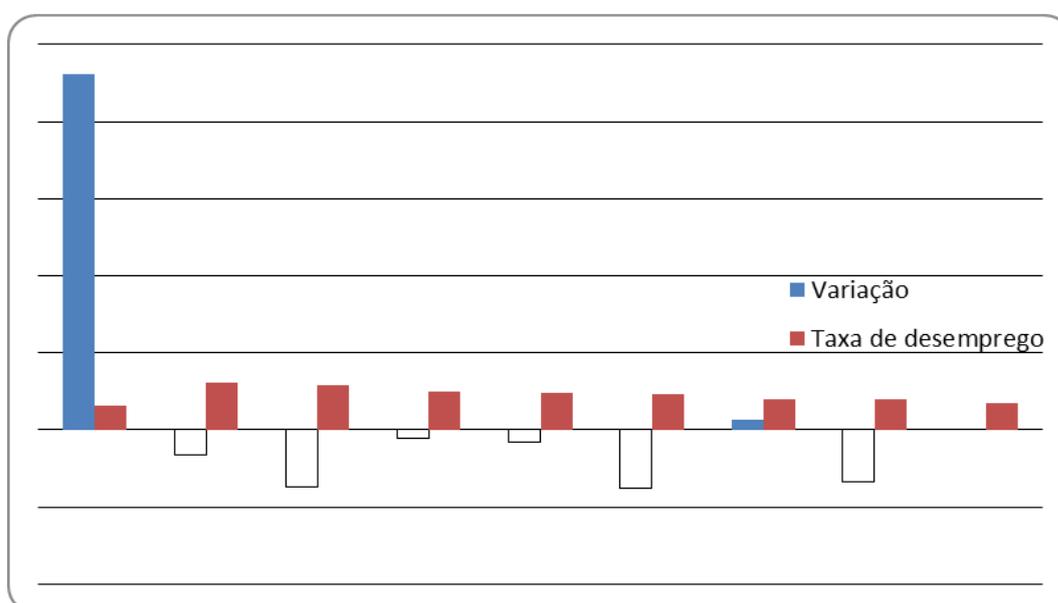
Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011)

Em 2008, o PIB cresceu 5,1%, colocando o PIB per capita em seu patamar mais alto, correspondente a USD 8.800,00, mantendo a tendência ascendente desde 2000. O Brasil tornou-se conhecido como um dos integrantes dos BRIC's – Brasil, Rússia, Índia e China –, países que se destacaram pelo rápido crescimento de suas economias. O Gráfico 2 mostra a evolução das taxas de crescimento e taxas de inflação entre 2000 e 2009, o que indica um melhor controle da economia e garantiu um crescimento mais duradouro.

Em 2010, o PIB apresentou uma taxa de crescimento real de 7,5%, segundo o IBGE (2011). A maior alta em 24 anos foi influenciada pela robusta demanda interna e pela baixa base do ano de 2009, quando o PIB registrou retração de 0,6%, refletindo os efeitos da crise econômica global de 2008.

Além desses indicadores, a taxa média de desemprego em março de 2011 foi de 6,5% e apresenta variações negativas desde 2005. É de destacar uma redução de 15% no ano de 2008 em relação a 2009, auge da crise mundial (Gráfico 2). Segundo o PNUD (2009), a taxa de desemprego entre os estrangeiros que vivem no Brasil seria de 6,8% em 2008.

Gráfico 2 – Taxas médias de desemprego no Brasil (2003-2011)



Fonte: INDEXMUNDI (2011)

A descrição acima assinala para uma situação muito favorável para o Brasil em comparação com outros países do mundo, notadamente Estados Unidos, Portugal e Espanha, para citar alguns que receberam no passado, forte contingente de imigrantes brasileiros. A situação econômica de Portugal será objeto de análise no capítulo 5.

4.2 Contexto das políticas públicas voltadas à migração

As discussões que tratam de políticas migratórias no Brasil, vêm de longa data e se iniciaram quando o Brasil era ainda uma monarquia. Debatiam-se então os aspectos negativos e positivos de se permitir que o país fosse colonizado por estrangeiros em detrimento da população nacional.

A Constituição de 1891 foi o primeiro marco para a formulação de uma lei voltada aos migrantes, principalmente favorável à grande abertura para a imigração. Entretanto, em 1893, através do decreto 1.566, a política se altera e passa a ser restritiva.

A crescente preocupação com a entrada de imigrantes no Brasil retorna na Constituição de 1934, durante o governo Vargas, quando a lei de cotas passa a limitar a entrada de imigrantes. Nesta época, surgiram o Departamento Nacional de Imigração (1938), a Delegacia dos Estrangeiros (1941) e a Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteira (1944).

Segundo Fernandes e Patarra (2011), nota-se um grande atraso das políticas em acompanhar a dinâmica dos movimentos migratórios. Isso se reflete na obsoleta Lei dos Estrangeiros, criada em 1980, que até então se encontra em vigor.

Dentre as principais críticas que podem ser feitas ao texto dessa lei, está a desconsideração dos tratados internacionais e dos direitos fundamentais da pessoa humana, além de permitir que a política de imigração possa ser traçada pelo Poder Executivo, sem a aquiescência do Parlamento. (FERNANDES e PATARRA, 2011).

A legislação infraconstitucional trata também em alguns artigos e leis a questão da migração internacional. Vale levantar algumas das características destes textos:

- a) o Decreto-Lei 2.448, de 1940 do Código Penal focou o tráfico de pessoas em seus artigos 206, 231 e 231a;
- b) a Lei 6.815 de 1980 define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e é marcada pela preocupação com a defesa nacional. Criou o Conselho Nacional de Imigração;
- c) a Lei 6.964, editada em 1981, tenta tornar a Lei de Estrangeiros mais próxima à realidade das migrações no Brasil e menos autoritária. O ponto mais importante foi a inclusão dos religiosos entre os beneficiários do visto permanente e a impossibilidade de expulsão no caso de estrangeiro casado há cinco anos com brasileiros ou com filhos destes;
- d) a Lei 9.474, de 1997, onde o Brasil implementa o Convenção dos Refugiados de 1951 e firma o compromisso internacional de proteger pessoas vítimas de perseguições, seja por motivo de raça, nacionalidade, religião, grupo social ou opiniões públicas e até mesmo, as vítimas da violação dos Direitos Humanos.

Na área internacional há vários tratados, no campo da migração, dos quais o Brasil é signatário. Alguns estão listados no Anexo.

Quanto à questão do refúgio, o Brasil se envolveu desde a década de 1940, com o final da Segunda Guerra Mundial, devido aos grandes deslocamentos populacionais forçados (Jubilut, 2007 apud Fernandes e Patarra, 2011). Atualmente, o Brasil é considerado como um país de acolhida para os refugiados. Essa informação pode ser confirmada pelo relatório da OIM (2010).

Atualmente, o Brasil vem passando por alterações em suas Políticas Públicas voltadas à Migração Internacional e demonstra esforços para o desenvolvimento dessas. Isso porque, nos últimos anos, houve expressivo aumento de brasileiros residindo no exterior e desde a crise de 2008, o número de estrangeiros no Brasil também vem a se acentuar.

Em 2005, o Governo Federal realizou uma consulta pública sobre um anteprojeto de uma nova lei de estrangeiros. Este anteprojeto foi enviado, em julho de 2009, ao Congresso Nacional, identificado como PL 5655/2009. Essa lei se baseia na garantia dos Direitos Humanos, interesses nacionais, socioeconômicos e culturais, preservação das instituições democráticas e fortalecimento das relações internacionais.

Ressalta-se, neste documento, as alterações no funcionamento do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, que passaria a cuidar não só da imigração, mas também da emigração. Na atualidade o CNIg é composto por representantes de áreas governamentais, membros das confederações patronais e das centrais sindicais, além de observadores representantes da sociedade civil. Dentre as várias medidas adotadas, destaca-se a criação da “Casa do Trabalhador Brasileiro” em países com forte presença de brasileiros e países fronteiriços. No momento estão em funcionamento duas casas uma em Hamamatsu, no Japão, e outra em Foz do Iguaçu. Uma terceira casa está sendo implantada na fronteira norte na cidade de Oiapoque.

Em termos da formulação de uma política pública sobre a migração, em 2008, o CNIg promoveu, em parceria com a OIT, o seminário Diálogo Tripartite sobre Políticas de Migração para o Trabalho. Como citado por Sprandel e Patarra(2009), nesse evento foi levantada uma série de recomendações que deverão nortear as políticas públicas para migrações no país. Porém, ainda não existe, de fato, uma política coerente e integrada com respeito às migrações internacionais no Brasil.

Outro esforço vem sendo feito no âmbito do atendimento e identificação dos brasileiros nos Consulados, junto ao Ministério das Relações Exteriores, desde a segunda

metade da década de 90, devido o crescimento da demanda por serviços consulares. Desde então, os consulados tiveram seus espaços ampliados e foram criados consulados itinerantes. Além destes, o MRE procurou criar canais para ouvir a comunidade no exterior e para isso criou a conferência “Brasileiros no Mundo”, já realizadas três momentos; e criou o Conselho de Representantes das Comunidades Brasileiras no Exterior, eleitos pelos seus pares e atuará como órgão consultivo do Itamaraty.

Em relação aos retornados, não há uma política pública desenhada que atenda a todos, o pouco que se fez está relacionado aos retornados do Japão que tiveram apoio do Governo de São Paulo, através do Ministério do Trabalho, com a criação da Casa de Atendimento, além de parceria com o SEBRAE com o projeto “Dekassegui Empreendedor”.

Em termos de uma política migratória, há ainda muito a se avançar, principalmente quanto às medidas que permitem o acesso dos imigrantes e dos membros familiares a saúde e escola públicas.

4.3 Imigração e brasileiros no exterior

Nesta seção, abordam-se aspectos relacionados ao panorama migratório do Brasil.

4.3.1 Imigração para o Brasil

A experiência histórica do Brasil em relação à migração internacional tem como característica inicial a de um país de imigração. Como parte do processo de colonização, desde a descoberta do país, milhares de imigrantes aportaram na costa brasileira e contribuíram para sua formação. No primeiro momento, a migração vinha atender aos interesses da corte de Portugal e garantir a ocupação do território. Após esse período, o fluxo de escravos se consolidou como o mais numeroso, para garantir o funcionamento da indústria açucareira. Mais tarde, por volta do século XX nova leva de migrantes tomava a direção do Brasil. Vinham para atender a demanda crescente por mão de obra na agricultura, principalmente para o cultivo do café, na região oeste do atual Estado de São Paulo, e também, posteriormente como trabalhadores para a indústria.

Nesse cenário, aportaram no Brasil, mais de 800 mil imigrantes italianos, antes dos portugueses, seguidos por espanhóis e até meados do século XX, mais de 200 mil japoneses, constituindo o último grande contingente de imigrantes estrangeiros no Brasil, segundo a Organização Internacional das Migrações (2010). Estima-se que do último quartel do século

XIX até o final da década de 30 do século XX, o Brasil tenha recebido cerca de 4,4 milhões de pessoas, provenientes, sobretudo de Portugal, Itália, Japão e Alemanha.

É nítido que esse comportamento não era uma especificidade portuguesa, e sim uma tradição marítima, em alguns casos, com o objetivo de se formar impérios, além de mares e oceanos que também esteve presente na história de vários povos, dentre estes, espanhóis, holandeses, franceses, ingleses, italianos e nórdicos. No entanto, como foco desta tese, a comunidade portuguesa no Brasil merece ser mais bem analisada, o que será feito no subitem que se segue.

Pode-se dizer que após a Segunda Guerra Mundial, os fluxos para o Brasil praticamente cessaram, não demonstrando maior expressão, como demonstra o Relatório da Organização Internacional das Migrações, divulgado em 2010.

Com a retomada das hostilidades na Europa e no Oriente que levaram à Segunda Guerra Mundial, os fluxos migratórios para o Brasil foram praticamente interrompidos. Na segunda metade do século XX, a imigração para o país continuou de forma incipiente sem notar nenhum fluxo de maior expressão. Tal fato associado à praticamente inexistente emigração, indicava que até meados dos anos 1980, o Brasil, em termos demográficos, poderia ser considerado um país fechado à migração. (Ministério do Trabalho e Emprego, 2009).

Para Santos Junior apud Sprandel (2000), após a década de 60, as políticas de atração brasileiras foram se transformando em políticas de controle, servidas de leis restritivas e autoritárias, exaltadas pela ditadura militar. Cita que: “[...] a lei de 1980 criou a atmosfera de insegurança e verdadeiro pânico entre os não-nacionais, dado o arbítrio com que poderiam ser tratados. (SANTOS JUNIOR, apud SPRANDEL, 2000).

O Congresso Nacional, pressionado pelos organismos internacionais, editou a lei em 1981, que abrandou a lei de 1980. As principais mudanças foram a inclusão dos religiosos entre os beneficiários do visto permanente; a impossibilidade de expulsão no caso de estrangeiro casado há 5 anos ou com filho com brasileiro/a; e o envio dos dados pessoais de estrangeiros por proprietários de hotéis ou locatários de imóveis ocupados pelos mesmos apenas quando solicitados pelo Ministério da Justiça.

As estimativas sobre os estrangeiros no Brasil tiveram como fonte principal os censos realizados pelo Governo Brasileiro e os registros administrativos que envolvem a entrada e saída de estrangeiros e nacionais. O censo mais recente foi realizado em 2010. Villa (1996) e Pellegrino (1989) afirmam que os censos demográficos constituem a fonte mais completa para o estudo da migração internacional. No entanto, Baeninger (2001) pondera ao afirmar que os censos não captam a totalidade do conjunto dos migrantes em situação irregular e o tipo de

informação obtida refere-se ao estoque de estrangeiros, isto é o volume acumulado de imigrantes internacionais sobreviventes residentes em país diferente ao de nascimento na data do censo. Além desta autora, Goza (2004) critica os levantamentos censitários, pois nem sempre fornecem estimativas confiáveis sobre o volume de migrantes no país de destino.

Carvalho (2006) e Baeninger (2001) após sistematizarem os censos brasileiros de 1991 e 2000, apontam a entrada de cerca de 66 mil estrangeiros em 1991 e 144 mil em 2000. Os números foram obtidos a partir do lugar de residência por data fixa passada, em regra de cinco anos antes da data de referência do censo, isto é, as pessoas que residiam em outros países no recorte temporal pesquisado entre as duas datas fixas.

Ainda afirmam que, considerando a distribuição dos imigrantes internacionais de datas fixas que escolheram o Brasil como destino, no recorte temporal de 1986-1991, a distribuição relativa dos imigrantes denota que os procedentes da Europa (23%), América Latina e Caribe, excluídos Argentina e Paraguai (22,2%), Paraguai (16,2%) e dos Estados Unidos (13,9%) respondem pelos maiores percentuais. A primeira posição passa a ser ocupada por Paraguai, no quinquênio 1995-2000, com 25%, seguida pelos países da Europa (19%), países da América Latina (15%), Japão (14%) e 11,6% pelos Estados Unidos.

Considerando a informação sobre a naturalidade, as duas cidades metropolitanas que mais receberam imigrantes no período de 1990-2000 foram as de São Paulo e Rio de Janeiro (IPEA/IBGE/NESUR, 2000). No caso do Rio de Janeiro, há uma concentração mais acentuada de africanos (37% do total no período 1990-2000), seguidos pelos europeus e norte americanos (14% do total residente no país). Na metrópole de São Paulo, concentram-se a grande parcela de trabalhadores globais, sendo 44% de origem asiática, 38% japoneses e mais de 20% europeus, norte americanos e argentinos, também no período de 1990-2000. (Ver Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição da migração internacional nas regiões metropolitanas de SP e RJ (2000)

Lugar de Nascimento	Destino Migratório		
	RM São Paulo	RM Rio de Janeiro	Total
Europa	24,61%	14,54%	22.874
América do Norte	22,11%	13,64%	90.008
Ásia	44,61%	5,45%	12.361
Japão	38,32%	4,13%	4.822
Oceania	22,30%	14,23%	260
África	23,09%	37,19%	4.466
América do Sul	16,40%	11,23%	8.005
Total	25,45%	10,52%	98.514

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000)

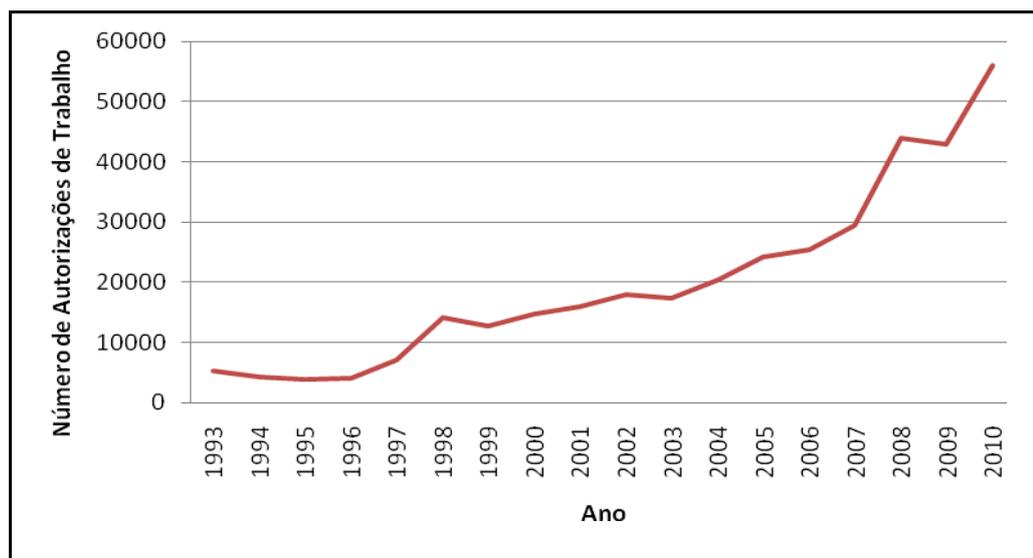
A Tabela 1 retrata a naturalidade dos estrangeiros no Brasil, diferentemente do levantamento pelo critério da data fixa.

Ressalta-se a importante participação dos asiáticos, em especial os coreanos, no setor de indústria de confecção e no comércio vinculado a ela.

Quanto aos registros administrativos, podem haver dois tipos de fonte aquela que guarda os registros de entrada de estrangeiros pelos postos fronteiriços e as solicitações de visto. No primeiro caso, mesmo considerando a possibilidade de subregistro, pois é muito fácil atravessar as fronteiras de forma irregular, não é possível saber quem é imigrante ou turista, salvo no caso daqueles que têm visto específico. Os registros das solicitações de visto podem indicar o fluxo a de entrada, mas não o estoque já que as instâncias administrativas para a concessão de visto e sua prorrogação são de natureza diversa. Os pedidos de visto são encaminhados via Itamaraty e, em alguns casos, avaliado pelo Conselho Nacional de Imigração-CNIg do Ministério do Trabalho e Emprego-MTe e as solicitações de prorrogação da estada são recebidas pela Polícia Federal ligada ao Ministério da Justiça. Ao lado deste problema, devem ser consideradas as críticas ao levantamento da origem dos imigrantes no Brasil, que se dão em torno do tipo de informação que é solicitada a eles, no momento do preenchimento do formulário para solicitação de vistos. A informação requerida diz respeito à nacionalidade e não ao país de residência anterior, não gerando a origem dos fluxos, que se limita a análise.

Ao se tratar das autorizações para trabalho, em 1993 haviam sido concedidas 5.376 autorizações, passando para 43.993, em 2008 e em 2010 para 56.006. (Ver Gráfico 3).

Gráfico 3 – Número de autorizações de trabalho concedidas aos estrangeiros no Brasil (1993-2010)



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria de Relações do Trabalho/Coordenação Geral da Imigração (2010)

Em 2010, houve um aumento de 32% para as autorizações temporárias (53.441) e 4,5% para as permanentes (2.565)⁶. De acordo com o MTE, o aumento do número dessas autorizações, desde 2006, está relacionado aos investimentos crescentes no Brasil, especialmente nos setores industrial, óleo, gás e energia. O setor de óleo e gás, ligado à exploração de petróleo na plataforma continental brasileira, foi o principal demandante de autorizações. Ver Tabelas 2 e 3.

⁶ As autorizações temporárias são concedidas conforme a atividade que será desenvolvida no Brasil. Podem ser vistos de curta duração para assistência técnica, como a montagem de uma máquina, e também vistos de dois anos, que é o máximo permitido pela legislação, podendo, no futuro, ser transformado em visto permanente. O visto permanente é concedido, na maioria dos casos, a investidores individuais e executivos de multinacionais.

Tabela 2 – Ocupações dos solicitantes de autorizações permanentes (2006-2010)

ANÁLISE DE AUTORIZAÇÕES PERMANENTES	2006	2007	2008	2009	2010
Investidor pessoa física	1033	1336	1357	921	848
Administradores, diretores, gerentes e executivos com poderes de gestão e concomitância	828	891	957	933	1218
Outros	194	388	408	600	499
TOTAL DE PERMANENTES	2055	2615	2722	2454	2565

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2010)

Tabela 3 – Ocupações dos solicitantes de autorizações temporárias (2006-2010)

ANÁLISE DE AUTORIZAÇÕES TEMPORÁRIAS	2006	2007	2008	2009	2010
Estrangeiro para trabalho a bordo de embarcação ou plataforma estrangeira	7405	7756	10974	13371	15206
Estrangeiro na condição de artista ou desportista, sem vínculo empregatício	5009	6366	7420	6617	8470
Assistência Técnica por prazo até 90 dias, sem vínculo empregatício.	5083	4939	6293	5806	8028
Assistência técnica, cooperação técnica e transferência de tecnologia, sem vínculo empregatício	2543	2538	4675	3238	4232
Especialista com vínculo empregatício	2060	1879	2301	2460	3521
Marítimo estrangeiro empregado a bordo de embarcação de turismo estrangeira que opere em águas brasileiras	841	2943	8967	8354	12838
Outros	444	452	641	614	1146
TOTAL DE TEMPORÁRIOS	23385	26873	41271	40460	53441

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2010)

O grande aumento das autorizações temporárias em 2010 está relacionada, como já informado, à exploração da plataforma continental de petróleo, mas também ao aumento da atividade turística no país, com a ampliação do número de navios de cruzeiro na costa brasileira.

Por estado, foi em São Paulo a maior concentração de autorizações concedidas, passando de 18.285 em 2009 para 25.550 em 2010. O Rio de Janeiro é o segundo da lista, passando de 18.956 em 2009 para 22.371 em 2010. Neste caso, volta a predominar os vistos para os cruzeiros marítimos para o estado de São Paulo onde estão as sedes das empresas e, no Rio de Janeiro as permissões de trabalho ligadas à prospecção de petróleo. Ver Tabela 4.

Tabela 4 – Autorizações concedidas a estrangeiros por unidade federativa (2006-2010)

UF	2006	2007	2008	2009	2010
SP	9676	12057	20706	18285	25550
RJ	11507	12637	17229	18956	22371
MG	808	1004	1307	1458	2644
AM	664	758	975	568	1164
PR	511	581	696	743	1035
RS	302	305	497	654	960
BA	450	563	506	423	419
ES	301	123	335	199	383
SC	254	198	350	253	322
CE	253	342	338	455	304
DF	122	131	323	189	232
PE	110	233	187	261	208
RN	251	284	238	189	143
GO	49	67	62	143	74
PA	15	48	44	40	40
MA	9	19	38	11	34
MT	13	10	16	13	26
PB	52	44	33	17	26
SE	11	13	7	8	18
AL	21	25	40	16	12
TO	4	3	3	5	11
AC	1	0	1	3	7
PI	22	11	3	4	7
AP	2	11	13	8	5
MS	24	15	36	6	3
RO	1	2	3	3	3
RR	5	3	5	3	2
Não informado	2	1	2	1	3
Total	25440	29488	43993	42914	56006

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2010)

Ao se tratar a distribuição dos vistos segundo o país origem, observa-se que os Estados Unidos correspondem ao principal país de origem destes estrangeiros. Em 2010, foram 7.550 contra 5.590 em 2009. Filipinas na sequência, com 6.531 em 2010; Reino Unido com 3.809; Índia com 3.237; e Alemanha, 2.904, de acordo com a Tabela 5.

Tabela 5 – Autorizações concedidas por país de origem (2006-2010)

País	2006	2007	2008	2009	2010
EUA	3601	4519	5799	5590	7550
FILIPINAS	1542	2120	4825	4969	6531
REINO UNIDO	2199	2474	3874	3496	3809
ÍNDIA	766	1292	1981	2630	3237
ALEMANHA	1553	1292	1815	1454	2904
CHINA	717	1078	2422	1405	2160
ITÁLIA	1099	1382	1413	1395	2040
NORUEGA	618	790	990	1206	1926
INDONÉSIA	126	267	1356	1700	1819
JAPÃO	1278	1244	1804	1237	1765
FRANÇA	1210	1377	1613	1908	1653
ESPAÑA	655	878	1133	1104	1457
HOLANDA	712	548	720	933	1146
COLÔMBIA	354	401	904	915	1089
COREIA	253	126	203	214	898
POLÔNIA	559	610	757	625	889
CANADÁ	702	903	917	899	851
MÉXICO	325	395	775	490	818
PORTUGAL	477	550	679	708	798
PERU	280	311	572	524	664
ARGENTINA	661	653	671	571	644
UCRÂNIA	184	269	199	265	615
RÚSSIA	435	495	680	539	589
VENEZUELA	259	299	360	374	562
GRÉCIA	373	312	224	410	464
DINAMARCA	227	257	292	343	459
BÉLGICA	180	187	270	169	451
SUÉCIA	237	334	289	273	451
CROÁCIA	189	154	285	270	409
AUSTRIA	109	146	246	241	389
CHILE	217	245	317	343	383
OUTROS	3343	3580	5608	5714	6586
Total	25440	29488	43993	42914	56006

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2010)

Ao se considerar o país de origem e o estado de residência do imigrante (Tabela 6), observa-se que no caso de São Paulo e Rio de Janeiro, há clara preponderância dos estrangeiros que declararam os Estados Unidos como país de origem. No entanto, no caso do estado de Minas Gerais, 2010, o maior volume foi de imigrantes da Alemanha.

Tabela 6 – Cinco principais nacionalidades dos vistos concedidos por estados selecionados (2006-2010)

	2006	2007	2008	2009	2010
São Paulo	EUA 14,19 %	EUA 15,97 %	Filipinas 13,94 %	Filipinas 13,26 %	EUA 16,81 %
	Alemanha 11,71 %	Alemanha 6,14 %	EUA 12,41 %	EUA 11,25 %	Alemanha 7,34 %
	Japão 7,21 %	Itália 5,81 %	Alemanha 6,14 %	Indonésia 7,83 %	Japão 7,15 %
	Reino Unido 6,70 %	Japão 5,40 %	Indonésia 5,89 %	Índia 7,15 %	Reino Unido 6,85 %
	Itália 5,12 %	Reino Unido 4,98 %	Índia 5,69 %	França 5,26 %	Itália 4,70 %
Rio de Janeiro	EUA 14,68 %	EUA 16,13 %	Reino Unido 15,39 %	EUA 15,39 %	EUA 14,46 %
	Filipinas 12,33 %	Filipinas 12,57 %	EUA 14,77 %	Reino Unido 13,13 %	Filipinas 14,26 %
	Reino Unido 11,77 %	Reino Unido 13,23 %	Filipinas 10,64 %	Filipinas 12,84 %	Reino Unido 12,25 %
	Malásia 4,99 %	França 5,67 %	China 6,69 %	Índia 6,30 %	Noruega 7,70 %
	Noruega 4,72 %	Noruega 5,63 %	Noruega 5,27 %	Noruega 5,74 %	Índia 6,51 %
Minas Gerais	EUA 13 %	China 15,85 %	EUA 15,46 %	China 12,28 %	Alemanha 19,55 %
	Alemanha 10,52 %	EUA 14,13 %	China 13,47 %	Itália 12,28 %	Itália 18,86 %
	Japão 8,66 %	Alemanha 11,89 %	Itália 9,79 %	Japão 10,97 %	Japão 17,65 %
	Itália 7,80 %	Japão 9,35 %	Alemanha 7,50 %	EUA 8,64 %	China 8,65 %
	França 7,80 %	Reino Unido 6,85 %	França 6,43 %	Alemanha 7,96 %	Áustria 4,15 %

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2010)

A distribuição por sexo dos imigrantes que receberam visto, indica uma forte preponderância de homens, o que seria natural dada as atividades exercidas pela maioria dos demandantes que estão ligadas à prospecção de petróleo e atividades em navios de turismo. Do total de autorizações em 2010, cerca de 90% corresponde a eles.

Em relação à escolaridade, como mostra a Tabela 7, 31.662 demandantes de visto tinham curso superior ou habilitação legal equivalente (56,53%) ; 21.639 com segundo grau completo ou técnico profissional (38,64); 476 mestrado (0,85%) e 202 (0,36%) pós graduação. Apenas 88 (0,16%) tinham o segundo grau incompleto e 54 (0,10%) ainda não tinham completado o primeiro grau. Tais percentuais, com poucas alterações, se repetem em

todos os anos indicados na Tabela 7, valores estes bem acima da formação escolar dos brasileiros. Tal fato pode indicar uma situação já apontada por alguns autores, Fernandes e Diniz (2009), de que o país vive uma situação de “*brain gain*”.

Tabela 7 – Autorizações concedidas a estrangeiros por escolaridade (2006-2010)

Nível Escolaridade	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%
SUPERIOR COMPL. OU HABILIT. LEGAL EQUIV.	11.976	47,08	17.126	58,08	25.694	58,4	24.856	57,92	31.662	56,53
2º GRAU COMPLETO OU TEC. PROFISSIONAL	8.609	33,84	9.487	32,17	16.422	37,4	16.538	38,54	21.639	38,64
MESTRADO	90	0,35	150	0,51	234	0,53	213	0,50	476	0,85
POS GRADUAÇÃO SUPERIOR INCOMPLETO	35	0,14	77	0,26	165	0,38	191	0,45	202	0,36
1º GRAU COMPLETO	44	0,17	51	0,17	109	0,25	80	0,19	120	0,21
DOUTORADO	52	0,20	44	0,15	79	0,18	73	0,17	112	0,20
2º GRAU INCOMPLETO	220	0,86	654	2,22	265	0,60	126	0,29	88	0,16
1º GRAU INCOMPLETO	6	0,02	26	0,09	26	0,06	68	0,16	54	0,10
NÃO INFORMADO	4.342	17,08	1.786	6,05	885	2,02	652	1,51	1.528	2,73
Total	25.440	100	29.488	100	43.993	100	42.914	100	56.006	100

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2010)

No âmbito da América do Sul, vale destacar os acordos do Mercosul que tratam do livre trânsito de pessoas. Os argentinos são os que mais solicitam autorização de trabalho no Brasil. Em 2010, foram 644 autorizações concedidas, seguidas pela Venezuela com 562; Chile com 383; Bolívia com 90; Uruguai com 66 e Paraguai com 28.

Atualmente, o MERCOSUL é formado por quatro países, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, além da Venezuela que aguarda desde 2006 a aprovação dos congressos nacionais para sua entrada, mais particularmente pelo congresso paraguaio. Como estados associados encontram-se Bolívia, Chile, Peru, Colômbia e Equador.

Patarra e Baeninger (2004) defendem a importância crescente dos movimentos inter bloco, não tanto pelo volume, mas por sua diversidade e suas implicações nas relações entre os países do Mercosul e possível divisão de trabalho regional.

Quanto aos refugiados, o Brasil, junto com a Argentina e Chile, vem despontando desde a redemocratização, como país emergente no tocante à admissão de refugiados. Segundo o CONARE (Comitê Nacional para Refugiados), havia em julho de 2009, 4.153

refugiados, de 72 nacionalidades, residindo no Brasil. Além desses, há de se apontar os bolivianos, que são discriminados, embora possuam direito de residência pelo acordo do MERCOSUL e vivem em condições precárias nos grandes centros metropolitanos.

Porém, ainda podem-se perceber alguns fluxos imigratórios recentes no Brasil, como o caso dos Africanos mais como refugiados e dos Haitianos, como migração de cunho laboral, mas conseguida via a solicitação de refúgio e posterior concessão de visto humanitário, que não denotam representatividade no cenário nacional, embora tenha merecido esforços por parte das autoridades brasileiras, principalmente do Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Justiça para a regularização destes.

A história do Brasil está intrinsecamente vinculada à história de Portugal. Diferentes aspectos da cultura, da economia, da política, dos costumes brasileiros, até hoje, revelam a influência portuguesa. Dir-se-ia que esses traços portugueses se devem, sobretudo, aos processos migratórios, que se iniciaram a partir da colonização do Brasil. A presença de portugueses no Brasil contribuiu na formação da maior comunidade de imigrantes no Brasil que, em 2000, segundo as estimativas ultrapassava 700.000 pessoas, dependendo da fonte utilizada. Como maior contingente de imigrantes estrangeiros no Brasil, os portugueses merecem um olhar mais atento.

4.3.2 Comunidade portuguesa no Brasil

No que tange à comunidade portuguesa no Brasil, podem se destacar, à princípio, alguns motivos, de forma ampla, que os levaram a migrar: descobrimento de novas terras, colonização e povoamento de espaços pouco habitados, busca por trabalho e sobrevivência. Segundo Trindade (1986), emigraram, também para adquirir e vender mercadorias como os escravos e para fugir da intolerância religiosa e a circunstâncias políticas adversas ou ideologicamente inaceitáveis.

Os primeiros emigrantes foram enviados do Rei, que cumpriam ordens, tendo em vista dar início à colonização e ao povoamento do Brasil. Em seguida, a partir de meados do século XVI, apareceram novas categorias de emigrantes. Primeiro, os dirigentes, oficiais, técnicos, feitores e demais pessoal administrativo que garantiriam o funcionamento da colônia; e depois, homens livres que por decisão própria, pelas condições econômicas menos favoráveis na metrópole portuguesa, procuravam por oportunidades de trabalho e, por último, emigrantes

forçados, como exilados, criminosos e escravos trazidos da África, que foram a principal força de trabalho manual da colônia. (ROCHA-TRINDADE, 1986).

Para Pereira (2002):

... a emigração portuguesa resulta na não absorção pelos respectivos mercados nacionais da enorme massa de camponeses que a desagregação do Antigo Regime e o desenvolvimento das relações capitalistas no campo libertara, e correspondem ambas à solicitação de mão de obra assalariada para a substituição de mão de obra escrava, no outro lado do Atlântico. (PEREIRA, 2002).

Essa força de trabalho seria aproveitada nas culturas do tabaco e da cana; na mineração do ouro e nas pedras preciosas; e no cultivo do café. Tal fenômeno motivou a cerca de 800 mil portugueses emigrarem para o Brasil.

Rocha-Trindade (1995) afirma que, em primeiro lugar, as oportunidades econômicas tinham se manifestado no nordeste do Brasil, em especial na Bahia e Pernambuco, onde a cultura do algodão e da cana era abundante. Entretanto, no período de 1698 e 1750, a descoberta mineira pelos bandeirantes oferece grandes oportunidades de enriquecimento fácil com a possível exploração de ou jazidas auríferos e de pedras preciosas, levando os Portugueses em direção ao centro do território brasileiro, para as regiões de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Inicialmente dominante, o fluxo português se equipara ao italiano, entre 1875 a 1884, sendo a partir de então suplantado por este último com o propósito de atender a demanda na agricultura e indústria. De 1902 a 1931, predomina novamente a emigração portuguesa, apenas sendo superada nos três anos seguintes pelo fluxo japonês. Depois disso, a tendência se mantém, só declinando quando os portugueses começam, sem alternativa, a emigrar para a França e para outros países da Europa (SERRÃO apud TRINDADE, 1986). Esse novo fluxo só se sucedeu a partir do início dos anos 60, em que o Brasil deixa de ser o principal país de destino dos portugueses.

Segundo Pereira (2002), a comparação diacrônica em longo prazo da emigração portuguesa põe em evidência, pelo contrário, a diversidade das diferentes ondas migratórias, mesmo quando a origem e o destino são idênticos, mas medeia entre elas uma distância temporal, que necessariamente significa mutação de todos os vetores que se cruzam no fenômeno complexo e global que é a emigração. É assim que, no século XIX, a Independência do Brasil e o fim do Antigo Regime em Portugal, apesar da lentidão da modificação das formações sociais brasileira e portuguesa, transformaram profundamente a natureza da corrente emigratória luso-brasileira. A alteração da articulação entre as economias

portuguesa e brasileira modificou a função da população portuguesa no Brasil, a qual deixou de fornecer o enquadramento administrativo e econômico para se tornar a principal fonte de mão de obra utilizada.

Baganha (1991) afirma que os portugueses continuaram a mostrar preferência pelo Brasil entre meados do século XIX e XX e que apenas os açorianos optaram predominantemente por destino diferente, emigrando na sua maioria para os Estados Unidos.

No século XX, as principais causas da emigração portuguesa para o Brasil são, citadas por Oliveira Martins apud Rocha-Trindade (1986): carestia da vida, peso dos tributos e encargos hipotecários, a excessiva fragmentação do solo, principalmente na região do Minho. Juntam-se a estas razões estruturais, razões conjunturais como ruína da viticultura e cerceamento das obras e empregos públicos, devido à crise financeira do Estado. Além destas, não se podem ignorar as vontades individuais, os desejos de afirmação social e familiar, além das motivações econômicas.

Pereira (2002) afirma:

A emigração desempenhou um papel decisivo na diminuição da mão de obra camponesa semiempregada, que o lento crescimento industrial não permitia absorver. Ao longo dos séculos XIX e XX, os emigrantes preferiram os novos países do continente americano, principalmente o Brasil, às regiões africanas, onde então se lutava pela formação do novo império português. (PEREIRA, 2002).

As diferentes motivações para emigrar e sua sustentabilidade pelo tempo podem ser explicadas pelas teorias da migração apresentadas no Capítulo 3. Ressalta-se que a maioria das teorias possui uma base econômica, desde Ravenstein, quando cita que a migração é resultante da vontade individual do sujeito em busca de melhores condições econômicas, através das oportunidades oferecidas na região de destino, muitas vezes expressas através de melhores níveis salariais. Porém, as variáveis não econômicas também estarão intrínsecas, ou até extrínsecas dependendo do contexto de cada país e cada indivíduo, e serão vistas como elementos que impulsionam ou freiam o movimento migratório.

É notável o caráter interdisciplinar deste tema. Desde Ravenstein, no século XIX, como base para os modelos *push-pull* e como precursor das teorias econômicas, que defendem a decisão de migrar como racionalmente motivada, até as teorias sociais que possuem as relações sociais como determinantes dos fluxos, e que podem explicar o início dos fluxos e sua autossustentação ao longo do tempo. Sendo assim, ajudam a explicar por qual razão os movimentos Portugal-Brasil e vice-versa coexistem na atualidade.

Para Trindade (1983), o Brasil se constituiu, pelo menos desde sua independência, o destino mais favorável possível para a fixação de emigrantes portugueses, devido ao seu gigantismo, dotado de imensos espaços por desbravar ou ocupar, cercado por diversas riquezas naturais, abundantes e inexploradas.

Revoredo *apud* Trindade (1986) afirma que as políticas dos sucessivos governos brasileiros foram quase sempre favoráveis à fixação dos novos colonos, sobretudo daqueles que se propusessem ao cultivo da terra, o que nem sempre era o caso dos imigrantes portugueses.

[...] era mais fácil a adaptação a um país de que se conhecia e falava a língua, em que se praticava a mesma religião e em que as duas culturas se reconheciam, mesmo que uma delas transformada, por via de uma comum ancestralidade. Privilegiados pelo peso numérico, pela solidariedade dos já estabelecidos e pelas cadeias de apoio social e cultural por eles construídas, os Portugueses sempre consideraram, naturalmente, o Brasil como uma pátria alternativa. (TRINDADE, 1983).

Durante o século XIX, Oliveira Martins estima que cerca de 50% dos emigrados para o Brasil regressaram a Portugal. Depois, a percentagem diminuiu para 10% no início do século XX. O papel das remessas nas finanças portuguesas, como componente fundamental dos indivisíveis da balança de pagamentos de 1850 a 1930, é sempre citado por Pereira (2002).

A interrupção das remessas brasileiras encerrou assim um ciclo da economia e da própria política financeira. Durante, pelo menos, sessenta anos, de 1870 a 1930, a entrada de dinheiro brasileiro não só constituiria um instrumento de monetarização da vida rural e um estímulo ao investimento na propriedade fundiária e na construção, como exerceria papel determinante na balança de pagamentos portuguesa e na situação cambial. (PEREIRA, 2002).

Os motivos que levaram ao retorno de Portugueses a Portugal são citados por Pereira (2002):

De facto, as grandes vagas de repatriamento, em 1860 e, mais tarde, durante a Primeira Guerra Mundial e a Crise de 1929, estão ligadas a fortes contrações do mercado de trabalho brasileiro, que provocam o desemprego massivo e medidas restritivas do trabalho de estrangeiros (como sucedeu após a Crise de 1929, quando tem lugar uma orientação fortemente protecionista e nacionalista). (PEREIRA, 2002).

Os emigrantes portugueses que retornaram do Brasil eram chamados de “brasileiros”, assim como outros emigrantes oriundos de outros países, passaram a ser conhecidos como os “franceses”, ou “italianos”, ou “alemães”, dentre outros. Sendo o Brasil o destino mais

significativo da emigração portuguesa do século XIX e primeira metade do século XX, abundam as referências sobre os “brasileiros”, bem como os vestígios culturais por via deles importados para Portugal.

Vale citar uma das primeiras referências científicas deste termo, citada por Alexandre Herculano, numa carta de 1873, dirigida ao conselheiro José Bento da Silva:

A denominação “brasileiro” adquiriu para nós uma significação singular e desconhecida para o resto do mundo. Em Portugal, a primeira ideia talvez que suscite este vocábulo é a de um indivíduo cujas características principais e quase exclusivas é viver com maior ou menos largueza, e não ter nascido no Brasil; ser um homem que saiu de Portugal, na puerícia ou na mocidade mais ou menos pobre e que, anos depois, voltou mais ou menos rico. (ALEXANDRE HERCULANO apud TRINDADE, 1986).

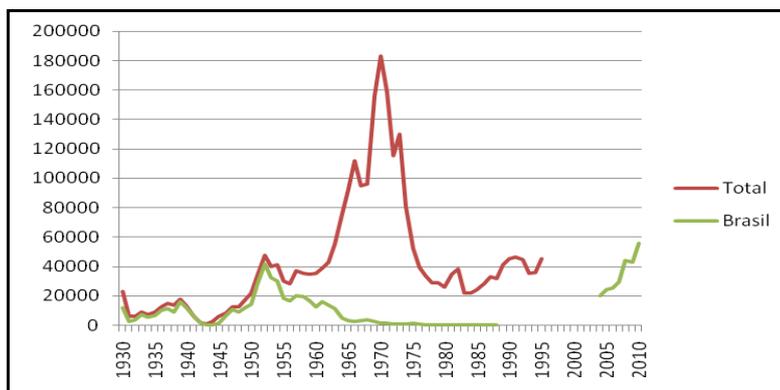
Trindade (1995) denomina o “brasileiro” como o português que do Brasil regressava rico.

Também foi citado na grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, edição de 1978: “Brasileiro [...] N. m., p.ext.: Indivíduo que esteve no Brasil e que de lá voltou com mais ou menos dinheiro; refere-se geralmente, ao homem rico [...]”.

De acordo com Trindade (1986), os “brasileiros” tiveram uma importância inegável na vida portuguesa na segunda metade do século XIX, importância que transborda à década analisada pela autora. Depois de um século, o imigrante regressado tem o prazer de assinalar o país de que lhe deu guarida e trabalho: é frequente encontrar designativos comerciais relacionados com Brasil em cafés e pastelarias, restaurantes, talhos, sapatarias e outros estabelecimentos espalhados por Portugal. A recolha de informação permite confirmar a estada no Brasil dos seus proprietários e, em geral, o reconhecimento do país que os acolheu.

Em 2010, segundo os registos consulares portugueses no estrangeiro, havia 705.615 portugueses residindo no Brasil. As estimativas divulgadas pelo Observatório Imigração apontam para o mesmo valor, há 705.600 portugueses no Brasil.

O Gráfico 4 demonstra o fluxo de emigrantes portugueses no Brasil e no mundo, no período de 1930 a 2010.

Gráfico 4 – Movimentos anuais de portugueses no Brasil e no mundo (1930-2010)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2011), Anuários Demográficos e Estatísticas Demográficas (1994)

Sobre a emigração portuguesa para o Brasil, os dados no período de 1988 a 2003 mostraram-se irrelevantes, deixando de ser discriminados, o que reflete a descontinuidade retratada no Gráfico 4. Além disso, há uma quebra de série no período de 1988 a 1992, quando os dados voltam a ser publicados, porém sem discriminar o Brasil. É importante ressaltar que os dados até o ano de 2005 medem os fluxos anuais de emigração “permanente”, ou seja, de longa duração que indicam aquelas pessoas que saem com a intenção de residir mais de um ano no Brasil. Depois de 2005, consideram-se as autorizações de trabalho, que podem ser temporárias. Portanto, não é correto comparar estas duas fases.

Em momento mais recente, já em plena crise econômica, o estudo realizado pela empresa GFK entre os dias 11 e 22 de fevereiro de 2011 com 547 inquiridos, divulgado pelo Observatório da Emigração de Portugal em 22 de junho de 2011, indicam que este país é o nono país do mundo onde seus cidadãos manifestam maior predisposição para a emigração. A pesquisa mostra que cerca de três em cada dez portugueses mostram-se dispostos a procurar pelo melhor emprego noutro país, destes 54% está entre 30 e 39 anos e 42% tem formação superior.

Os nossos resultados indicam um risco de “fuga de cérebros” no próximo ano, o que originará problemas significativos para as empresas e para os países que procuram recuperar da recessão. (GKF Portugal através do Observatório da Emigração, 2011).

De acordo com o INE (2011), os dados provisórios de 2010 demonstram que o saldo migratório, embora positivo, não foi tão baixo desde o ano de 1992 e demonstra que o número de portugueses que emigrou aumentou em 41%.

Do lado brasileiro, na maioria dos casos, as estatísticas referentes ao número de portugueses no país têm por origem o Censo Demográfico. O Censo de 2000 apontou para o

contingente de 213.203 portugueses que vivem no Brasil, correspondendo a 31% da população estrangeira e se consolidando como a maior comunidade estrangeira do Brasil, seguidos por japoneses (10,37%); Italianos (8,04%); Espanhóis (6,3%); e Paraguaio (4,2%).

A distribuição espacial desses imigrantes, apresentada na Tabela 8, indica uma forte concentração na cidade de São Paulo e do Rio de Janeiro, onde residiam quase 60% dos portugueses radicados no Brasil.

Tabela 8 – Número de pessoas nascidas em Portugal por principais municípios brasileiros de residência, segundo sexo (2000)

Município	Masculino	Feminino	Total	Total %
São Paulo	31022	32253	63275	29,68%
Rio de Janeiro	31264	30579	61843	29,01%
Santos	3827	4327	8154	3,82%
Niterói	2016	1744	3760	1,76%
Guarulhos	2012	1683	3695	1,73%
Nova Iguaçu	1493	1092	2585	1,21%
Santo André	1251	1294	2545	1,19%
São Gonçalo	1381	982	2363	1,11%
Duque de Caxias	1249	946	2195	1,03%
Osasco	1023	1092	2115	0,99%
São Bernardo do Campo	925	951	1876	0,88%
Curitiba	927	657	1584	0,74%
Campinas	806	744	1550	0,73%
São João de Mereti	815	659	1474	0,69%
São Vicente	738	733	1471	0,69%
Porto Alegre	807	543	1350	0,63%
Belém	711	595	1306	0,61%
São Caetano do Sul	603	559	1162	0,54%
Belo Horizonte	619	529	1148	0,56%
Demais Municípios do Brasil	27506	20255	47761	22,40%
Total	110995	102217	213212	100,00%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000)

A emigração portuguesa para o Brasil tem aumentado na primeira década do século XXI, sobretudo devido à crise econômica que atingiu o país.

4.3.3 Emigração brasileira

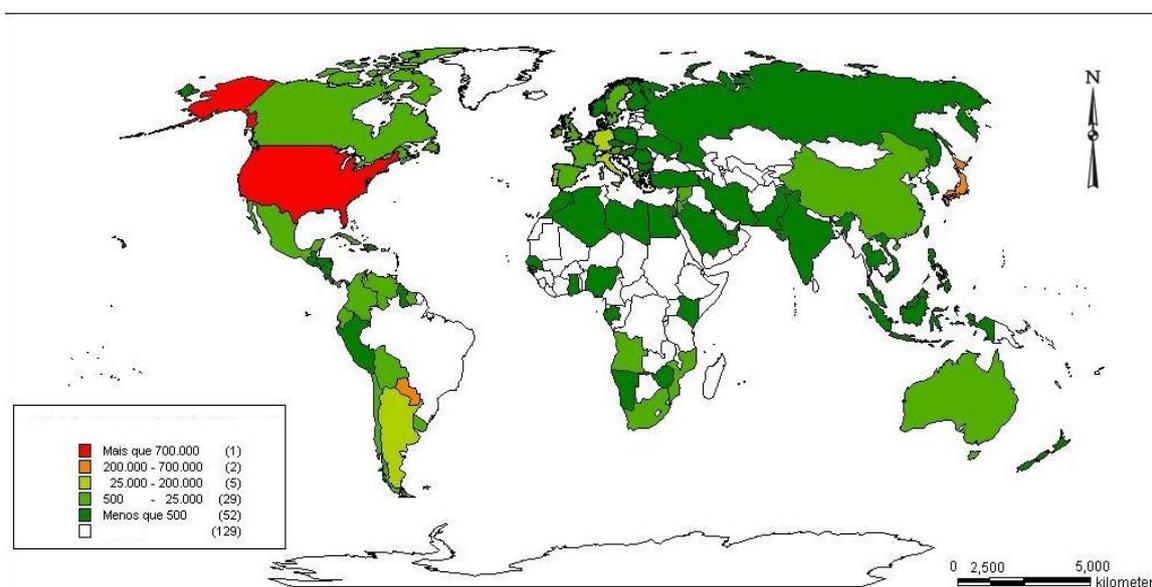
Na década de 90, a crise econômica, a alta inflação, a desilusão pós-abertura de mercado e a falta de perspectivas se solidificaram como motivos para a emigração dos brasileiros. A grande maioria saiu com a expectativa do retorno: pretendia-se, após trabalhar

no exterior e cumprir o objetivo de juntar dinheiro, voltar para recomeçar sua vida na sociedade de origem. Ao mesmo tempo, os países receptores ofereciam mercados de trabalho atraentes em setores geralmente rejeitados pelos seus cidadãos, como áreas relacionadas à limpeza e à construção civil, por exemplo, o que motivou o fluxo de brasileiros.

Como diz Sales (1999), as migrações recentes são um retrato de um Brasil, que se na passagem do século XIX e primeiras décadas do século XX, recebia imigrantes que para cá trouxeram o seu legado de técnica e cultura, agora, os brasileiros saem para algum lugar, onde vão realizar um trabalho geralmente aquém de sua qualificação profissional.

Não há dados precisos e nem consenso sobre o número de brasileiros no exterior. Em 2009, o Ministério das Relações Exteriores estimou, aproximadamente, 3.040.000 brasileiros residentes no exterior, sendo os destinos mais procurados: EUA, Paraguai, Japão, Reino Unido, Portugal, Itália e Espanha. Desde o início dessa tendência, desde a década de 80, as perdas populacionais do Brasil para países desenvolvidos encontraram nos Estados Unidos o destino preferido. O Mapa 2 mostra a distribuição de brasileiros pelos continentes e a Tabela 9, os principais países recebedores.

Mapa 2 – Distribuição de brasileiros pelo mundo (2009)



Fonte: Organizado por Carolina Nunan; cartógrafa: Rosamaria Menegaz / Fonte de dados: Ministério das Relações Exteriores (2009)

Tabela 9 – Principais países de destino da emigração brasileira (2008-2009)

Países	2008	2009
Estados Unidos	1.240.000	1.280.000
Paraguai	487.517	300.000
Japão	310.000	280.000
Reino Unido	150.000	180.000
Portugal	147.500	137.600
Espanha	110.000	125.000
Alemanha	46.209	89.000
Itália	132.000	70.000
França	30.000	60.000
Suíça	55.000	57.500

Fonte: Ministério das Relações Exteriores (2009)

Importante lembrar que este quantitativo apresentado pelo Ministério das Relações Exteriores não traz nenhuma acuidade científica e é fruto do somatório de estimativas elaboradas pelas representações consulares com base na emissão de documentos como passaportes, procurações ou mesmo interpretações pessoais de encarregados dos serviços consulares. No entanto, em uma situação de quase nenhuma informação, estes dados poderiam ser considerados como um patamar superior do número de brasileiros vivendo no exterior.

Segundo Martes e Fazito (2009) e OIM (2010), os emigrantes brasileiros nos Estados Unidos têm, inicialmente, o sudeste do Brasil como região de origem, mais precisamente Minas Gerais e como destino, os estados americanos de New Jersey e Massachussets, como região de concentração de maior frequência; aqueles originários do Sul do Brasil buscam, em sua maioria, o Estado da Flórida e Oeste, nos Estados do Texas, Arizona e Califórnia.

Ao longo da década de 80, os brasileiros utilizavam-se do visto de turismo para entrar nos EUA e permaneciam, irregularmente, após a sua expiração. Com o endurecimento das leis de imigração e maior controle das fronteiras com o México, o fluxo emigratório sofreu uma redução, principalmente na primeira metade da década de 90. Com as redes sociais, os fluxos de entrada clandestina se intensificaram e atingiram o ápice em 2000, quando o DHS – *Department of Home Security* registra a detenção de 54.000 brasileiros em situação ilegal na fronteira.

Todo o rigor da fiscalização foi incrementado a partir do acontecimento de 11 de setembro de 2001, quando os EUA sofreram atentados terroristas em algumas de suas

principais cidades. A partir deste episódio, os emigrantes em potencial começaram a olhar para o outro lado do Atlântico, em específico para Portugal, o que de certa forma, explica o aumento do fluxo após desta data, mesmo com as fortes redes sociais já existentes entre estes dois países, como afirma Machado (2005).

... mas ele não poderia prever o impacto do endurecimento das políticas anti-imigração americanas após 11 de setembro. Toda essa estrutura ilegal veio sofrer grandemente com o endurecimento do controle na emigração nos EUA, após 11 de setembro... Há muitos indícios de que parte do aparato de migração ilegal que levava brasileiros para os EUA tenha se direcionado a Portugal. É de supor que o aumento de emigrantes brasileiros mineiros, o fechamento das rotas usadas pelos traficantes valadarenses para colocar emigrantes nos EUA e o aumento de emigrantes brasileiros em Portugal tenham relação entre si: ou seja, é plausível imaginar que estas estruturas de emigração ilegal direcionadas para os EUA tenham voltado suas atenções para a emigração na Europa, sendo Portugal uma das localidades preferidas, por algumas facilidades que existem em relação aos EUA. (MACHADO, 2005, p.17).

Segundo o consulado brasileiro em Houston, através do Ministério do Trabalho e Emprego, ainda de acordo com Machado (2005), até 11 de novembro de 2005, aproximadamente 48 mil brasileiros haviam sido detidos pelos guardas fronteiriços. O fluxo brasileiro ganhou destaque com a implementação da política anti-imigratória do Texas (*Hold on*), quando Bush a exemplificou com a detenção de imigrantes brasileiros. Com isso, o México, que até então, possuía com o Brasil um acordo de isenção de vistos, passou a exigí-lo no segundo semestre de 2005. A exigência exclusiva do visto mexicano permaneceu até maio de 2010, quando, alternativamente, passaram a aceitar o visto americano para a entrada de brasileiros em seu território.

Na Europa, o fluxo tem se intensificado nos últimos vinte anos e os países onde tem ocorrido a maior concentração de nacionais do Brasil, em período recente, são: Portugal, que, em 1996 e 2003, absorvia, respectivamente, 22 mil e 70 mil; Itália, que, em 1996, abrigava 17 mil brasileiros e, em 2003, 35 mil; e a Espanha, que respondia pela admissão de 12 a 32 mil brasileiros nesse mesmo par de anos. (PATARRA, 2005).

Além de Portugal, cujas particularidades serão tratadas mais adiante, a Espanha é atualmente um importante país da Europa com presença de imigrantes brasileiros, contando com aproximadamente 125 mil indivíduos (dados do MRE, 2009, referendados pelos registros administrativos de Empadronamento Municipal espanhol, o qual identificou a residência de 92 mil brasileiros em 2007). Esse fluxo é relativamente recente e tem se intensificado nos últimos 10 anos, possivelmente ganhando evidência, a partir da re-emigração de brasileiros que aportaram em Portugal e na Itália. Merece destaque também o incremento recente do

estoque de brasileiros residentes no Reino Unido e Irlanda que, somadas as estimativas, acusam a presença de aproximadamente 200 mil brasileiros (MRE, 2009).

Outro fluxo relevante é o que tem por destino o Japão. No final dos anos 1980, filhos e netos dos japoneses que chegaram ao Brasil no início do século XX emigraram para a terra de seus ancestrais em busca de trabalho na indústria. Esse fluxo migratório, caracterizado pelo apoio institucional do governo japonês, vem ocupando a terceira posição no ranking das perdas populacionais do Brasil: em 1996, viviam no Japão cerca de 260 mil brasileiros que, em 2003, atingiam a casa de 269 mil (PATARRA, 2005), em 2007, 310 mil (MRE, 2008) e em 2009, 280 mil (MRE, 2009). Neste caso vale ressaltar que os quantitativos fornecidos tanto pelo Governo japonês como pelas autoridades brasileiras guardam forte semelhança. A emigração internacional para o Japão está intimamente ligada à imigração de japoneses para o Brasil no início do século XX. Os emigrantes brasileiros são basicamente provenientes das mesmas regiões de destino dos imigrantes japoneses de um século atrás (estados do Paraná e São Paulo). No Japão, ficaram conhecidos como *dekasseguis*, fato que contribuiu para o processo de formação de uma identidade transnacional da comunidade de residentes brasileiros.

Quanto à emigração internacional de brasileiros para outros países da América do Sul, atenção especial merece a corrente migratória que tem tido como destino o Paraguai. Segundo país na hierarquia dos que mais têm ganhado com as trocas populacionais com o Brasil, o Paraguai acolhia em 1996, cerca de 350 mil brasileiros, em 2000, 454 mil e, em 2008, 300 mil (MRE, 2009). Vale destacar que o fluxo para esse país iniciou-se na década de 70, através de políticas de desenvolvimento agrícola propostas pelo governo local, que atraíram brasileiros, tanto na qualidade de proprietários, como de trabalhadores, que vieram a ser conhecidos como “brasilguaio”.

Outro destino ainda menos conhecido e investigado até o momento diz respeito às migrações nas áreas fronteiriças ao norte do Brasil. Esse fluxo têm se intensificado muito, especialmente na última década. O maior destaque, e também o fluxo de saída mais conhecido, refere-se às migrações na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa (cerca de 20 mil brasileiros, segundo MRE), que apresenta laços históricos com o Brasil, devido à integração de um mercado de trabalho regional que remonta à década de 1960, quando do início da construção da base aeroespacial de Kourou.

Em relação às principais regiões de origem dos imigrantes, aponta a OIM (2010), que elas se alteraram no tempo. Na década de 80, a maior parte vinha das regiões Sudeste e Sul, representadas por 91%. Na década de 90, esse percentual baixou para 79%.

O Ministério das Relações Exteriores afirma que os mineiros são maioria em três dos cinco países com as maiores comunidades: Estados Unidos, Portugal e Inglaterra. Nesse sentido, o relatório da CPMI Emigração lembra que o fluxo de mineiros ficou conhecido quando dentre os 300 deportados dos Estados Unidos, em Agosto de 2005, 199 eram mineiros. Em Portugal o MRE calcula que 30% sejam provenientes do Estado de Minas Gerais.

A grande presença de pessoas oriundas de cidades do Estado de Minas Gerais entre os emigrados é também uma característica da comunidade brasileira no exterior, tendo como pioneira, a cidade de Governador Valadares. (SALES, 1999).

Quando se trata das motivações que levaram á imigração, aparentemente, prevalecem as motivações econômicas. Mas, segundo Sales, a enorme presença de mineiros entre os emigrados não pode ser explicada só por tais fatores. Deve-se considerar, também, o papel das redes sociais e a disseminação de uma cultura migratória na região.

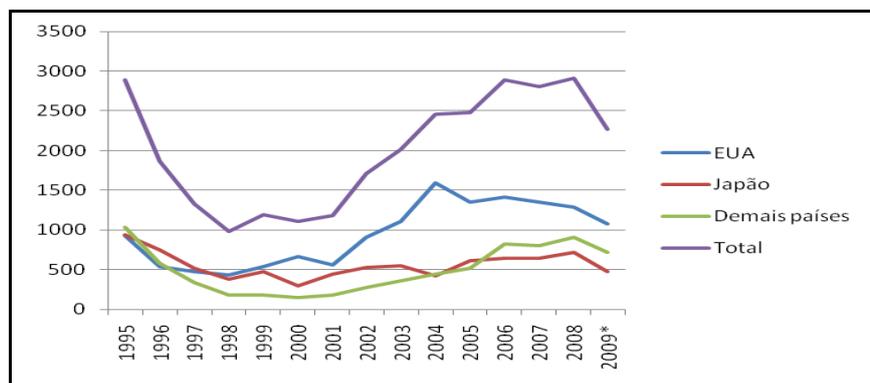
Embora seja plausível o argumento de Sales (1999), segundo o qual, a emigração não é motivada apenas por razões econômicas, não se pode ignorar o que esse fenômeno significa para a economia dos locais de origem desses brasileiros migrantes.

Neste ponto são as remessas, enviadas pelos brasileiros que residem no exterior, que indicam a parcela da importância do aspecto econômico. As remessas de dinheiro representam, aproximadamente, 0,3% do PIB anual do país e tem sua origem distribuída entre Ásia (31,9%); EUA (29,1%); e Europa (27,3%). (PNUD, 2009). Estes valores consistem num importante fator no Balanço de pagamentos e no desenvolvimento local e, e às vezes, até ao nível regional. Há três principais fontes de dados sobre remessas no Brasil: Banco Central do Brasil, BID e Banco Mundial. Estima-se que em 2008, o Brasil tenha recebido USD 2.913 milhões registrados na conta “Manutenção de residentes” do Balanço de Pagamento do Banco Central do Brasil.

Até meados dos anos 2000, as remessas eram feitas, sobretudo, de modo informal, ou seja, fugiam do registro no Banco Central. Tal fato ocorria por conta das taxas cobradas pelas instituições financeiras, o que inviabilizavam os envios de pequena monta. Além deste motivo, a acessibilidade ao sistema bancário, através das agências de câmbio era insatisfatória, restringindo-se aos grandes centros urbanos, que nem sempre correspondiam aos locais onde os imigrantes se situavam. O Gráfico 5 mostra os volumes anuais das

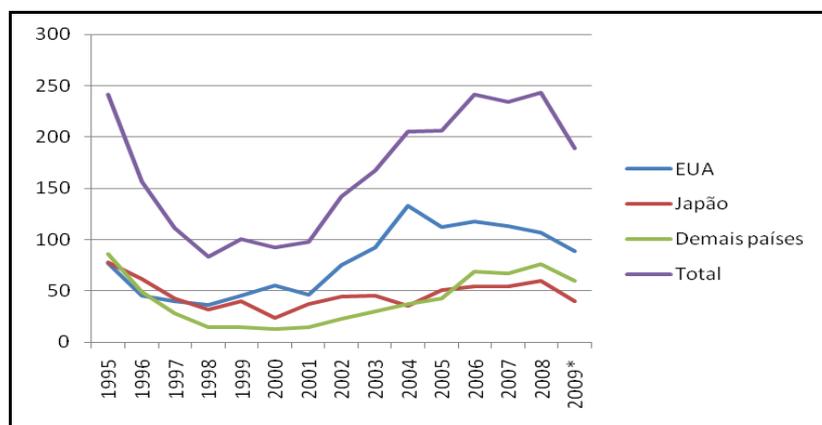
remessas e o 6, o valor médio mensal enviado ao Brasil, em milhões de dólares, vindos dos EUA, Japão e outros países, nos anos de 1995 a 2009.

Gráfico 5 – Volume total anual de remessas enviadas por brasileiros residentes no exterior por país de origem dos envios, em USD milhões (1995-2009)



Fonte: Banco Central do Brasil (2009)
*2009, dados até junho

Gráfico 6 – Valor médio mensal das remessas enviadas ao Brasil, por país de origem dos envios, em USD milhões (1995-2009)



Fonte: Banco Central do Brasil (2009)
*2009, dados até junho

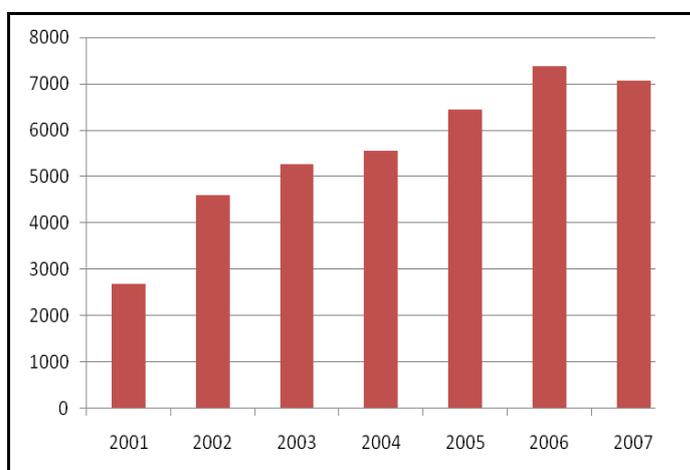
Os dados sobre o volume total de remessas é proveniente da rubrica “manutenção de residentes” das contas nacionais do Banco Central do Brasil. Nota-se que o montante de remessas enviado em 1995 foi superado apenas pelo montante enviado em 2008. É um fato bastante curioso, tendo em vista que a emigração brasileira aumentou neste período, sendo provável que as remessas apresentassem um comportamento semelhante. Uma razão plausível seria as variações cambiais, principalmente com a nova política cambial que se estendeu de 95

a 99, em que se manteve a paridade do real com o dólar americano. A partir deste momento, o câmbio se tornou flutuante novamente, tornando o real desvalorizado, o que pode explicar a queda das remessas do Brasil para o exterior e o aumento das remessas do exterior para o Brasil.

Outro comportamento notório é a supremacia dos valores vindos do Japão nos anos de 1995-1997. Apenas a partir de 1998, as remessas vindas dos Estados Unidos superaram o Japão, e no ano de 2003 observa-se que esse número corresponde à metade daquele. Importante salientar que nem sempre o país de origem da remessa corresponde àquele de residência do imigrante. Algumas instituições financeiras fecham contratos de câmbio que podem ser negociados em vários locais, antes de ser enviado ao destino definitivo. Isto não inviabiliza o uso destas informações, mas serve de alerta para a análise de alguns casos.

Os dados apresentados pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento mostram resultados diferentes pelo Banco Central, em que são bem maiores os volumes de remessas e colocam o Brasil em segundo lugar, como maior receptor da América Latina, atrás somente do México. (Ver Gráfico 7) Ressalta-se que a diferença de valores encontra-se na formação dos valores apurados, ou seja, o BID considera como remessas, a transferência de valores financeiros e mercadorias entre dois países, enquanto o Banco Central considera apenas os valores financeiros agregadas de estimativas sobre o envio de presentes e outros artigos que podem auxiliar na subsistência daqueles que não migraram. No caso do relatório do Banco Central do Brasil estão registradas somente as transações financeiras.

Gráfico 7 – Volume de remessas recebidas no Brasil em milhões de Reais (2008)



Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento (2008)

Concluindo este pequeno retrospecto sobre a emigração de brasileiros, observa-se que, apesar dos limites a que são submetidos, sobretudo quanto aos esforços de fiscalização da polícia de fronteira dos países estrangeiros, muitos brasileiros continuam vindo na migração uma perspectiva de vida. Atenta-se para o fato de que a condição de imigrantes ilegais e/ou irregulares, os deixa vulneráveis às políticas públicas dos países de destino e, ainda, sujeitos às situações de exploração como salários abaixo da média da categoria, jornadas extenuantes de trabalho, inexistência de qualquer direito trabalhista e, até, às vezes, submetidos ao regime de escravidão e tráfico de pessoas.

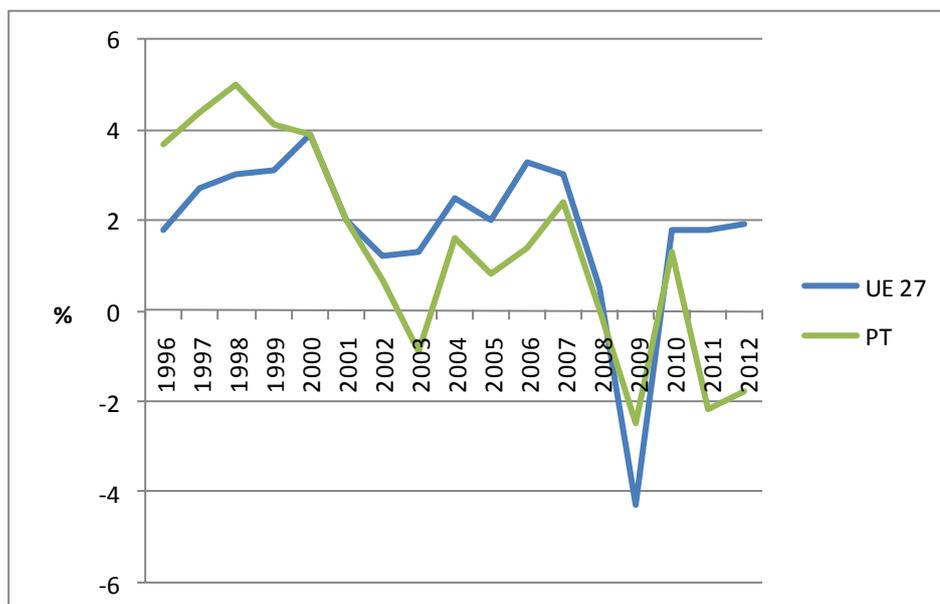
O próximo capítulo descreve o panorama português, ao considerar aspectos econômicos e migratórios.

5 PANORAMA PORTUGUÊS

Neste capítulo apresenta-se, de maneira sucinta, o cenário português diante dos impactos da crise econômica internacional e seus reflexos sobre a comunidade estrangeira, especialmente sobre os imigrantes brasileiros.

5.1 Contexto socioeconômico

Apesar de alguns sinais evidentes de problemas econômicos em alguns países da Europa notadamente Portugal e Espanha, a crise global iniciou-se em 2008 com a falência do tradicional banco norte-americano de investimentos *Lehman Brothers*, fundado em 1850. Com isso, propagou-se uma onda de recessões pelo mundo, afetando os dois lados do Atlântico. A União Europeia sentiu profundamente seus efeitos. Segundo o Eurostat, a taxa de crescimento real do PIB (Produto Interno Bruto) caiu fortemente entre 2008-2009, apresentando um percentual de apenas 0,5% em 2008 e um percentual negativo de 4,3% no último ano. (Ver Gráfico 8). Essa quebra atingiu a grande maioria dos países comunitários, incluindo aqueles cujo crescimento econômico é habitualmente mais forte. Em 2010, porém, o valor médio recuperou, atingindo 1,8%, e prevê-se que uma taxa de crescimento moderada se mantenha até 2012. Uma das consequências da recessão foi o aumento da taxa de desemprego. Esta, que tinha atingido um mínimo de 7% para o conjunto dos países da União em 2008, aumentou para 8,9% em 2009 e 9,6% em 2010. Nesta conjuntura, sabe-se que o volume dos fluxos imigratórios se reduziu em 6% no ano de 2008 e o fluxo emigratório cresceu 13%, de acordo com o boletim do Eurostat divulgado em janeiro de 2011.

Gráfico 8 – Taxa de crescimento do PIB da União Europeia e de Portugal (1996-2012)

Fonte: Eurostat (os valores para 2011 e 2012 são previsões)

Ao analisar Portugal, o cenário econômico não foi totalmente diferente, apresentando indicadores econômicos e de crescimento em baixa nos últimos anos, em consequência da recessão. Percebe-se, porém, que a evolução da economia portuguesa possuiu contornos específicos e tem sido mais gravosa do que a média. Assim, a admissão na União Europeia em 1986 e a posterior adesão à moeda única – o euro – transformaram positivamente a economia portuguesa, que se fez visível em sua infraestrutura, em suas cidades. Portugal revigorou-se e teve que se esforçar para aumentar a produtividade de setores tradicionais de sua economia. As fontes de financiamento se multiplicaram e a custos baixos. E, como muitos países em fase de transição, Portugal foi seduzido pelo endividamento. A facilidade com que conseguia financiar déficits contribuiu para que Portugal mantivesse uma estrutura de gastos incompatível com seu contexto econômico. Neste cenário, o círculo vicioso se formou, ao apresentar baixo crescimento e alta necessidade de financiamento externo, além de ter se agravado pela crise internacional de 2008/2009, que encontrou Portugal numa situação vulnerável.

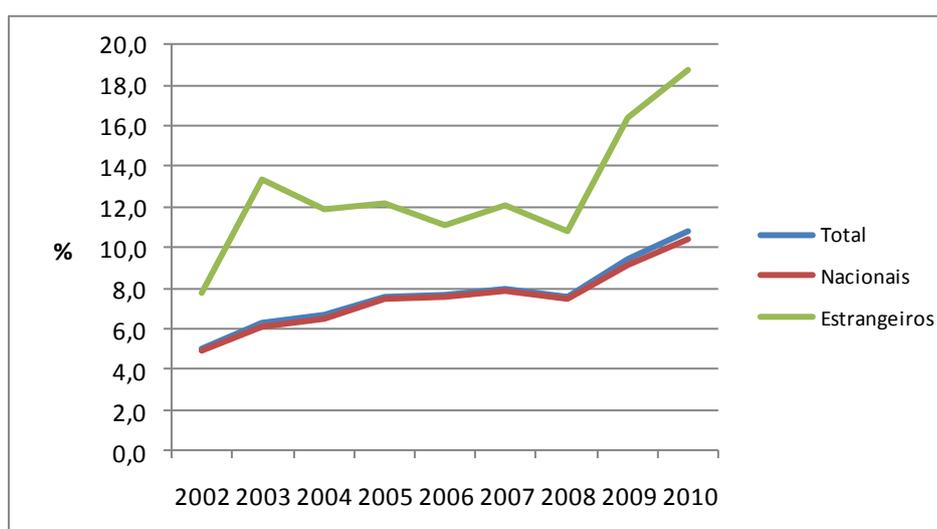
Peixoto e Iorio (2011) afirmam que em Portugal a situação pré-crise já registrava um maior índice de desempregados nas comunidades imigrantes do que nas populações autóctones, tendo o desequilíbrio conhecido um agravamento como consequência dos impactos da crise. Esse agravamento pode ser considerado como assimétrico, uma vez que os

mais expostos são os jovens imigrantes, com ou sem qualificações, e a mão de obra masculina adulta sem qualificações, principalmente a situada na construção civil.

Ao observar a taxa de crescimento do PIB (rever Gráfico 8), no final da década de 1990 Portugal apresentou um crescimento mais pujante do que a média da União Europeia, chegando a atingir uma taxa de 5% ao ano em 1998. Porém, o PIB começou a se degradar no início do novo século e, em 2002, o seu crescimento passou a ser inferior à média da União Europeia. Durante a maior parte da década a economia portuguesa divergiu face à média comunitária. A partir de 2008 a situação agravou-se, atingindo-se um crescimento nulo nessa data e negativo, de -2,5%, em 2009, ainda assim ligeiramente mais favorável do que a média da União Europeia. Em 2010, apesar de um crescimento ligeiro, a situação de Portugal deteriorou-se de novo face aos outros países europeus. Face às dificuldades financeiras do país, está prevista uma nova recessão em 2011 e 2012.

O desemprego também registrou um aumento súbito, passando de um valor de 7,6% em 2008 para uma taxa de 10,8% em 2010 (ver Gráfico 9). Um dos setores mais afetados pela crise foi o da construção civil, setor em destaque nas ocupações dos imigrantes (ver Tabela 10). Por isso, não espanta que a taxa de desemprego dos estrangeiros residentes em Portugal ainda tenha aumentado de forma mais brutal (ver Gráfico 9). Em 2010, a taxa de desemprego dos estrangeiros atingia os 18,8%, e esse valor aumentaria se se considerassem apenas os estrangeiros não comunitários (Peixoto e Iorio, 2010; Peixoto, 2011).

Gráfico 9 – Taxa de desemprego em Portugal (2002-2010)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2011)

Tabela 10 – Desemprego registrado por ocupações em Portugal (dez. 2010)

1.1 Quadros superiores da administração pública	148	%
1.2 Diretores de empresa	6.047	0,03
1.3 Diretores e gerentes de pequenas empresas	1.384	1,12
2.1 Especialistas ciências físicas, matemática e engenharia	7.171	0,26
2.2 Especialistas ciências da vida e profissional da saúde	3.747	1,32
2.3 Docentes ensino secundário, superior e prof. simil.	3.678	0,69
2.4 Outros especialidades profissões intelectuais e científicas	16.648	0,68
3.1 Técn. nível intermediário da física, química e engenharia	17.875	3,07
3.2 Profs. nível intermediário das ciências da vida e da saúde	3.155	3,30
3.3 Profissionais de nível intermédio do ensino	3.891	0,58
3.4 Outros técnicos e profissionais de nível intermédio	23.754	0,72
4.1 Empregados de escritório	55.769	4,38
4.2 Empregados de recepção, caixas, bilheteiras e simil.	11.794	10,29
5.1 Pessoal dos serviços, de proteção e segurança	67.772	2,18
5.2 Manequins, vendedores e demonstradores	39.223	12,51
6.1 Trabalhadores qualificados da agricultura e pesca	14.297	7,24
6.2 Agricultores e pescadores - subsistência	187	2,64
7.1 Operários e trabalho similares da indústria extrativa e construção civil	47.150	0,03
7.2 Trab. da metalurgia, metalomecânica e similares	21.036	8,70
7.3 Mecânicos de prec., oleiros, vidreiros, artes gráficas	3.663	3,88
7.4 Outros operários, artífices e trabalhadores similares	32.486	0,68
8.1 Operadores de instalações fixas e similares	2.656	6,00
8.2 Operadores máquinas e trabalhadores da montagem	17.685	0,49
8.3 Condutor de veículos e operador de equip. pesados móveis	21.332	3,26
9.1 Trab. não qualificados dos serviços e comércio	69.315	3,94
9.2 Trab. não qualificados da agricultura e pescas	1.302	12,79
9.3 Trab. não qualificados das minas, construção civil, indústria transformadora	48.675	0,24
Total	541.840	8,98
		100,00

Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional (2010)

Mesmo num cenário de fraco crescimento ou mesmo crescimento negativo, dados indicam que até ao final da década houve quase sempre aumento da população estrangeira documentada. As exceções são uma redução de 4% no ano de 2005 (variação em relação ao ano anterior), mas que se deve, sobretudo, às alterações da série estatística, e quebras de -0,7% e -2,6% em 2008 e 2010, respectivamente, neste último período já sob o efeito da crise.

5.2 Políticas de imigração e integração de imigrantes

Esta seção retrata a participação de Portugal no ranking do MIPEX. Todas as informações relatadas referem-se ao que foi divulgado em material impresso específico sobre Portugal e no encontro realizado em maio de 2011, na Fundação Calouste Gulbekian, em Lisboa.

Portugal ocupa o segundo lugar geral no ranking internacional de políticas de integração de imigrantes, atrás apenas da Suécia, segundo o MIPEX (2011).

O MIPEX é liderado pelo British Council e pelo Migration Policy Group e cofinanciado pelo Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros. O objetivo é avaliar as políticas de integração de trinta e um países da Europa e da América do Norte, através de sete áreas políticas, contando com cento e quarenta e oito indicadores.

As sete áreas políticas consideradas são:

- a) acesso ao mercado de trabalho;
- b) reagrupamento familiar;
- c) educação;
- d) participação política;
- e) residência de longa duração;
- f) aquisição de nacionalidade;
- g) antidiscriminação.

De acordo com a publicação do MIPEX (2011), a apuração dos dados é feita em todos os países por académicos e profissionais nas áreas das leis de migração, educação e antidiscriminação, através de documentos disponibilizados até maio de 2010. Todos os dados passam por uma análise multivariada, o que permite comparar políticas e motivos que diferenciam os países.

Um indicador de política é uma questão relacionada com um componente de política muito específico de uma das vertentes. Para cada uma delas, são fornecidas três opções de resposta. A classificação máxima de três pontos é atribuída a políticas que apliquem as melhores práticas de promoção da igualdade de tratamento. A classificação de dois pontos é atribuída nos casos em que as políticas ainda se encontram a meio caminho para a execução das melhores práticas e a classificação de um ponto destina-se aos casos que se encontram ainda longe da implementação de melhores práticas e em alguns casos, para países que não dispõem de políticas sobre um indicador específico. (Migrant Integration Policy Index, 2011).

O Quadro 2 demonstra a classificação geral dos países, segundo o MIPEX (2011).

Quadro 2 – Classificação dos países quanto às políticas de integração de imigrantes, segundo MIPEX (2011)

Classificação	País	Pontuação
1	Suécia	83
2	Portugal	79
3	Canadá	72
4	Finlândia	69
5	Países Baixos	68
6	Bélgica	67
7	Noruega	66
8	Espanha	63
9	Estados Unidos	62
10	Itália	60
11	Luxemburgo	59
12	Alemanha	57
12	Reino Unido	57
14	Dinamarca	53
15	França	51
16	Grécia	49
16	Irlanda	49
18	Eslovênia	48
19	República Checa	46
19	Estônia	46
21	Hungria	45
21	Romênia	45

23	Suíça	43
24	Áustria	42
24	Polónia	42
26	Bulgária	41
27	Lituânia	40
28	Malta	37
29	Eslováquia	36
31	Letônia	31

Fonte: Migrant Integration Policy Index (2011)

Segundo as conclusões divulgadas no estudo, pode se afirmar que os três maiores obstáculos impõem-se à cidadania ou participação política dos estrangeiros já estabelecidos e à aprendizagem e integração das crianças na escola, independente de sua origem.

A Suécia, que ocupa a liderança apesar das mudanças em termos de reagrupamento familiar, tem vindo a se esforçar para conseguir uma melhor implementação e apresentação de resultados sobre igualdade de direitos e deveres.

As mudanças ao nível das políticas de integração ocorrem lentamente e apesar de nem todas as políticas terem sido afetadas pela crise, a redução dos financiamentos pode prejudicar a implementação de medidas e o impacto das mesmas sobre os imigrantes.

Quanto às grandes reformas, foram observadas melhoria de oportunidades mais significativas na Grécia e em Luxemburgo e piora no Reino Unido. Comparando os estudos feitos em 2007 e 2010, oito países não apresentaram evolução.

Em Portugal, os melhores índices foram obtidos nas áreas: Reagrupamento Familiar; Acesso dos imigrantes às Autorizações de Residência Permanente e como consequências, Acesso ao Mercado de Trabalho e Aquisição de Nacionalidade.

Torna-se importante ressaltar que, segundo a legislação de 4 de julho de 2007, artigo 133, é dado aos estrangeiros portadores do título de permanência de longa duração a igualdade de tratamento perante os nacionais nos termos da Constituição e da lei.

- a) Acesso a uma actividade profissional independente ou subordinada, desde que tal actividade não implique, nem mesmo à título ocasional, envolvimento no exercício da autoridade pública, sem prejuízo da aplicação de regime especial aos nacionais de países de língua oficial portuguesa;
- b) Acesso às condições de emprego e de trabalho, incluindo as condições de despedimento e de remuneração;
- c) Ensino e formação profissional, incluindo subsídios e bolsas de estudo em conformidade com a legislação aplicável;

- d) Reconhecimento de diplomas profissionais, certificados e outros títulos, em conformidade com a lei e os procedimentos nacionais pertinentes;
- e) Segurança social, assistência social e protecção social;
- f) Benefícios fiscais;
- g) Cuidados de saúde;
- h) Acesso a bens e serviços e ao fornecimento de bens e serviços à disposição do público, bem como aos procedimentos de obtenção de alojamento;
- i) Liberdade de associação, filiação e adesão a uma organização representativa de trabalhadores ou empregadores ou a qualquer organização cujos membros se dediquem a determinada ocupação, incluindo as vantagens proporcionadas por esse tipo de organizações, sem prejuízo das disposições nacionais em matéria de ordem pública e segurança pública;
- j) Livre acesso a todo o território nacional. (Lei número 23/2007, de 4 de julho).

Esta lei foi o grande trunfo de Portugal, que se esforçou para garantir o direito à residência de Longa duração aos Estrangeiros. O Estudo mostrou também a perda de postos de trabalho entre os residentes portugueses, sobretudo entre os recém-chegados no país. A Lei da nacionalidade, baseada na reforma de 2006, é a que melhor promove a edificação de uma cidadania comum dos 31 países do MIPEX. Além disso, é o país que mais possui pesquisadores na área de integração, a começar pelo Observatório da Imigração.

Quanto ao acesso à nacionalidade portuguesa, segundo o relatório do SEF (2011), foram apresentados 32.415 pedidos de parecer em 2010. 17.376 pareceres foram emitidos ao longo deste ano, sendo 17.095 positivos, tendo como destaque as nacionalidades do Brasil, Cabo Verde, Angola, Ucrânia e Guiné-Bissau.

Para concluir, vale ressaltar que o objetivo do MIPEX é ajudar os países a criar o ambiente legal mais propício para que os imigrantes possam contribuir para o bem-estar nacional, em que beneficiem da igualdade de acesso ao emprego e à educação, vivam em segurança com suas famílias, protegidos contra a discriminação. Portanto, a ideia principal é tornar os dados visíveis e utilizáveis pelos cidadãos comuns e aos pesquisadores, que permitirão avaliar se uma política está funcionando na prática.

Esse ranking retrata as políticas de integração adotadas por Portugal para os imigrantes regularizados, que em sua maioria, são contempladas na Lei da Nacionalidade (2006) e na Lei dos Estrangeiros (2007).

5.3 Estrangeiros em Portugal

Numa breve retrospectiva histórica, Rocha Trindade (1995) relata a existência de diferentes grupos étnicos no território português anterior à era cristã, por iberos, lusitanos e fenícios e após a invasão do Império Romano, significativas guarnições militares dessa

proveniência. No norte, houve invasão por parte dos bárbaros, celtas e visigodos, e, no sul, foram os árabes, que deram extensão ao povoamento pelos mouros.

A partir do século VI, houve vestígios dos judeus, que se mantêm até hoje preservando sua individualidade, sobretudo do ponto de vista religioso.

Ainda segundo a autora, sabe-se que as comunidades ciganas iniciaram sua deslocação para Portugal há cerca de quinhentos anos, tendo sua presença aumentada ao longo dos anos. Ressalta-se a especificidade cultural própria desta comunidade, revelando comportamentos, princípios e regras, muitas vezes marginais à sociedade de destino.

Além desses fluxos, há também que citar o tráfico de escravos efetuados por navegadores e viajantes portugueses, desde o século XVI, que determinou um significativo contingente de africanos em território nacional, concentrados principalmente em Lisboa. Com o fim da escravatura no final do século XVIII e a progressiva miscigenação com a população portuguesa, sua presença se enfraqueceu.

A vinda para Portugal de contingentes populacionais provenientes de outros países e da Europa Ocidental processa-se sobretudo desde o século XIX, sendo originários da Espanha (em particular da região da Galiza), da Grã-Bretanha, da Alemanha e da França, e ainda do Brasil. Tratava-se de profissionais ligados à actividades bem determinadas da economia nacional como a comercialização do vinho do Porto e a exploração mineira, ou de indivíduos que fixaram residência, atraídos pelo clima e por um melhor nível de vida.

O fenómeno migratório ganhou nova expressão a partir dos anos 60, marcado pelas guerras de libertação em Angola, Moçambique e Guiné, levando principalmente jovens africanos a emigrarem para Portugal.

Neste contexto, a mão de obra cabo-verdiana viria a ocupar postos de trabalho libertos por portugueses que cumpriam o serviço militar, às vezes nas Colónias e por aqueles que haviam emigrado.

Ao corroborar com o fenómeno migratório dessa época, Sabino e Peixoto (2009) afirmam que o fim do império colonial levou a um forte movimento migratório, em sua maioria formado por portugueses retornados das ex-colónias e também por africanos, sobretudo oriundos de Cabo Verde, cujo fluxo se iniciou nos anos 60, de Guiné-Bissau e de Angola.

Em Portugal, essa onda de trabalhadores sem qualificação profissional veio substituir os metropolitanos fugidos da sua terra com destino aos países ricos da Europa onde foram executar as tarefas duras e menos desejadas, que seus nacionais recusaram. Também esses metropolitanos, em grande parte, não possuíam qualificação sócio-profissional. Deu-se apenas uma mera substituição nos mercados

de trabalho: o metropolitano deu lugar ao cabo-verdiano.” (CARREIRA, 1977, p. 261 apud ROCHA TRINDADE, 1995).

Segundo Peixoto e Sabino (2009), a imigração estrangeira em Portugal tem se processado em quatro fases: a primeira: entre 1975 e meados dos anos 80; a segunda: de 1996 até finais dos anos 90; a terceira: final dos anos 90 até os primeiros anos do novo milénio; e por último, os primeiros anos do século atual até os dias atuais.

Anterior à primeira fase, em 1960, residiam em Portugal apenas 29.428 estrangeiros, dos quais 40% tinham nacionalidade espanhola e 22% a brasileira, segundo Esteves et al, 1991. Em 1975, o número de estrangeiros legalmente residentes em Portugal era de 31.983, sem muita alteração quanto aos 15 anos anteriores. No entanto, entre 1975 e 1981, a população quase que duplicou. Para Baganha (1999), um dos fatores que contribuiu para esse crescimento foi a entrada de familiares.

A primeira fase foi marcada por alterações do ano de 1974, no que se refere ao regime político de Portugal, ao fim da guerra no ultramar e ao rápido processo de descolonização.

A emergência conturbada de novos Estados africanos ocasionou a vinda de muitos refugiados e o repatriamento de mais de meio milhão de portugueses até então residentes nas antigas Províncias Ultramarinas, cerca de 6% da população da época. (ROCHA-TRINDADE, 1995)

É de referir que 60% dos então retornados tinham nascido em Portugal continental e que a restante percentagem incluía os seus descendentes, mas também indivíduos de naturalidade e ascendência africana com nacionalidade portuguesa. (ROCHA-TRINDADE, 1995, p.199).

Dentre as populações oriundas dos territórios colonizados por Portugal, refiram-se os naturais de Timor Leste e de Macau. Rocha Trindade (1995) alerta para o fato de que, embora alguns originários destes territórios tenham nacionalidade portuguesa, o facto de serem portadores de traços culturais distintos dos da cultura dominante, leva a que lhes sejam atribuídos o estatuto de minorias étnicas.

A ida dos timorenses encontra-se relacionada com a instabilidade político-social gerada pela guerra civil no ano de 1975 e com a subsequente ocupação do território pela Indonésia. O primeiro contingente chegou a Portugal no ano de 1976, com 1.500 indivíduos, de acordo com Rocha Trindade (1995) e em 2010, possui um contingente de apenas 158 imigrantes, de acordo com o SEF (2011).

A segunda fase coincidiu com a entrada de Portugal na União Europeia, em 1986, até os últimos anos da década de 90 e é caracterizado pela forte presença dos cidadãos das ex-colônias, incluindo o Brasil, além da imigração proveniente da Europa Ocidental.

Durante os anos 80, a Europa do Sul tornou-se pólo de atracção para um número crescente de imigrantes, principalmente vindo do leste europeu e do continente africano. Enquanto nos países da Comunidade Europeia de até então, o stock da população estrangeira cresceu, entre 1981 e 1991, a uma taxa anual média de 2%, nos países do sul da Europa, esse mesmo crescimento foi de 10% para o período. (EUROSTAT,1994; BAGANHA, 1996).

De acordo com Baganha (1999), como explicação para este aumento, aponta-se a intensificação dos processos de globalização como provedor de uma reestruturação profunda da indústria, em que se realocou as fontes de mão de obra, bem como os fluxos de capitais, além da ampliação do Mercado Comum Europeu e o surgimento da União Europeia.

Quanto à imigração africana, principalmente oriunda de Angola e Moçambique, Rocha-Trindade (1995) explica a emigração como decorrência da guerra civil nestes países, do subdesenvolvimento socioeconómico em que se encontravam, além da afinidade da história e da língua. Naquele momento, em 1993, os PALOP correspondiam a 14% da população estrangeira, ou cerca de 50 mil indivíduos, segundo o SEF.

Sabe-se que os imigrantes oriundos das ex-colónias portuguesas da África são maioritariamente jovens, com pouco ou nenhum grau de instrução e desempenham tarefas não qualificadas. Os homens trabalham por conta de outrem, na construção civil e obras públicas e nos serviços, enquanto as mulheres aos serviços domésticos e ao comércio.

Não apenas os PALOP constituíram a comunidade estrangeira de Portugal nos anos 90. Também havia imigrantes provenientes do Brasil, da América do Norte, do Reino Unido, da Espanha, da Alemanha e da França.

Até 1998, a maior parte da imigração em Portugal foi composta por gente das ex-colônias. Machado (2002) tenta explicar este fluxo através da ideologia nacionalista hegemónica em Portugal como consequência do pensamento colonial português.

O fluxo de imigrantes dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), e posteriormente de brasileiros, permitiu enquadrá-los num quadro de imigrantes do mundo lusófono, numa lógica que se relaciona com as ordens estabelecidas desde o Império. (MACHADO, 2002).

Rocha-Trindade (1995) cita como razões subjacentes à vinda destas categorias de imigrantes, a conjuntura política, económica e social advinda da consolidação da democracia

portuguesa, que incentivou novos investimentos estrangeiros (principalmente americanos e europeus) direcionados ao turismo, comércio, agricultura e serviços.

Segundo o SEF, em 1993, existiam em Portugal 33.245 estrangeiros originários da Comunidade Europeia com autorização de residência. A Grã-Bretanha e a Espanha são os países mais representativos, com 9.629 e 8.091, respectivamente, o que pode ser explicado por serem as correntes migratórias mais antigas.

Diferentemente dos PALOP, os imigrantes comunitários possuem elevado grau de instrução, exercem profissões qualificadas ligadas à ciência, à tecnologia e à gestão. Sendo assim, ocupam cargos superiores que possibilitam mobilidade profissional social e ascendente. Uma especificidade desta comunidade é ser formada tanto por jovens como por pessoas com idade superior a 55 anos, na maioria aposentadas.

Entre os imigrantes das Américas, destacam-se os brasileiros, que serão tratados mais detalhadamente no item a seguir. Em 1993, já era conhecida como a segunda nacionalidade mais representativa de Portugal e a primeira em número de concessões de residência. Enquanto havia 15.731 brasileiros, havia 32.036 cabo-verdianos, ao confirmar sua supremacia numérica.

Rocha-Trindade (1995) explica também as razões desta corrente migratória, através da existência de afinidades culturais, facilidade de língua e da Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, datada de 29 de Dezembro de 1971. Além, de fatores ligados à instabilidade política e inflação galopante existente no Brasil neste momento.

A terceira fase, considerada mais volumosa, com início no final dos anos 90 até anos iniciais do século XXI, foi marcada pela imigração maciça proveniente da Europa do Leste, com os quais Portugal não compartilhava nenhum laço histórico, linguístico ou cultural, como nas fases anteriores; um reforço da imigração brasileira, conhecida como “segunda vaga”, que será mais detalhada a seguir; e contingentes significativos oriundos dos países asiáticos.

Como já citado anteriormente, até o ano 2000, a população imigrante de países terceiros era proveniente, em Portugal, dos países lusófonos (77%), sendo o restante formado por várias origens sem nenhuma representatividade numérica.

Esse quadro, desde os anos 80, se alterou em 2001, com a entrada de milhares de imigrantes da Europa do Leste, o que provocou uma nova hierarquia das principais nacionalidades, tornando-se a dominante, além do contingente de imigrantes brasileiros continuar a crescer.

Sabe-se que a maioria dos oriundos da Europa do Leste, entrou de forma legal por meio do visto de turismo e depois, se tornou irregular. Já com relação os imigrantes brasileiros, a ausência de exigência de visto, mesmo que de turismo, facilitou a entrada e também se tornou irregular, na maioria dos casos, após os 90 dias permitidos.

Portugal não adotou, durante este período, nenhuma política pró activa de recrutamento de imigrantes em geral e segundo Baganha (1999), a política de regulação dos fluxos nunca atingiu os seus objetivos, tendo o sistema de regulação falhado sucessivamente, obrigando a períodos de legalização extraordinária.

Finalmente, a quarta fase teve início nos primeiros anos do novo milênio até o momento atual, coincidindo com a crise internacional, desde final de 2008. Nesta fase, houve uma desaceleração da imigração proveniente da Europa do Leste, uma estabilização da imigração vinda dos países africanos lusófonos; e a única exceção foi o aumento de imigrantes brasileiros, que ultrapassaram os ucranianos e o Brasil tornou-se o maior grupo de imigrantes.

Baganha (1999) afirma que de fato, os estados definem políticas migratórias, mais ou menos restritivas, ao estabelecerem e controlarem quem pode entrar e permanecer em seu território, tais como: entrada, permanência, aquisição de nacionalidade e expulsão do território nacional e critica a efetividade das políticas migratórias a dizer:

Os países europeus tem vindo, desde meados dos anos 70, a implementar políticas migratórias visando simultaneamente promover a integração das comunidades imigrantes anteriormente formadas e a desincentivar a vinda de trabalhadores imigrantes. Por outras palavras, permite-se a reunificação familiar e proíbe-se a emigração económica. (BAGANHA, 1999).

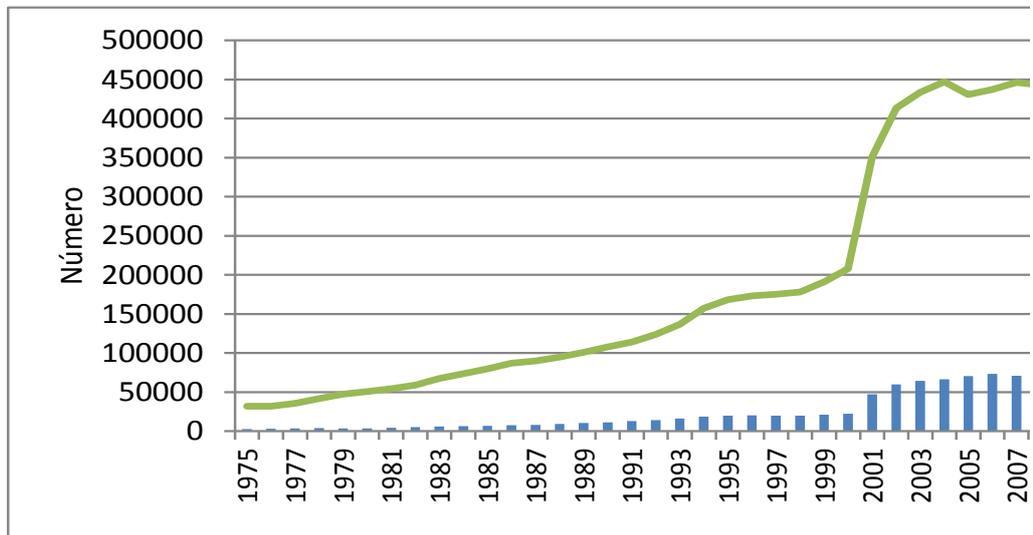
A maioria das informações disponíveis sobre imigrantes em Portugal é fornecida pelo SEF (Serviços de Estrangeiros e Fronteiras) e pelo INE (Instituto Nacional de Estatística) e nem sempre as informações são coincidentes.

Para o SEF, os dados indicam a quantidade de autorizações de residência concedidas⁷, sejam de curto ou longo prazo, auferidas em 31 de Dezembro de cada ano. Este referem-se apenas ao carácter quantitativo e não apresentam outras variáveis que deveriam formar o perfil da população imigrante, tais como dados demográficos como nível educacional ou profissão. E como era de se esperar, não contemplam os imigrantes ilegais. O Gráfico 10

⁷ Segundo o Serviço para Estrangeiros e Fronteiras, estrangeiro residente é aquele que engloba os estrangeiros detentores de título de residência e os estrangeiros a quem foi prorrogada a permanência de longa duração.

demonstra a evolução da população estrangeira em Portugal, segundo os registos de regularização.

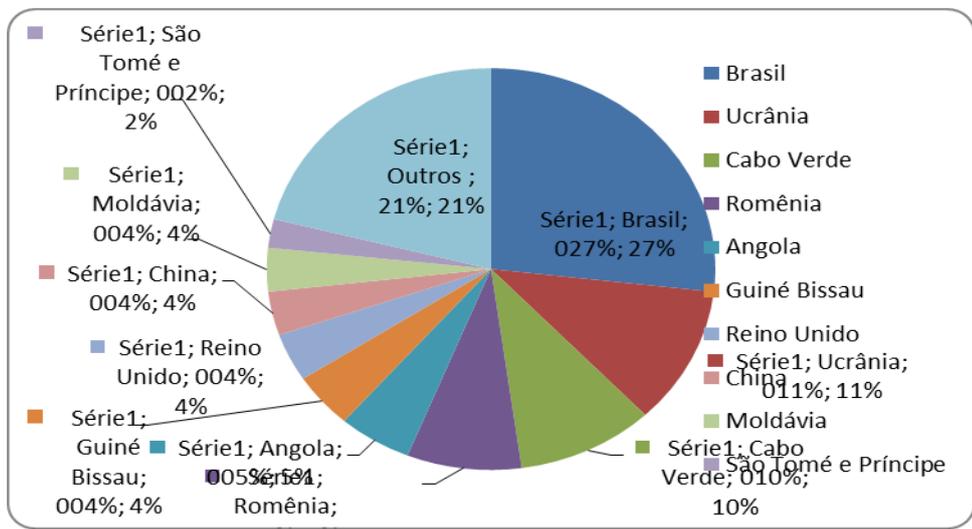
Gráfico 10 – Evolução da população estrangeira em Portugal (1975-2010)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística / Serviço para Estrangeiros e Fronteiras

A população estrangeira, baseado nas Autorizações de Residência concedidas pelo SEF, apresentou um decréscimo de 1,97% nos últimos anos, apontando um estoque de 445.262 cidadãos. Deste universo populacional, quase 50% é oriundo de países de língua portuguesa, destacando-se o Brasil (26,81%); Cabo Verde (9,88%); Angola (5,28%) e Guiné-Bissau (4,45%). As demais nacionalidades mais relevantes são a Ucrânia (11,12%) e a Romênia (8,27%). (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Principais nacionalidades de estrangeiros residentes em Portugal (2010)

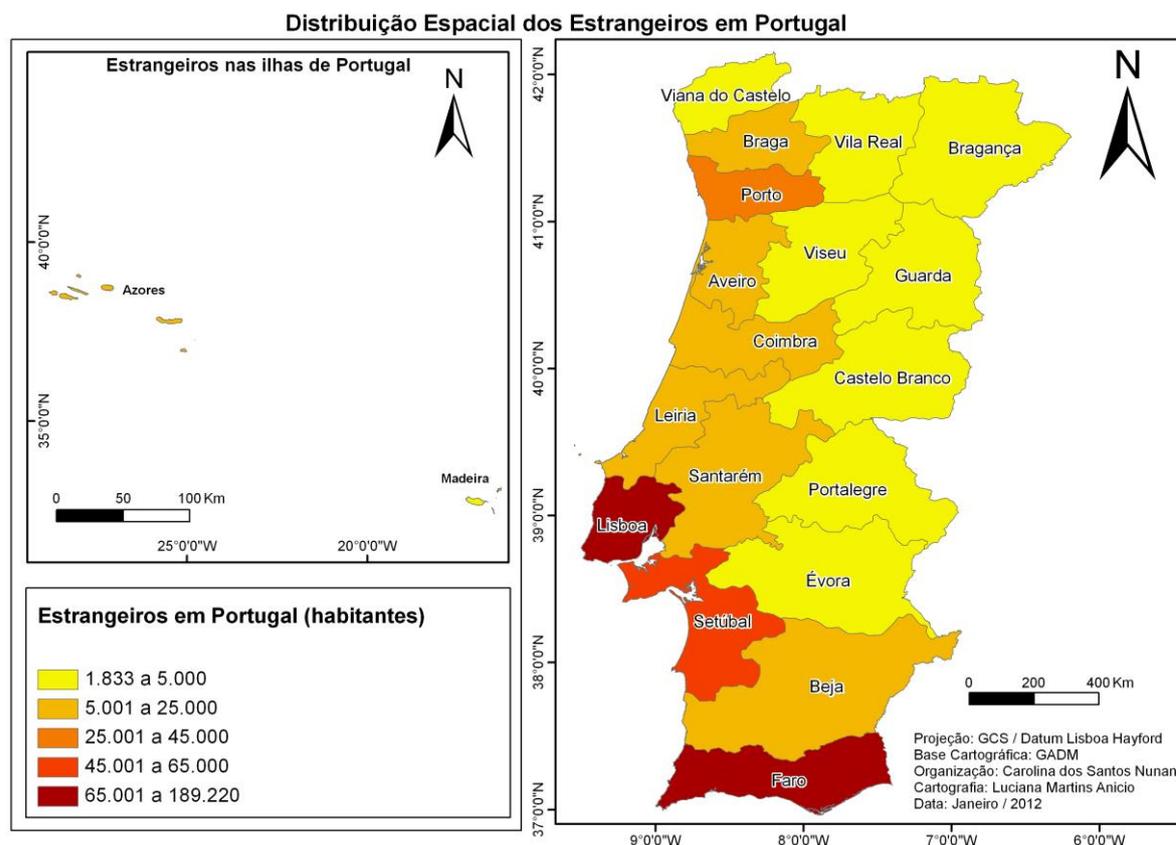


Fonte: Serviço para Estrangeiros e Fronteiras (2011)

Em 2010, não se verificou alteração no ranking das dez principais nacionalidades face ao ano precedente.

A distribuição geográfica da população estrangeira em Portugal pode ser verificada no Mapa 3.

Mapa 3 – Distribuição geográfica da população estrangeira residente em Portugal (2010)



Fonte: Organizado por Carolina Nunan; cartógrafa: Luciana Martins Anício (2012)

O somatório dos distritos de Lisboa (189.220), Faro (71.818) e Setúbal (47.935) correspondem a 69,39% do valor total do país e o decréscimo da população estrangeira estas regiões em 2009-2010 foi de 3,26%, maior do que o decréscimo da população total (1,97%).

O crescimento sustentado dos estrangeiros residentes em Portugal verificado na última década foi quebrado nos anos de 2005, 2008 e 2010. Segundo o SEF (2011), essas quebras podem ser explicadas por diversos fatores como atribuição da nacionalidade portuguesa, crise econômica e financeira que assola o país e alteração da metodologia para obtenção de dados.

Já se sabe que o número de detentores de autorizações de residência quase que triplicou entre 1995-2010, passando de 168 mil para cerca de 445 mil indivíduos de

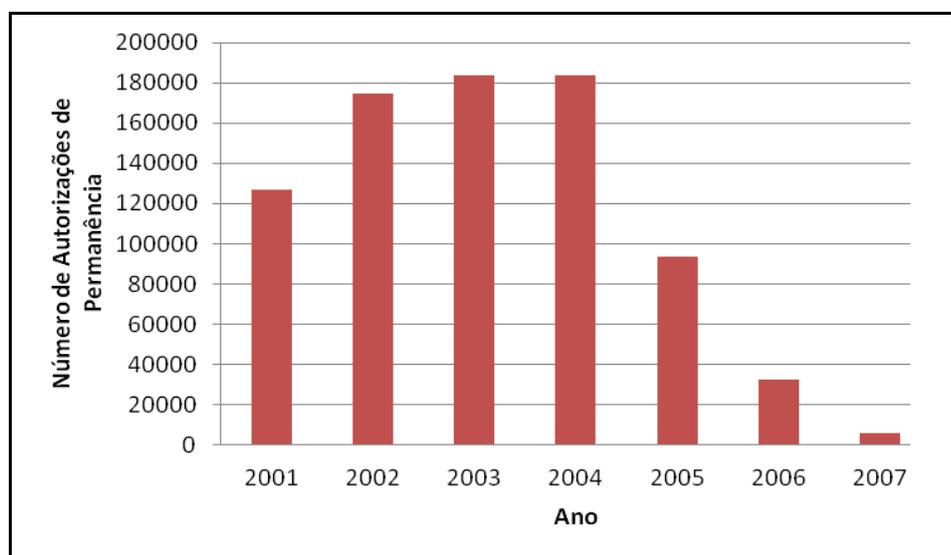
nacionalidade estrangeira, embora em relação aos últimos anos (2009-2010) tenha tido um decréscimo de 1,97%.

Em 2001, através do decreto-lei 4/2001 que alterou a Lei 244/98, as autorizações de permanência permitiram aos estrangeiros em situação irregular adquirir, em certas circunstâncias, um novo estatuto legal. Estas eram atribuídas àqueles que exerciam actividade económica e pudessem comprová-la. As autorizações de permanência tinham validade de um ano, podendo ser transformadas em autorizações de residência ao fim de cinco anos.

Para Peixoto e Iorio (2011), o auge do aumento da imigração deu-se em 2001, ano em que a concessão das autorizações de permanência garantiu um estatuto legal a dezenas de milhares de imigrantes recém-chegados.

Com a mudança do estatuto e a aderência à nova Lei de Estrangeiros número 23/2007 de 4 de julho, a conversão da autorização de permanência (AP) para autorização de residência (AR) explica a rápida diminuição daquelas e o forte aumento destas até 2009. Sendo assim, entre 2001 e 2004 foram atribuídas quase 184 mil autorizações de permanência e apenas cerca de 50% foram prorrogadas em 2005. (Ver Gráfico 12.)

Gráfico 12 – Número de autorizações de permanência concedidas e prorrogadas (2001-2007)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística / Serviço para Estrangeiros e Fronteiras (2010)

Além desses, outro título legal concedido até 2007 foram os vistos de longa duração, para fins de residência, trabalho, estada temporária ou estudo. Eram vistos com validade de, geralmente um ano, em que muitos imigrantes brasileiros usufruíram para se regularizarem,

ao abrigo do Acordo Bilateral Portugal-Brasil (Acordo Lula)⁸. De acordo com Sabino, Abreu e Peixoto (2008), vários imigrantes se beneficiaram da possibilidade de regularização concedida de 2004, sempre que puderam provar que haviam contribuído para a segurança social ou pago impostos.

A Tabela 11 demonstra os vistos concedidos de longa duração prorrogados, nos anos de 2005 e 2006. Ressalta-se que o Brasil foi responsável por cerca de 30% dos vistos concedidos neste período.

Tabela 11 – Total de prorrogações de vistos de longa duração e principais países de origem dos beneficiados (2005-2006)

	2005		2006	
	V. Abs	%	V. abs	%
Total	46.637	100%	55.391	100%
Brasil	13.976	29,97%	17.975	32,45%
PALOP	11.973	25,67%	12.930	23,34%
Extra EU	13.687	29,35%	13.534	24,43%

Fonte: Serviço para Estrangeiros e Fronteiras (2009)

A Tabela 12 demonstra a população residente por nacionalidade e sexo, além do número de títulos concedidos em 2010.

⁸ O chamado “Acordo Lula” foi assinado em 11 de julho de 2003 com o propósito de regularizar os imigrantes brasileiros que entraram em Portugal até esta data e que possuíam um contrato de trabalho válido. Contemplou, também, os portugueses que estavam irregulares no Brasil.

Tabela 12 – Principais nacionalidades por sexo e número de títulos de residência concedidos em Portugal (2010)

País	Sexo	Total	Títulos de Residência
Brasil	HM	119.363	119.195
	H	52.478	52.401
	M	66.885	66.794
Ucrânia	HM	49.505	49.487
	H	27.165	27.154
	M	22.340	22.333
Cabo Verde	HM	43.979	43.510
	H	20.773	20.574
	M	23.206	22.936
Romênia	HM	36.830	36.830
	H	20.924	20.924
	M	15.906	15.906
Angola	HM	23.494	23.233
	H	11.534	11.364
	M	11.960	11.869
Guiné-Bissau	HM	19.817	19.304
	H	11.636	11.393
	M	8.181	7.911
Reino Unido	HM	17.196	17.196
	H	8.869	8.869
	M	8.327	8.327
China	HM	15.699	15.600
	H	8.161	8.129
	M	7.538	7.471
Moldávia	HM	15.641	15.632
	H	8.310	8.306
	M	7.331	7.326
São Tomé e Príncipe	HM	10.495	10.175
	H	4.751	4.632
	M	5.744	5.543

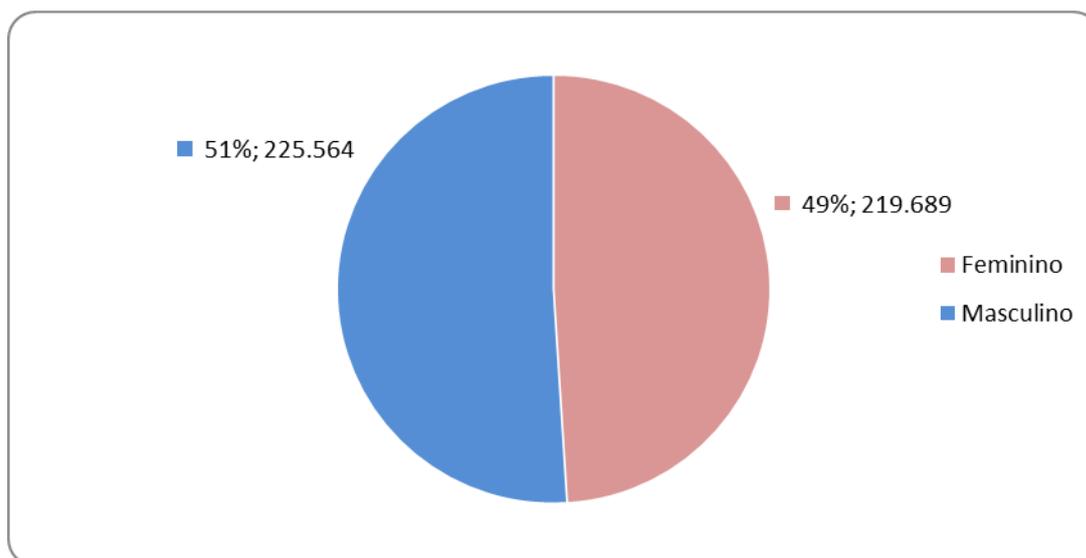
Fonte: Serviço para Estrangeiros e Fronteiras (2011)

Foram registradas 50.747 primeiros títulos de residência, o que representa 17,41% a menos que em 2009, com exceção da análise isolada dos países, considerando a Espanha e Guiné-Bissau que houve um aumento deste percentual. O Brasil, também, se mostrou com o maior número de emissão deste tipo de título (16.165), seguido pela Romênia (6.047), Cabo Verde (4.223), Ucrânia (2.057), Reino Unido (1.763), Espanha (1.664), China (1.653), Guiné-Bissau (1.567), Bulgária (1.367) e Angola (1.317). Comparados com os dados de 2009,

observa-se a inclusão da Espanha e exclusão da Moldávia, dentre os 10 países mais relevantes.

Quanto ao sexo, a população estrangeira encontra-se bem dividida, como demonstra o Gráfico 13.

Gráfico 13 – População estrangeira por sexo em Portugal (2010)



Fonte: Serviço para Estrangeiros e Fronteiras (2011)

Quanto à faixa etária, algo em torno de 85% da população estrangeira encontra-se na idade ativa, compreendida entre 15 e 64 anos de idade. Ressalta-se o percentual de 47,83% correspondente a faixa etária de 20 a 39 anos, conforme Tabela 13.

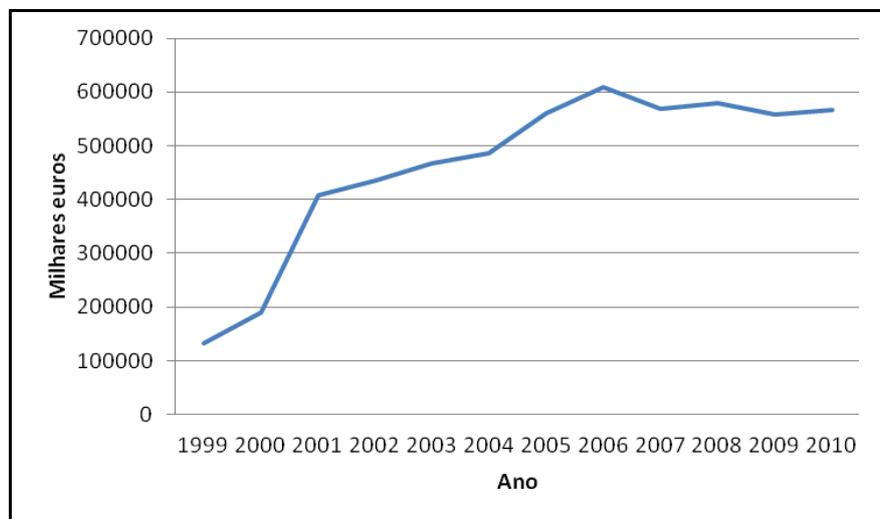
Tabela 13 – População estrangeira por faixa etária em Portugal (2010)

Sexo	Grupo Etário				Total
	0-19	20-39	40-64	65 ou mais	
HM	72.710	212.971	141.275	18.306	445.262
H	37.573	104.518	74.445	9.028	225.564
M	35.137	108.453	66.830	9.278	219.698

Fonte: Serviço para Estrangeiros e Fronteiras (2011)

Outro indício sobre o nível da imigração em Portugal é fruto dos dados relativos às remessas ao país de origem. A quarta fase imigratória é marcada por forte crescimento do volume das remessas, chegando a mais de 600 milhões de euros em 2006. (Ver Gráfico 14).

Gráfico 14 – Volume anual de remessas enviadas pelos imigrantes residentes em Portugal (1996-2010), em milhões de euros



Fonte: Banco de Portugal (2011)

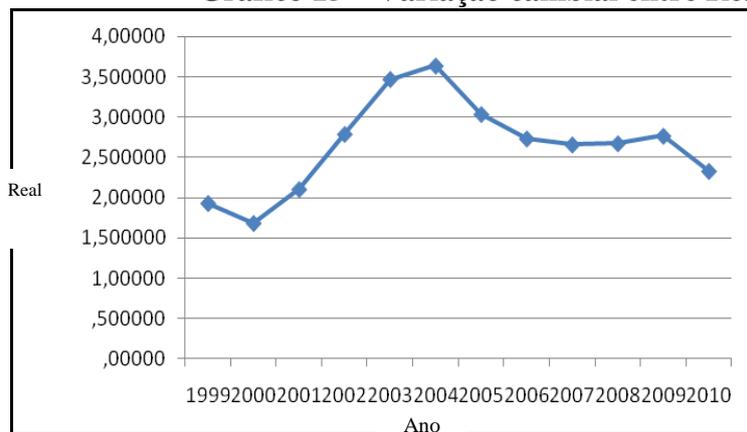
A queda das remessas a partir de 2007 pode ser explicada por vários motivos, dentre eles: a diminuição da entrada de novos imigrantes neste período, uma vez que o aumento pode estar ligado às facilidades de regularização devido à lei de 2007; e os efeitos da crise sobre os orçamentos familiares, resultante do desemprego e consequente retração dos montantes financeiros a serem enviados.

Além desses possíveis fatores, a crise no final de 2008 deve ser mais uma vez ressaltada, uma vez que alguns postos de trabalho foram extintos, bem como a renda dos imigrantes. Fato este, relatado por imigrantes entrevistados.

É válido observar a variação do câmbio entre as moedas envolvidas, pois pode indicar uma possível dificuldade em manter a quantidade de euros enviada pelos imigrantes.

O Gráfico 15 apresenta, como exemplo da variação de câmbio entre moedas, a cotação do Euro em Real, que a partir de 2004 sofreu forte depreciação, inibindo o envio de recursos.

Gráfico 15 – Variação cambial entre Real e Euro (1999-2010)



Fonte: Banco de Portugal (2011)

Apesar de não ser possível ainda traçar um quadro conclusivo do agravamento da crise sobre a migração para Portugal, principalmente no caso dos brasileiros, alguns números indicam que houve uma efetiva redução na imigração e possível ampliação dos retornos, em 2010.

5.3.1 Perfil da comunidade brasileira em Portugal

De acordo com as estatísticas divulgadas pelo SEF (2010), há 119.363 brasileiros em Portugal, indicando um aumento de 2,7% em relação ao número de 2009, em que havia 116.220 cidadãos brasileiros, confirmando a tendência de crescimento desde o início do presente século. Importante salientar que estes dados referem-se exclusivamente àqueles imigrantes com permissão de residência e que este aumento acontece por conta das regularizações.

Os imigrantes brasileiros encontram-se bastante concentrados no distrito de Lisboa (45,8%), seguida pela região de Setubal (12,06%), de acordo com a Tabela 14.

**Tabela 14 – Distribuição geográfica dos imigrantes brasileiros em Portugal, por sexo
(2008-2009)**

	2008				2009			
	H	M	T	%	H	M	T	%
Aveiro	1.564	1.935	3.499	3,27	1.555	2.001	3.556	3,06
Beja	533	543	1.076	1,01	473	543	1.016	0,87
Braga	1.149	1.447	2.596	2,43	1.213	1.645	2.858	2,46
Bragança	164	273	437	0,41	156	295	451	0,39
Castelo Branco	296	406	702	0,66	303	429	732	0,63
Coimbra	1.257	1.458	2.715	2,54	1.299	1.629	2.928	2,52
Évora	555	605	1.160	1,08	546	662	1.208	1,04
Faro	5.925	6.241	12.166	11,37	5.952	6.617	12.569	10,81
Guarda	127	224	351	0,33	122	213	335	0,29
Leiria	2.077	2.292	4.369	4,08	2.179	2.512	4.691	4,04
Lisboa	21.576	25.889	47.465	44,38	23.563	29.697	53.260	45,83
Portalegre	297	384	681	0,64	271	360	631	0,54
Porto	3.523	4.731	8.254	7,72	3.742	5.394	9.136	7,86
Santarém	1.792	1.849	3.641	3,40	1.853	2.111	3.964	3,41
Setúbal	6.389	6.758	13.147	12,29	6.569	7.442	14.011	12,06
Viana do Castelo	444	439	883	0,83	457	491	948	0,82
Vila Real	170	339	509	0,48	181	343	524	0,45
Viseu	558	608	1.166	1,09	569	664	1.233	1,06
Açores	438	431	869	0,81	426	443	869	0,75
Madeira	633	642	1.275	1,19	632	668	1.300	1,12
Total	49.467	57.494	106.961	100,00	52.061	64.159	116.220	100,00

Fonte: Serviço para Estrangeiros e Fronteiras (2010)

O maior inquérito realizado até o presente momento da elaboração desta tese, conhecido como “Vagas Atlânticas: a imigração brasileira em Portugal”, foi o executado em 2009 e divulgado em 2011, pela equipe de investigadores do CES – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, do ISEG/SOCIUS – Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa e do CIES – Instituto Superior das Ciências do Trabalho e Empresa, demonstrados por estudos publicados por Peixoto, Malheiros, Padilla e Machado.

Este estudo contou com a amostra de 1.398 entrevistados, com a seguinte distribuição geográfica: Norte (17%); Centro (17%); Lisboa e Vale do Tejo (48%); Alentejo (3%); Algarve (12%), Região Autónoma da Madeira (2%) e Região Autónoma dos Açores (1%).

As entrevistas aconteceram, em sua maioria, nos Consulados de Lisboa e Porto, no período entre janeiro e junho de 2009, com o auxílio de um questionário composto por 84 questões.

Em sua maioria, os entrevistados estavam na faixa de 24 a 41 anos de idade e 56% deles eram do sexo feminino. Estes imigrantes tinham, em maior concentração, como estados brasileiros de origem: Minas Gerais (21,4%), São Paulo (17%) e Paraná (10,5%). As razões alegadas para a migração foram de cunho econômico (21,1%) ou pessoal e familiar (21,1%).

Os resultados do levantamento mostram também que Portugal foi o destino final escolhido pela quase totalidade dos entrevistados (91,0%) e que eles, em sua grande maioria (86,5%), nunca haviam feito uma migração internacional anterior. Estes dados são uma clara indicação da opção por Portugal dentro do projeto migratório.

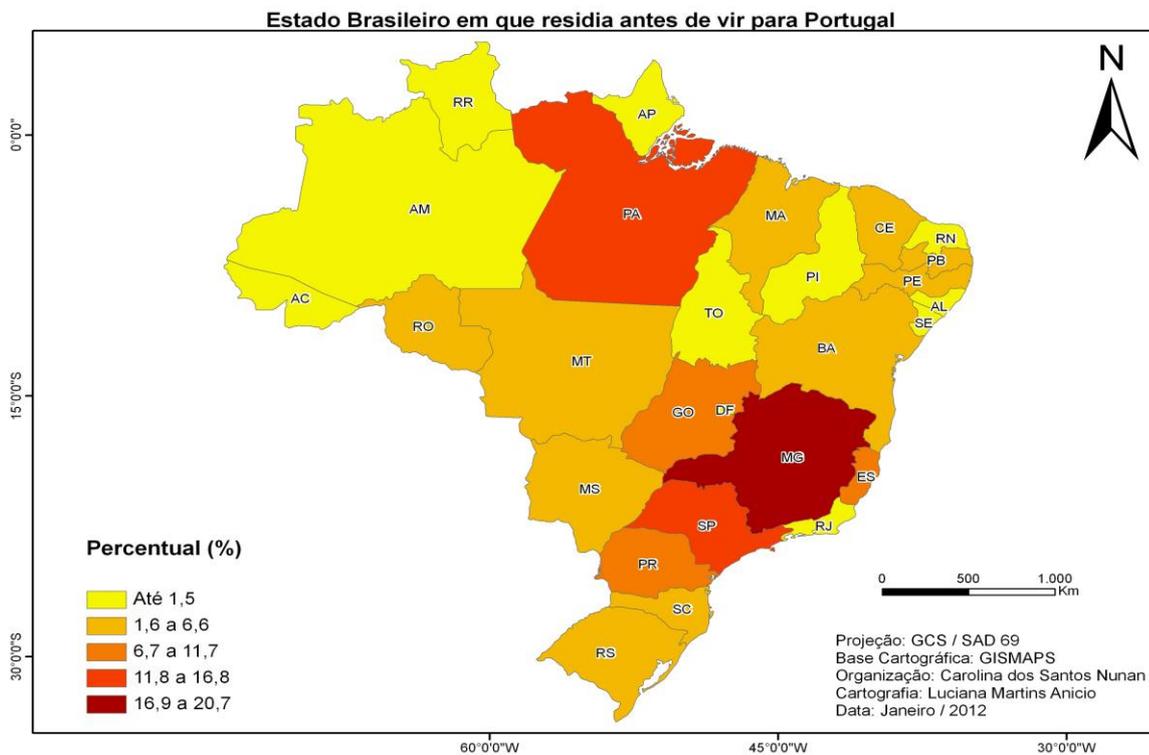
Ao se comparar o rendimento recebido no Brasil, que para alguns estava entre 1 a 2 salários mínimos⁹ (34%), com a renda auferida em Portugal pela maioria dos entrevistados (60,3%), 451 a 900 Euros, é fácil compreender o estímulo a este movimento migratório, que redundava em remessas para o Brasil, como apontado por 60% dos entrevistados.

O que se depreende dos resultados é que a maioria dos entrevistados tem esperança em adquirir a nacionalidade Portuguesa (77%) e buscariam se integrar na comunidade ou fazer nova emigração para países da comunidade europeia. Assim fica evidente que há uma nítida percepção das vantagens de ampliar a estadia em Portugal, o que poderia resultar em oportunidades mais amplas, incluindo até mesmo a possibilidade da circularidade migratória, já que 35,2% tinham um claro projeto de retorno ao Brasil.

Baseado no inquérito realizado em 2009, pelos investigadores portugueses, o Mapa 4 mostra os estados brasileiros de origem dos imigrantes em Portugal.

⁹ Este intervalo em salário mínimo do Brasil representava, à época da pesquisa, algo entre 150 e 299 euros.

Mapa 4 – Estados brasileiros de origem dos imigrantes brasileiros em Portugal (2009)



Fonte: Organizado por Carolina Nunan; cartógrafa: Luciana Martins Anício (2012)

O capítulo 6 mostra as análises segundo os estudos realizados, ao focar a questão principal desta tese: o fluxo de retorno.

6 FLUXO DE RETORNO: ANÁLISE DOS ESTUDOS REALIZADOS

O objetivo deste capítulo é analisar os resultados obtidos na pesquisa qualitativa, sob o ponto de vista de alguns critérios, considerados chave para atingir o objetivo proposto deste estudo. Apresenta-se, também, uma apuração de dados do Programa de Retorno Voluntário da OIM, considerado uma importante fonte de dados para as considerações finais.

6.1 Inquérito qualitativo dos imigrantes brasileiros em Portugal

O inquérito qualitativo realizado em Portugal, no período de janeiro a julho de 2011, englobou 12 instituições governamentais e não governamentais e 37 imigrantes brasileiros, em diversas ocupações, idade, sexo, estado civil e grau de instrução, além da análise documental.

Para analisá-las torna-se relevante voltar à pergunta central desta tese que se refere aos impactos da Crise Econômica Internacional sobre a comunidade brasileira no exterior e a possível existência de um fluxo intenso de retorno, focando o fluxo Brasil-Portugal. Para tanto, busca-se a discussão teórica em torno das teorias econômicas da migração internacional, analisadas sob o ponto de vista da decisão de regressar ao país de origem.

Segundo Rocha-Trindade (1995), a estruturação da análise de conteúdo incide sobre os seguintes aspectos:

- a) a frequência de determinadas características num discurso, em documentos oficiais e privados, entrevistas, artigos de jornais, programas televisivos, na rádio, etc.;
- b) avaliação do tipo de características expressas nas diversas formas de comunicação (por exemplo, positivas ou negativas);
- c) associação ou dissociação entre categorias.

Sendo assim, a análise de conteúdo das entrevistas foi feita baseada nos seguintes assuntos:

- a) fluxo de entrada e legislação;
- b) mercado de trabalho;
- c) fiscalização do SEF;

- d) apoio social do governo, políticas públicas e associações de imigrantes;
- e) fluxo de retorno;
- f) perspectivas.

6.1.1 Fluxo de entrada e legislação

A única maneira oficial de se medir o fluxo de entrada em Portugal é através dos registros do SEF, referente às renovações de títulos de autorização de residência. Porém, vale ressaltar que se trata de um levantamento do estoque de imigrantes no país e não de uma mensuração quanto ao fluxo de entrada destes. “A recolha estatística, a recolha de dados das comunidades estrangeiras é feita em uma base dos estudos dos residentes, isto é, as pessoas que, validamente, tem títulos de residência no país. Esse é o critério.” (Serviço para Estrangeiros e Fronteiras, 2011).

Outra questão que merece atenção, levantada por várias pesquisas já realizadas, é que o imigrante brasileiro, na maioria dos casos, acede como turistas, permanece algum tempo em situação irregular e assim, quando consegue um contrato de trabalho, procura o SEF para se regularizar. A partir desse momento é que esse imigrante passa a existir, oficialmente, para as autoridades portuguesas.

A evolução da comunidade brasileira em Portugal demonstra padrões esperados de comportamento. Mesmo quando os fluxos imigratórios para Portugal desaceleraram, a comunidade brasileira apresentou crescimento. Góis et al (2009) tenta justificar esse fenômeno pelas dificuldades associadas a outros potenciais destinos, sobretudo quanto aos Estados Unidos, às possibilidades de regularização, à ação das redes sociais e à pressão para a emigração nos países de origem.

Ao confirmar uma das justificativas citadas pelo autor acima, o representante do SEF diz: “Há muita gente que está a deixar de ter estatuto de estrangeiro em Portugal e ter nacionalidade portuguesa”. E ainda, diz um dos representantes da OIM: “Portugal ainda é atrativo. É uma opção para sair”. “Existe entrada também. São os fluxos de reunificação familiar que dão sustentação. A conjuntura econômica é relevante neste momento e se não consegue emprego, tem que ir embora.” (Centros de Estudos Geográficos)

Olha, eu estive almoçando semana passada com o diretor nacional de serviços estrangeiros e fronteiras, [...] e com o diretor nacional adjunto, [...], ambos me disseram, e eu confesso que até me tomou um pouquinho de surpresa e eles sabem muito mais do que eu, pois eles controlam o aeroporto, por exemplo, os portos e os aeroportos. Eles dizem que, apesar da crise, que não detectaram uma diminuição no

numero de chegadas de brasileiros, apesar de, inclusive os brasileiros que entram dizendo que são turistas e que eles verificam no curso das entrevistas que não são. (CONSULADO DO BRASIL).

Ressalta-se que a simples observação do fluxo de brasileiros no aeroporto internacional de Lisboa pode refletir um fluxo intenso de turistas brasileiros e não necessariamente, uma entrada de imigrantes. Além disso, a identificação de um protótipo de imigrantes brasileiros deve ser considerado um equívoco, visto a ascensão das classes mais baixas, privilegiadas por políticas sociais do atual e dos últimos governos, que passaram a ter acesso às viagens aéreas, inclusive internacionais.

O representante do SEF confirma esta situação, e aponta as relações que envolvem o Espaço Schengen como dificultosas para apuração dos fluxos, pois prevê livre circulação de bens e pessoas. “O quantitativo da comunidade estrangeira é auferida pelo número de Autorizações de Residência mais os vistos próprios, [...] que estão válidos a 31 de dezembro de determinado ano.” E, “[...] Até este momento, a comunidade brasileira está em crescimento. Em 2010, é possível que haja um decréscimo do estoque da população estrangeira em Portugal, não necessariamente dos brasileiros”.

Por causa da entrada de brasileiros em Portugal é muito mais difícil, porque não há visto nenhum. Porque há o tal famoso artigo 88, que permite aos estrangeiros que já estando aqui, se conseguir um contrato de trabalho possa se regularizar. Porque há uma maior gama, há uma interação entre brasileiros e portugueses, as relações de família, de parentesco, de gente com dupla nacionalidade, que nos EUA você pode se dar ao luxo de até chegar ao aeroporto e identificar, quem é, deve ser latino e daí, quem é brasileiro e quem é americano. (CONSULADO DO BRASIL).

Esta última citação antecedeu uma realidade que só foi possível confirmar após a divulgação do Relatório de 2010, em que a população estrangeira diminuiu quase 2% e a comunidade brasileira aumentou 2,7% no período 2009-2010.

O representante da ALCC defende que haja um equilíbrio no estoque: “Só que assim, hoje tem dez, amanhã voltam dois e entram dois. Continua o mesmo número. A quantidade que vai embora é muita, mas a quantidade que entra também é igual”.

Corroborando com a afirmação acima, o representante do Consulado do Brasil afirma:

[...] também eu tive uma conversa com o Banco do Brasil recentemente, [...] tem muita gente fechando conta principalmente no final de ano, mas muita gente abrindo, quase o mesmo número de gente fechando e abrindo, que então me leva a crer, que há um fluxo de ida e vinda, ou de saída, mas ao mesmo tempo de chegadas grande. (CONSULADO DO BRASIL).

[...] ao contrario até do que eu pensava, se você tivesse me entrevistado um mês atrás, talvez te diria que era impossível não estarem saindo, e eu agora te

responderia, que estão saindo e que estão chegando, não há uma diferença significativa, é o que eu te responderia hoje! (CONSULADO DO BRASIL).

As informações levantadas junto ao Banco do Brasil seriam pertinentes na análise dos fluxos, principalmente sobre o de entrada, uma vez que o perfil do correntista também fosse levantado. Por exemplo, pode ser citado que, atualmente, há no Brasil grande incentivo para que estudantes, em diferentes níveis de instrução, passem um período no exterior e retornem ao país com uma experiência internacional. Tais iniciativas levam a aberturas de contas e, no exterior, o agente financeiro do governo brasileiro é o Banco do Brasil.

Também foram abordados motivos não econômicos como explicação para a permanência do fluxo de entrada, como segurança, o idioma e reunificação familiar. “Em nível de segurança, aqui oferece mais. [...] Portugal não é um país que se ganha dinheiro. Portugal é o país facilitador por causa da língua, que por vez pode ser enganoso por parte de quem vem pra cá.” (ALCC – Associação Lusofonia Cultura e Cidadania).

Quando temos alguém para partilhar nossos dissabores, é muito mais fácil, vou trabalhar mais tranquila. São três bocas, passam de uma para duas, para três. Mas vou ter mais motivação para ganhar dinheiro. A pessoa feliz produz. (ALCC – Associação Lusofonia Cultura e Cidadania).

É bom morar em Portugal! Você entende a língua. É uma segurança muito grande. Os portugueses estão deixando de fazer alguns tipos de trabalhos, que os brasileiros aceitaram fazer. (CONSULADO DO BRASIL).

Perguntado sobre o fluxo de entrada, um dos representantes da OIM cita ainda as possibilidades de regularização da imigração, afirmando que: “Em geral, não houve uma redução... Portugal ainda é atrativo”. “Ainda há muitos brasileiros a sair do Brasil. Mais do que a entrar.” “[...] há um crescimento fortíssimo no Brasil, mas não beneficia a todos ainda.”

E complementa essa ideia, ao afirmar que Portugal continua sendo uma opção atrativa e há muita gente a querer sair, segundo contatos que possuem no Brasil.

Muita gente da classe baixa saiu da pobreza, mas aqueles que já eram da classe média e que não encontram empregos satisfatórios ainda pensam em sair do Brasil. O Governo Lula beneficiou mais aqueles que estão na camada baixa, o que é muito bom, mas há muita gente de nível mais alto que não consegue encontrar trabalho. (Organização Internacional para as Migrações).

Poderá ter uma diminuição percentual, mas esta diminuição percentual será sempre, talvez, 3 a 4%. Não é nada representativo. Porque existe muita gente, de fato, a sair, a regressar aos seus países de origem, mas existe muita gente a entrar. Então, há um equilíbrio. (Organização Internacional para as Migrações).

Quanto aos aspectos ligados à regularização do imigrante, a lei de 2007 deixa claro o que este deve providenciar para se tornar portador de um título de residência. “[...] basicamente, quer dizer, só não se regulariza quem não quer ou quem não pode mesmo.” (Serviço para Estrangeiros e Fronteiras).

Sim! Ela foi bastante favorável. Sim, porque tentou simplificar vários aspectos, não só a questão eventualmente de poder regularizar quem tinham uma relação de trabalho, mas quem estava em situação de irregularidade. Isto acaba por tirar da irregularidade muito deles e permitir que fique em uma situação regular. Pessoas que estavam descontando a segurança social, aliás, tinham que descontar a segurança porque era um dos requisitos, tinham uma relação laboral, até um contrato, se calhar. Tanto isto, e depois a relação de acesso ao mercado de trabalho, os regimes do visto simplificaram muito, o visto de residência. (Serviço para Estrangeiros e Fronteiras).

[...] ela é uma lei mais branda! Ela é uma lei mais aberta. Ela não prevê, como eles chamam? De uma regularização extraordinária. Não é assim, tipo abrimos durante seis meses e todos os imigrantes que estão aqui podem regularizar, não é isso! (Organização Internacional para as Migrações).

Pois agora o SEF facilita muito, por exemplo, desde a crise, geralmente o SEF exige um rendimento mínimo para poder renovar o visto. Agora, pode ser a metade do rendimento mínimo. Que tem muita gente, depois desta crise que perdeu o emprego, ganha menos. (Organização Internacional para as Migrações).

A grande dificuldade citada no processo de regularização é a incidência da multa, que varia de acordo com o período em que o imigrante esteve irregular, principalmente em se tratando dos imigrantes em ocupações vulneráveis pela crise, tornando o processo um círculo vicioso. “O problema é este! Que a multa às vezes é tão alta, que tem muitos imigrantes que poderiam regularizar a situação, mas que não faz, porque não tem dinheiro pagar.” (Organização Internacional para as Migrações).

Portanto, quando os brasileiros entram em Portugal, com visto de turismo muitos deles pensam ficarem cá e facilmente conseguem o visto de residência. Entrando com o visto para turismo, o fato de ter depois uma residência implica um projeto de vida em longo prazo em Portugal. Mas até terem residência, vai quase um ano. Ao entrarem e até ter sua residência, conseguem trabalho e corre tudo dentro da normalidade. É um processo que demora quase um ano. Muitos deles quando chegam a esta altura, quando são chamados ao SEF, já não reúnem as condições necessárias para obtenção da residência, porque já perderam trabalho, entretanto, depois as coimas são muito caras. E muitos já não conseguem fazer face às despesas. (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural / Centro Nacional de Apoio ao Imigrante – Lisboa).

6.1.2 Mercado de trabalho

É inquestionável o péssimo cenário em que se encontra o mercado de trabalho português, com índices de desemprego cada vez maiores, que se intensificam dentre os estrangeiros.

Ultimamente, a atual conjuntura de Portugal, a situação esta a agravar e a questão do trabalho está cada vez mais complicada. [...] E a reintegração, daqueles que já estavam regularizados em condições em termos de trabalho, vamos dizer assim, estabilizadas, perderam. Ficaram sem trabalho. (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural / Centro Nacional de Apoio ao Imigrante – Lisboa).

Pela lei, os direitos para acederem ao mercado de trabalho são os mesmos entre os portugueses e os imigrantes regularizados. No entanto, é comum a identificação de fatos relatados pelos entrevistados, que presenciaram o preconceito entre estas duas comunidades, principalmente quando relacionados à existência da crise. Dentre as entrevistas com os imigrantes, em particular todos do sexo feminino, pode-se detectar algumas em que o entrevistado se esforçava para se comunicar dentro da oralidade e normas do Português de Portugal. “É uma questão de sobrevivência” (Margarida).

Por outro lado, o representante do Consulado do Brasil afirma que o preconceito é leve e muitas vezes é ressaltado pelas diferenças culturais.

[...] preconceito pode haver. Sobretudo, em época de crise. Mas, no caso de Portugal em relação ao Brasil é levíssima! Na minha opinião, você vai encontrar brasileiros que acham que o preconceito é muito grande. Mas o que eu pergunto, é se? É preconceito mesmo por ser brasileiro? Ou se é preconceito, se você é mal educado? Pelo seu nível social? Há uma série de outros preconceitos que se juntam a isto. (CONSULADO DO BRASIL).

[...] você pode ouvir um desaforo aqui. Pode ser que alguém te fale mal de brasileiro. Mas o fato é que o número de brasileiros aqui foram crescendo. A renda consular de 2007 para 2008 dobrou. Ora! Nós somos um país que temos relações com Portugal desde que nós somos independentes. (CONSULADO DO BRASIL).

Em nível de gênero, é transversal a todas as comunidades. É igual. Em nível das habilitações literárias, das qualificações, ainda na comunidade brasileira, é inferior, ou seja, você vai concorrer a uma vaga e tem dez brasileiros e um português, o português sempre ganha. Ganha porque o brasileiro ganha dez e o que não é brasileiro, ganha trinta. Então, estamos a falar de uma mão de obra barata. Hoje, temos licenciados a ganhar meia dúzia de tostões, como se costuma dizer. Uma pessoa no café ganha 600 euros. Se calhar, as pessoas ainda não assimilaram esta situação. Eu já vi vários brasileiros que ganham bem e que já vieram do Brasil com trabalho e não aguentam. Um médico e um gestor de empresa de informática vieram para ganhar muitíssimo bem. O médico já voltou. Voltou porque achou a competência médica em Portugal inferior à Brasileira. E ele não aguentou. Ao nível das competências, ele achava que era inferior. E o outro, da Informática que está a ganhar muito bem (4.500 euros), já não aguenta. Está aqui porque está esperando a

mulher dele terminar a pós-graduação. Porque o nível de conhecimento aqui é inferior ao dele. Ele disse que as pessoas não conseguem acompanhar. (Associação Lusofonia Cultura e Cidadania).

Relacionado à citação acima, o grau de instrução difere as ocupações, mas a maioria dos imigrantes brasileiros encontra-se nos setores da construção civil, serviços, hotelaria e restauração.

Aqueles que têm até o segundo grau vão trabalhar na limpeza, atendimento ao balcão, nas caixas dos supermercados, nas caixas dos restaurantes, nos restaurantes. É mão de obra desqualificada, barata. O atendimento por brasileiros é muito melhor, mas posso dizer que fico muito triste, pois patrões, chefes quererem fazer a moda portuguesa. Eu já tinha verificado em algumas redes, que não deixam brasileiros no balcão darem uma palavra com outro. E tem outra rede, que tem cerca de trinta brasileiros a trabalhar... A simpatia tem que se manter sempre. Deve haver o meio termo. (Associação Lusofonia Cultura e Cidadania).

Outra característica revelada nas entrevistas quanto o mercado de trabalho dos imigrantes brasileiros é que a experiência anterior, adquirida no país de origem, nem sempre é destacada ou considerada como um fator diferencial para conseguir um emprego. Os fatores interpessoais, como capacidade de interação com as pessoas, antes eram consideradas, porém não são mais, como demonstra a citação de do representante da ALCC. Como contraponto, um representante do Centro de Estudos Geográficos afirma que:

Os imigrantes têm uma capacidade de desenvolvimento muito importante não só de empreendedorismo, como eles possuem habilitações superiores às da comunidade portuguesa média de escolaridade superior à portuguesa, que é capaz de empreender, criar o próprio emprego, [...] principalmente, nas regiões periféricas. (Universidade de Lisboa - Centro de Estudos Geográficos).

Antes, a experiência do imigrante no país de origem era valorizada. Agora, não é mais. Assim, como a simpatia. Você encontra uma série de pessoas que cuidam de idoso aqui e nunca trabalharam com idoso lá. Essa questão de comparar o não qualificado lá é mais difícil porque eles pegam tudo que aparece. Nunca trabalhou de garçom e aqui, começa a trabalhar de garçom. É um trabalho fácil e dava-se pela simpatia da pessoa. Isso era a mais valia. Não era a experiência. Hoje, isso mais não conta. (Associação Lusofonia Cultura e Cidadania).

Porém, afirma-se, pela percepção do pesquisador e pelos depoimentos dos imigrantes, que ocupações e experiências anteriores, como cabeleireiro, manicure e pedicure, massagistas e esteticistas são valorizadas na sociedade portuguesa.

O que acontece com os cabeleireiros é que em Portugal, é obrigatório ter formação. No Brasil não. Aqui, você tem que ter o certificado de cabeleireiro, manicure e etc. É um trabalho valorizado. As pessoas valorizam o trabalho das brasileiras, mesmo que 70% não tenha o certificado. Para ser manicure, tem que ter o certificado dos dois. Estética é muito valorizada. Outra coisa que é valorizado é o trabalho com os idosos. É extremamente valorizado. A publicidade é muito valorizada. A informática é muito valorizada, mas nós corremos o risco de que, eu estou a competir contigo. O festival de CANNES¹⁰, as agências que ganham são brasileiras. (Associação Lusofonia Cultura e Cidadania).

Dos trinta e sete imigrantes brasileiros entrevistados, apenas cinco estavam desempregados e destes, apenas um não possuía nenhuma renda, pois nunca havia trabalhado. Os outros quatro, um era bolsista de doutorado e três eram *free lancer*. Ressalto que, dois possuíam curso superior, estavam empregados no ano de 2010 e no ato da entrevista, estavam recebendo subsídio desemprego.

Do total, 19% tinham, no mínimo, curso superior; 43% segundo grau; 30% primeiro grau; e 8% não informaram o grau de instrução.

6.1.3 Fiscalização do SEF

A princípio, o objetivo das questões voltadas para a fiscalização diziam respeito à uma possível existência de aumento da pressão sobre os imigrantes, em particular sobre os brasileiros, devido ao acirramento da crise. De acordo com o SEF, os procedimentos não se alteraram e não tinham caráter contingencial. “A fiscalização segue seus termos normais.”

Há duas vertentes. Uma é a vertente da investigação de controle de entrada no território nacional e do controle de permanência aqui em termo de conformidade ou não. Outra coisa é a investigação da atividade criminosa. Então, parece-me que as investigações seguem o curso normal. (Serviço para Estrangeiros e Fronteiras).

Outro ponto a ser considerado é a visão da comunidade e do Governo Português quanto ao imigrante indocumentado, bem diferente da percebida por países receptores de grande contingente de brasileiros, como os Estados Unidos. Em Portugal, a fiscalização é branda e a situação de irregular não é vista como crime. Tanto a sociedade quanto as autoridades são tolerantes com esta situação e que, em alguns casos a fiscalização passa a ser vista como ineficaz.

¹⁰ O Festival de Cannes é um dos eventos mundiais mais importantes do mundo. Criado em 1946, acontece todos os anos, em maio, na França, na cidade de Cannes.

[...] nos países latinos da Europa, a violação da lei é vista como uma contingência. E nessa medida, a violação das leis da imigração é vista de forma de contingência. Logo, as opiniões públicas aceitam muito bem as regularizações. Se você for para os países do norte da Europa, nos países escandinavos, a violação da lei é um crime socialmente inaceitável. (Serviço para Estrangeiros e Fronteiras).

[...] Eu não estou a falar da atividade criminosa, estou a falar da violação das regras locais e como a sociedade aceita a violação das regras locais. Você quando entra em algum país, está a violar as regras desse país. Não está a praticar um crime, pelo menos em Portugal. Mas, manifestamente, está a ir contra as regras de regimento dos estrangeiros. (Serviço para Estrangeiros e Fronteiras).

Há fiscalização, mas a eficiência dessa fiscalização, às vezes, é que deixa a desejar. Mas é preciso fazer muito mais em termo de fiscalização, porque imagina, nós temos pessoas que chegam aqui na OIM, para ter apoio do programa de retorno voluntário já foram fiscalizados e notificados umas três ou quatro vezes e não acontece nada. [...] A pessoa pode ser notificada uma vez. Sendo notificada uma vez e não cumprir com os termos da notificação, para resolver em alguns dias a situação, a pessoa tem que ser responsável e tem que justificar porque ela quase não fez nada. Mas isto não acontece... (Organização Internacional para as Migrações).

Outro fato curioso quanto à operação ligada às notificações e eventuais expulsões está ligado à proteção às crianças. “se duas pessoas forem notificadas e tiver filhos, eles não podem ser expulsos. [...] As crianças, o sistema social português e judicial, prevê que os menores sejam protegidos em qualquer situação.” (Organização Internacional para as Migrações).

A fiscalização ocorre também no nível das empresas que contratam mão de obra irregular. Assim como acontece com o imigrante, as empresas que cometem o delito devem pagar uma multa (coima) e este fato, também não é visto como crime. “[...] depois existe o direito de contorno nacional, que é a forma *light* da criminalidade. Não é? Que é quando você faz, infringe uma norma, mas a sanção é apenas o pagamento de uma multa. Cá chamamos de coima.” (Serviço para Estrangeiros e Fronteiras).

Um direito, que é chamado de contornação, é uma censura social de grau, infinitamente, mais baixo que o crime, puramente. Enfim, a coima é uma sanção apenas pecuniária. [...] A contornação é uma forma muito simples. Instaura-se um auto e depois, há um processo. A empresa é ouvida e depois é notificada para pagar. SE não pagar, vai para o Tribunal. [...] A reincidência faz com que no futuro as multas possam ser mais graves. (Serviço para Estrangeiros e Fronteiras).

Notificar a pessoa para abandonar o país, normalmente por regra, é uma abordagem privilegiada. Tem atenção imediata e começa o processo e expulsão. Se a pessoa, na segunda vez, for tentada de um cumprimento de uma decisão de notificação de retorno involuntário a retornar, significa que a pessoa descumpriu a ordem do Estado para abandonar o território. (Serviço para Estrangeiros e Fronteiras).

Ela pode se regularizar imediatamente, se ela quiser. Pode se regularizar sempre. (Serviço para Estrangeiros e Fronteiras).

No percurso do processo de expulsão, há aplicação das chamadas medidas de coação, que são várias. Uma é aplicação da ordem pelo SEF, outra é colocação da pulseira eletrônica. [...] Sucede que, uma vez que a violação das regras de imigração não é crime, a privação da liberdade das pessoas se faz nos centros de instalações temporárias. Aqui em Portugal, são criadas para efeito dessas pessoas que são privadas da liberdade, não podem ser instaladas em prisões, que são destinadas para as pessoas criminosas que violaram a lei. Como a violação das regras de permanência não é um crime, tem aplicação de caráter administrativo. A aplicação da privação da liberdade e faz ao redor das secretarias. [...] Não é um regime aberto, mas não se misturam pessoas criminosas com as que não são. (Serviço para Estrangeiros e Fronteiras).

Existem alguns casos, mas eu não tenho números aqui. Enfim, existem alguns, mas não muitos porque é a medida mais grave. Tanto que só os juízes aplicam a sanção. Os juízes só aplicam se houver suspeitas de perigo de fuga na instrução do processo de expulsão, isto é, só no caso de falsificação de documentos, etc. (Serviço para Estrangeiros e Fronteiras).

Pelo que eu vi, a fiscalização de empregadores que empregam, acho que eles estão a investir bastante. E agora, as coimas para os empregadores são grandes. Isto também a um tempo atrás, o que diziam os imigrantes: é muito complicado arranjar trabalho irregular, pois agora eles têm medo e não empregam. Eles diziam: não interessa ser irregular ou não, eu preciso é de um trabalho. Aí, ficou complicado, pois há fiscalizações nos empregadores. Também acho que estão devagar. Está começando a andar ou há esforço neste sentido. (Organização Internacional para as Migrações).

No entanto, há situações em que são consideradas crimes e estão intimamente ligadas às questões da imigração como: tráfico de pessoas, falsificação de documentos, dentre outros.

Estão aqui elencados todos os tipos de crime que a lei prevê. São chamadas disposições avulsas e vale tanto quanto o código penal. [...] Quem adquirir uma mão de obra ilegal, com intuitos lucrativos, é punido de 1 a 4 anos. Tem também um aspecto muito interessante, que é o casamento por conveniência. (Serviço para Estrangeiros e Fronteiras).

Perguntados sobre uma possível preferência em fiscalizar imigrantes brasileiros, os entrevistados foram unânimes em responder que não há qualquer tipo de perseguição.

Não! Acho que não. A ideia é, onde facilmente se encontram os empregadores em determinados setores que empregam mais sem contrato. E é por isso que eles são mais expostos, quando pegam um trabalhador e ele não tem contrato e não tem garantias. E se calhar por isso, mais empregadores em determinados setores são envolvidos nisso. Mas é só por isso, mas acho que não. Pega setores de maneira universal, diríamos. Acho que não. (Organização Internacional para as Migrações).

Da amostra de imigrantes brasileiros entrevistados, apenas quatro (11%) estavam em situação irregular e nenhum deles já tinha sido notificado. Um, por não ter dinheiro para pagar a coima; dois por não terem contrato de trabalho naquele momento, embora tivessem trabalho e estivessem à espera do contrato, pois estavam em Portugal havia menos de seis meses; e

outro, embora tivesse trabalho e muitos anos de permanência, nunca teve interesse em se regularizar.

6.1.4 Apoio social do governo, políticas públicas e associações de imigrantes

O acesso às políticas sociais, englobando o subsídio desemprego, pelos imigrantes regulares é visto como um motivador à permanência em Portugal. “Portugal é um estado social, o que significa que é um acervo de estoques de serviços sociais para as pessoas: subsídios e emprego.” (Serviço para Estrangeiros e Fronteiras) “Aquele que é regular e está desempregado, tem direito.” (Organização Internacional para as Migrações)

[...] Mas sim, eu conheci uma brasileira, que por um acaso era qualificada, ficou aqui até encontrar outra coisa. Há um certo ponto que a pessoa pensa em voltar porque não consegue encontrar trabalho mesmo. Mas o fato de ter a rede de proteção social, o subsídio, ela ficou até puder e conseguiu encontrar e depois ficou. Depois aguentou. Isso é um fator que pesa positivamente, porque dá uma margem de tempo para ver o que aparece. Com qualquer pessoa, aconteceria a mesma coisa. Mas agora, o problema são aqueles que não têm garantia, ficam sem nada. E a rede social existe, mas a nossa precisão é que a rede social é um caso ocasional, que não garante o apoio quando uma coisa séria acontece. (Organização Internacional para as Migrações).

Quanto ao papel das associações de imigrantes existentes, um dos representantes da OIM enfatiza que há muito por fazer.

É intuitivo, todas são de mulheres. Há muitas que foram criadas recentemente. Não sei bem que tipo de apoio. Acho que tentam! [...] Depende também do tipo de apoio que se consegue fazer. Há muito pouco. Às vezes chegam casos que são apoiados pela segurança social, pela Caritas... Não necessariamente são associações de imigrantes. São redes de apoio de associações para aqueles que não conseguem nem comprar para comer. (Organização Internacional para as Migrações).

A eficiência dos Centros de Emprego também foi muito criticada pelos entrevistados, embora estejam acessíveis, de forma semelhante, aos imigrantes. Um dos imigrantes entrevistados chegou a dizer que, embora seja obrigado a comparecer quinzenalmente em um dos Centros, nunca houve nenhuma oferta atrativa de trabalho.

Centros de Emprego. Não funciona pra ninguém. Não é só para imigrante. É pra ninguém. Funciona pra dar dinheiro, mas pra emprego não. Aquilo é um vício. Você está desempregada. Você vai lá no Instituto de Emprego para requerer o subsídio desemprego, mas o centro de emprego tinha que ter uma procura ativa do emprego. (Associação Lusofonia Cultura e Cidadania).

Os benefícios relacionados ao desemprego em Portugal são bem mais generosos que os oferecidos no Brasil. Enquanto no Brasil existem limites quanto à quantia e ao prazo de recebimento do seguro desemprego, em Portugal tudo varia em função dos últimos salários recebidos, da idade e do prazo de permanência na empresa, bem como o prazo de contribuição para a seguridade social. Sendo assim, a maioria das ofertas divulgadas pelos Centros de Emprego eram inferiores à quantia recebida através dos subsídios de desemprego. “Eles iam pagar 800 euros e eu, no desemprego, ganhava superior a este valor. Não compensa. A segurança social paga 80% do seu salário.” (Maria).

Caso o desempregado não obtenha trabalho após o prazo de recebimento do subsídio, poderá solicitar o subsídio social de desemprego, que é também calculado em função do tempo de contribuição. “A princípio, o subsídio social do desemprego, se eu não estou em erro, é atribuído por seis meses. Se a pessoa tiver direito ao subsídio normal dos 450 dias, quando terminar ainda poderá pedir o subsequente. Mais seis meses de subsídio.” (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural / Centro Nacional de Apoio ao Imigrante – Lisboa).

Caso a pessoa nunca tenha contribuído, também poderá solicitar o subsídio social de desemprego. “Aí, tem o valor base, sendo para um adulto sozinho é 189 euros.” (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural / Centro Nacional de Apoio ao Imigrante – Lisboa).

Existem alguns pré-requisitos que se relacionam com o tempo de contribuição e assim como no Brasil, com a forma em que se desvinculou do emprego e com fim do benefício.

Se for subsidio desemprego, são 450 dias nos últimos dois anos. 450 dias que dá um ano e qualquer coisa. Não sendo este, o subsidio social de desemprego, são 180 dias. Imagina que a pessoa por livre e espontânea vontade deixou o trabalho. Se a pessoa deixou o trabalho, não tem direito ao subsidio desemprego. O subsidio desemprego é para quem ficou desempregado involuntariamente. Queria continuar a trabalhar e a entidade patronal fechou porque escolheu outra pessoa. No entanto, se a pessoa por sua própria opção, ou porque não se sentia bem, decidiu deixar o trabalho. E pode se inscrever no centro de emprego e ter acesso a todo tipo de curso de formação profissional que o centro de emprego concede. Ou até para própria procura de trabalho sem estar a receber o subsidio. Há sempre esta distinção. [...] Pode estar inscrito e não receber o subsidio. [...] a pessoa começa a trabalhar o subsidio é cancelado. (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural / Centro Nacional de Apoio ao Imigrante – Lisboa).

Se a pessoa tiver direito ao subsidio normal, dos 450 dias, quando terminar, ainda poderá pedir o subsequente. Mais seis meses de subsidio social de desemprego. Mesmo que a pessoa tenha direito a receber durante um ano o subsidio de desemprego. No primeiro ano, a pessoa ainda não conseguiu trabalho, no entanto, fez todas as apresentações que precisa fazer. Teve uma procura ativa de trabalho

naquele ano e não conseguiu, poderá ter mais seis meses do subsídio social de desemprego. (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural / Centro Nacional de Apoio ao Imigrante – Lisboa).

Portugal oferece uma rede de atendimento chamado de CNAI – Centro Nacional de Apoio ao Imigrante, que se desdobra no CLAI – Centro Local de Apoio ao Imigrante, onde são oferecidos vários serviços relacionados ao apoio social, à área jurídica, de saúde, de residência, dentre outras. O gabinete contemplado neste estudo foi o de Apoio Social.

A situação da pessoa é sempre avaliada e conforme a situação da pessoa, se ela tem documento, conforme a área de residência, fazemos com que ela tenha acesso a maior número de respostas para permitir salvar da situação. [...] Cada situação é analisada conforme a própria situação, se tem crianças, se não tem crianças. Cada caso é um caso. A resposta faz parte de um plano individual de integração ou de acompanhamento ao tempo. E nós damos a resposta. (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural / Centro Nacional de Apoio ao Imigrante – Lisboa).

[...] E tenho atendido um bocado da comunidade brasileira. Em termos de pedido de retorno voluntário, tem sido o grosso dos atendimentos que tem sido feito aqui. (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural / Centro Nacional de Apoio ao Imigrante – Lisboa).

Vale ressaltar, já dito anteriormente, que apenas os imigrantes regulares têm acesso ao pacote de benefícios oferecido pelo Governo Português, inclusive acesso aos Centros de Emprego. Este fato é bastante desconhecido entre a comunidade brasileira, que se surpreende ao requerer algum subsídio.

[...] independentemente de eles terem contribuído para o sistema de segurança social, muitas vezes acontece, contribuem quando estão a fazer a sua atividade. Pensam que vão conseguir obter a sua cota de benefícios e não conseguem por estarem em situação irregular. [...] permanecendo em Portugal, não podem usufruir destes subsídios enquanto se mantiverem irregulares. (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural / Centro Nacional de Apoio ao Imigrante – Lisboa).

Temos algumas instituições, sejam ONGS, cá em Portugal são chamadas de IPSS, instituições particulares de seguridade social, que tem como população alvo, a população de imigrantes que está em situação irregular. Estes, por serem centros mais pequenos e que têm outros tipos de contato de entidades empregadoras fazem as fichas e ajudam a fazer as constituições do currículo e etc. São muito poucas. (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural / Centro Nacional de Apoio ao Imigrante – Lisboa).

De acordo com os representantes do CNAI, os serviços mais procurados são os que envolvem o SEF e a Segurança Social. “Mas é o SEF e a Segurança Social que são os mais procurados, têm mais 100 atendimentos por dia, 127, aliás.”

Os imigrantes entrevistados, em sua maioria, já tinham ido ao Consulado para algum serviço e ao CNAI para as prorrogações de título¹¹. Apenas um relatou experiência com contato com Associações de Imigrantes, inclusive a entrevista foi realizada em uma delas.

6.1.5 Fluxo de retorno

A mensuração do fluxo de retorno é algo que não existe e é um fenômeno, totalmente, fora do controle das fronteiras de Portugal. Como afirma o representante do SEF, “Não existem fontes viáveis e mesmo que tivesse, eu não sei com que intenção as pessoas saem. [...] De fato, as fronteiras não são objetos de controle”.

O fluxo de retorno, que parecia certo devido os reflexos da crise internacional e às suas perspectivas negativas, não aparece formalmente nas estatísticas, porém é bem visível ao conversar com os entrevistados, sob um ponto de vista subjetivo.

Em 2010, eu ouvi que foram cerca de vinte mil brasileiros a irem embora. As pessoas são pescadores. Quando pegam um peixe, dizem que pescou. Se for meio metro, dizem que foi de 1 metro. (Associação Lusofonia Cultura e Cidadania).

Conheço algumas pessoas que passaram em concurso público. Ontem veio um rapaz que vive em Portugal há quinze anos e vai voltar. Veio aqui para se informar a cerca do FGTS, da casa própria. A quantidade de pessoas que nós falamos, sempre conhece alguém que foi embora. Sempre conhece alguém... (Associação Lusofonia Cultura e Cidadania).

Tenho alguns colegas que dizem que na linha de Oeiras já não há mais brasileiros. Na costa da Caparica, a maioria foi embora. Tenho uma conhecida brasileira na linha de Oeiras e ela acha estranho porque os apartamentos estão todos para alugar. A linha de Oeiras, de Cascais, ninguém vai fazer inquérito. Na Ericeira está cheio de brasileiros. Então, é uma zona de praia. E estas pessoas estão lá para ganhar dinheiro e irem embora e foram muita gente embora. Muita. (Associação Lusofonia Cultura e Cidadania).

E sob um ponto de vista não tão subjetivo, a empresa de transporte de bens, *Packing and Go*, foi ouvida e afirma que, nos últimos tempos, operam na capacidade máxima. “Fazemos de 300 a 500 entregas mensais no Brasil. Só não fazemos mais porque há limite de capacidade produtiva”.

As entrevistas mostram que a crise, por si só, não é suficiente para motivar a decisão de retorno. “Não foram os pobrezinhos que voltaram. A crise mundial potencializou o Brasil. E aquelas pessoas que tava a tentar juntar mais dez e tinha oito, foi embora. A maioria que

¹¹ Entendem-se como Prorrogações de Título os serviços do Serviço para Estrangeiros e Fronteiras relacionados à prorrogação de uma autorização de permanência, que possuem, no máximo, a duração de um ano, na maioria dos casos.

voltou, arrumava lá emprego ou tinha situação melhor do que aqui.” (Associação Lusofonia Cultura e Cidadania). “Não dá mais. Quero ficar ao lado da minha mãe, que está doente.” (Elisa).

[...] vamos fingir que a crise chegou e vamos embora. Não é por aí, mesmo porque acho que há outra coisa. Quero dizer que as decisões das pessoas dependem de mais coisas. Tem filhos pequenos aqui, estão a estudar ou não, tem amigos... Ah! Porque chegou a crise, vai tudo embora. É muito ligeiro! As coisas não são bem assim. Não é? Casou-se com português ou arranjou não sei o que. Há uma infinidade de fatores [...]. (Serviço para Estrangeiros e Fronteiras).

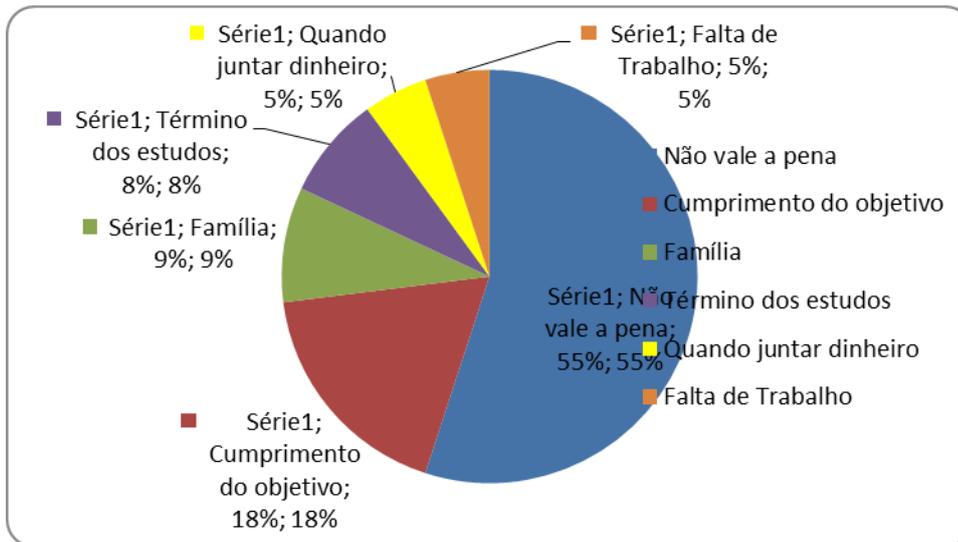
Se há mais gente a regressar, sim! Mas, por um conjunto de fatores e se calhar, pela condição de melhoria de vida do Brasil e oferta de empregos. (Serviço para Estrangeiros e Fronteiras).

Não. Realmente não há um reflexo. Porque se trabalham, e a maior parte das pessoas trabalha no setor de serviços, restaurantes e construção civil. É obvio que a crise tem um impacto nestes setores e eles acabam por terem as consequências disto. Então, a maioria dos pedidos também pode ser ligado a isso. Mas acho que não há uma consequência direta. Crise igual a retornar, não. Como disse: só voltam aqueles que tentaram tudo. [...] Há que se olhar a coisa um pouquinho mais tarde, decisão de retorno, isto por que? Porque não é só uma rede. Há área social, há outras razões para decidir ficar, tenta se tudo e depois eventualmente toma-se a decisão. Decisão de voltar não é assim tão fácil, tem que ser ponderada, e pensada. (Organização Internacional para as Migrações).

É obvio que a crise impacta nestas pessoas que estão também em trabalho mais instáveis, em setores que estão mais expostos a flutuações, etc. É onde a crise vai bater primeiro. [...] esta é a impressão. Eles querem ligar à tendência a um aumento de número de pedidos. E há uma tendência geral de desistência. Não é isso! Nossa posição não é essa. Então tem que distinguir as coisas. (Organização Internacional para as Migrações).

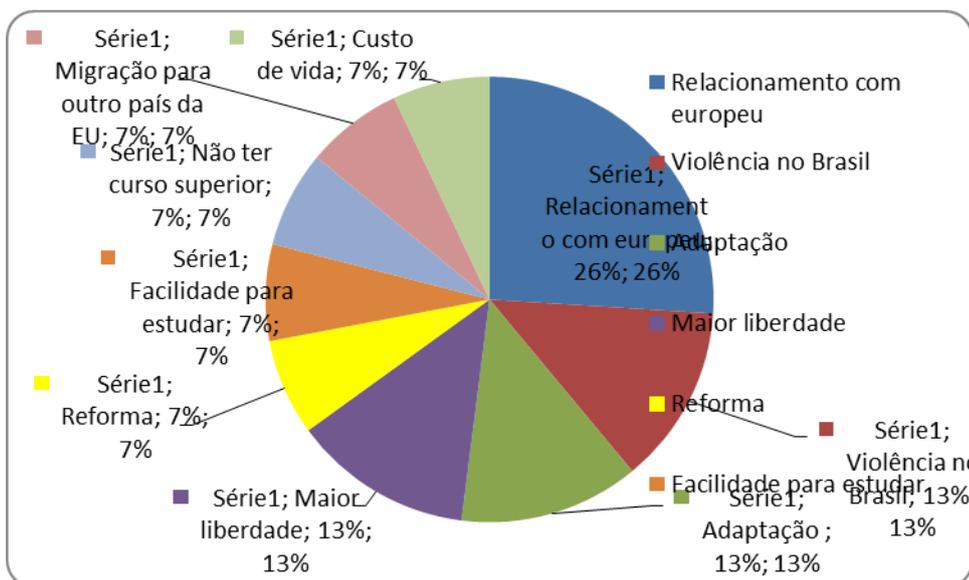
Para brasileiro, não há crise. Eu não acredito que tenha havido crise para os brasileiros porque, sempre aprendem uma maneira de trabalhar. A crise fez com que muita gente repensasse e voltasse pro Brasil, aqueles que já tinham um pezinho de meia, sim. (Associação Lusofonia Cultura e Cidadania).

Dentre os imigrantes entrevistados, 59% pretendiam retornar ao Brasil. Os motivos estão expostos no Gráfico 16.

Gráfico 16 – Motivos dos entrevistados em Portugal para retornarem ao Brasil (2011)

Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Quanto aos 41% que responderam não ter interesse em retornar ao Brasil, os motivos estão demonstrados no Gráfico 17.

Gráfico 17 – Motivos dos entrevistados em Portugal para permanecerem em Portugal (2011)

Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

A “maior liberdade” descrita como motivo de permanência em Portugal retrata duas situações ligadas às questões de homossexualidade e não a um contexto geral, acessível à comunidade brasileira. Vários relatos apontaram para uma liberdade tolhida imposta pelos portugueses, quanto à individualidade e manifestações socioculturais, tipicamente brasileiras.

6.1.6 *Perspectivas*

Embora o cenário português esteja bastante complicado com o agravamento da crise mundial, os entrevistados demonstraram uma visão mantenedora da imigração, apesar da ideia comum de que o fluxo de retorno está mais forte. “Existe uma volta das pessoas que realmente desistem. Por que não?” (Casa do Brasil). “Não existe desistência e sim, uma tendência. [...] Existe uma pressão emigratória, mas não quer dizer que haja desistência.” (Organização Internacional para as Migrações).

Eu penso, como sabe, os fluxos migratórios como uma forma humana nascem, crescem e morrem. E somos influenciados por um conjunto de circunstâncias e fatores diversos. (Serviço para Estrangeiros e Fronteiras).

Não mudou nada. Portugal é um país do queixoso. Por si só, os portugueses reclamam de tudo, com ou sem crise. Eu tenho visto mais a crise por causa dos cortes. Cortes dos ordenados, aumento do IVA... Não existe ninguém bem. Existe uma ideia de que ninguém pode ficar bem. (Associação Lusofonia Cultura e Cidadania).

As imigrações estão para ficar e para continuar. [...] É normal que haja uma mobilização para os países chamarem seus cidadãos de volta. (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural).

Há quem não reconhece a gravidade da crise e defende a permanência de brasileiros no território português.

Os brasileiros são como pássaros de arribação. [...] Vão atrás da água. Eles estão achando que tem ouro lá, mas só tem emprego pra gente qualificada. A crise em Portugal é irreal. O dinheiro está nos bolsos dos portugueses, porque não confiam nos bancos. (IGREJA ASSEMBLEIA DO REINO DE DEUS).

A importância da imigração para a demografia da sociedade portuguesa também foi um questão levantada os entrevistados. As opiniões se divergiram. “A imigração não é a solução para todas as questões voltadas aos déficits da pirâmide etária. Precisamos de políticas de natalidade e não vamos achar que a imigração é a solução para todas as questões.” (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural) “Portugal não poderá sobreviver se não tiver imigrantes. [...] Há atividades que não podem manter-se sem o recurso da imigração”. (Universidade de Lisboa – Centro de Estudos Geográficos).

6.2 Programa de retorno voluntário – OIM

A Organização Internacional para as Migrações é uma organização intergovernamental que tem como missão promover a gestão ordenada e humana das migrações. Possui 146 estados membros, 7.300 funcionários, 440 escritórios em mais de 100 países e sede em Genebra, na Suíça.

Um dos objetivos da OIM Lisboa é promover o desenvolvimento e implementação de projetos voltados ao Retorno e Reintegração de Imigrantes. Portanto, dentre outros, destaca-se o Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração, destinado aos imigrantes em situação vulnerável, que desejam regressar voluntariamente ao seu país de origem, através de oferta da passagem aérea, 50 euros para outras despesas, como deslocamento na origem e em alguns casos previamente analisados, apoio à reintegração à sociedade, que se constitui de um auxílio financeiro para desenvolvimento profissional ou até mesmo, para abertura de uma pequena empresa, que pode variar, atingindo um montante não superior a 1.100 euros.

Esse Programa foi protocolado em 21 de dezembro de 2001 e é financiado pela União Europeia, através do Fundo Europeu de Regresso e cofinanciado pelo SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Todos podem se beneficiar, independentemente da situação, regular ou irregular. As únicas restrições existentes neste Programa se dirigem aos imigrantes: que obtiveram a nacionalidade ou que sejam familiares de cidadãos nacionais de um país membro da União Europeia; que tenham cometido, em Portugal, alguma infração criminal; ou que tenha recebido alguma ajuda financeira deste Programa ou outro semelhante anteriormente.¹²

O Programa de Retorno Voluntário já existia desde 1998 e pelo grande aumento da procura pelos imigrantes brasileiros registrada em Portugal, Irlanda e Bélgica, foi compreendido que um estudo sobre esta comunidade seria de grande valia para os rumos do Programa. Portanto, durante 18 meses, foi realizada uma pesquisa coordenada pelo pesquisador Pedro Góis, intitulada: *Return 2006- Preparatory Actions. Assessment of Brazilian Migration Patterns and Assisted Voluntary Return Programme from Selected European Member States to Brazil.*

No período de agosto a outubro de 2008, foram aplicados 1.257 questionários anônimos em brasileiros na Irlanda, Bélgica e Portugal.

O questionário era formado pelas categorias de informações: características biográficas; condições de vida no lugar de origem; processo migratório; incorporação no

¹² Um Programa semelhante é destinado à comunidade brasileira residente na Bélgica e Irlanda.

mercado de trabalho, na origem e no destino; dificuldades vividas pelos imigrantes, incluindo questões sobre intenção de retorno.

Dos 1.257 questionários, 372 foram aplicados na Bélgica, 400 na Irlanda e 485 em Portugal. O perfil levantado apresentou os seguintes resultados:

- a) 49% homens e 51% mulheres;
- b) 75% tinham menos de 35 anos;
- c) 56% em situação irregular;
- d) principal razão da emigração: economia e desemprego;
- e) 38% não estavam trabalhando quando saíram do Brasil, ou seja, não é a falta de trabalho que motiva e sim, a remuneração precária quando comparada às condições de destino;
- f) 50% eram casados ou “juntados”;
- g) 51% possuem filhos;
- h) o estado de Goiás como principal origem dos imigrantes da Bélgica e Irlanda;
- i) maioria com segundo grau completo;
- j) principais entradas: França (24,4%); Portugal (21,6%); Espanha (18%); e Holanda (8,6%);
- k) uma das maiores dificuldades: situação irregular;
- l) na Irlanda, não há tanto o processo de reunificação familiar, como em Portugal e Bélgica. A imigração é considerada mais a nível individual;
- m) o fluxo de brasileiros tem especificidades de acordo com lugares de destino e refletem muitas das diferenças entre os estados brasileiros;
- n) a escolha por Portugal é favorecida pelo idioma e pela afinidade cultural;
- o) Portugal é visto como um país de trânsito para outros destinos da União Europeia;
- p) Bélgica e Irlanda pertencem a um grupo de nova imigração brasileira, como destino final – Irlanda, a partir do final dos anos 90, tendo a imigração incentivada pelo recrutamento da empresa *Irish Meat Processing*; e Bélgica, desde os anos 60, formada por refugiados, artistas, jogadores de futebol e estudantes.

Entre 2007 e 2011, foram apoiados 2.162 imigrantes no retorno aos seus países de origem, sendo que 1.740 imigrantes regressaram ao Brasil. Em 2011, 594 cidadãos estrangeiros se beneficiaram do Programa, valor que reflete um acréscimo de 5,7% em relação ao ano anterior. As nacionalidades mais representativas foram: Brasil, Angola, Cabo Verde,

São Tomé e Príncipe, Guiné – Bissau, Ucrânia e Moçambique. A Tabela 15 demonstra a evolução.

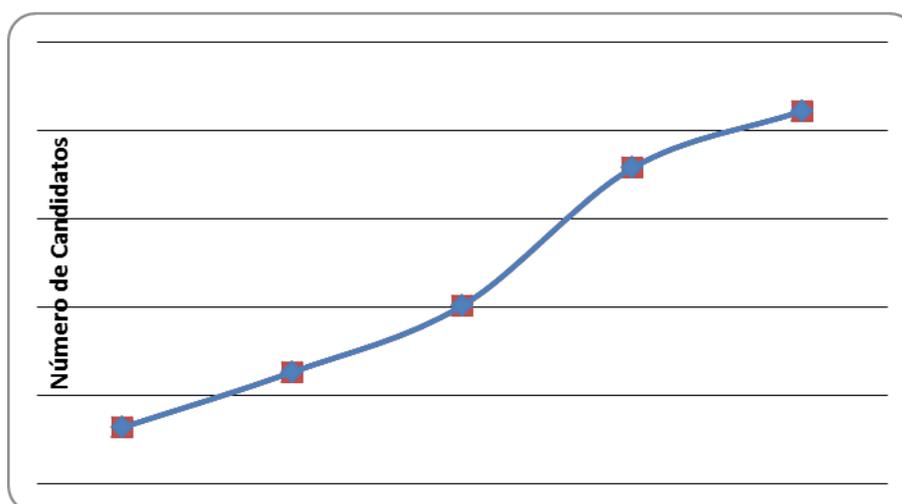
Tabela 15 – Candidatos embarcados por nacionalidade, segundo OIM (2007-2011)

	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%
Angola	29	10,4	25	7,2	32	8,4	53	9,4%	25	4,2%
Argélia	4	1,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0%	0	0,0%
Austrália	1	0,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0%	0	0,0%
Brasil	194	69,8	279	80,4	315	82,6	452	80,4%	500	84,2%
Cabo Verde	10	3,6	9	2,6	6	1,5	14	2,5%	15	2,5%
Geórgia	1	0,4	1	0,3	1	0,3	0	0,0%	2	0,3%
Guiné-Bissau	5	1,8	3	0,9	6	1,5	4	0,7%	8	1,3%
Cazaquistão	7	2,5	0	0,0	0	0,0	2	0,4%	0	0,0%
Moçambique	4	1,4	1	0,3	3	0,8	0	0,0%	7	1,2%
Moldávia	2	0,7	1	0,3	1	0,3	1	0,2%	1	0,2%
Rússia	5	1,8	9	2,6	3	0,8	2	0,4%	1	0,2%
São Tomé e Príncipe	2	0,7	2	0,6	2	0,5	9	1,6%	15	2,5%
Ucrânia	12	4,3	12	3,5	7	1,8	12	2,1%	8	1,3%
EUA	1	0,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0%	0	0,0%
China	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0%	1	0,2%
Uzbequistão	1	0,4	0	0,0	2	0,5	1	0,2%	0	0,0%
Guiné Conakri	0	0,0	0	0,0	1	0,3	0	0,0%	1	0,2%
El Salvador	0	0,0	0	0,0	1	0,3	0	0,0%	0	0,0%
Cuba	0	0,0	1	0,3	0	0,0	0	0,0%	0	0,0%
Índia	0	0,0	1	0,3	0	0,0	4	0,7%	2	0,3%
México	0	0,0	1	0,3	0	0,0	0	0,0%	0	0,0%
Nepal	0	0,0	1	0,3	1	0,3	0	0,0%	1	0,2%
Paquistão	0	0,0	1	0,3	0	0,0	1	0,2%	1	0,2%
Chile	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,2%	0	0,0%
Bielorrússia	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,4%	1	0,2%
Bangladesh	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,2%	1	0,2%
Senegal	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,4%	0	0,0%
Guiné Equatorial	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,2%	0	0,0%
Mali	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0%	1	0,2%
Gana	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0%	1	0,2%
Nigeria	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0%	1	0,2%
Filipinas	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0%	1	0,2%
Total	278	100,0	347	100,0	381	100,0	562	100,0%	594	100,0%

Fonte: Organização Internacional para as Migrações (2011)

O Relatório da OIM de 2011 revelou que o número de inscritos aumentou em 18,03% no período 2009-2010, apresentando uma tendência crescente ao longo dos anos, de acordo com o Gráfico 18.

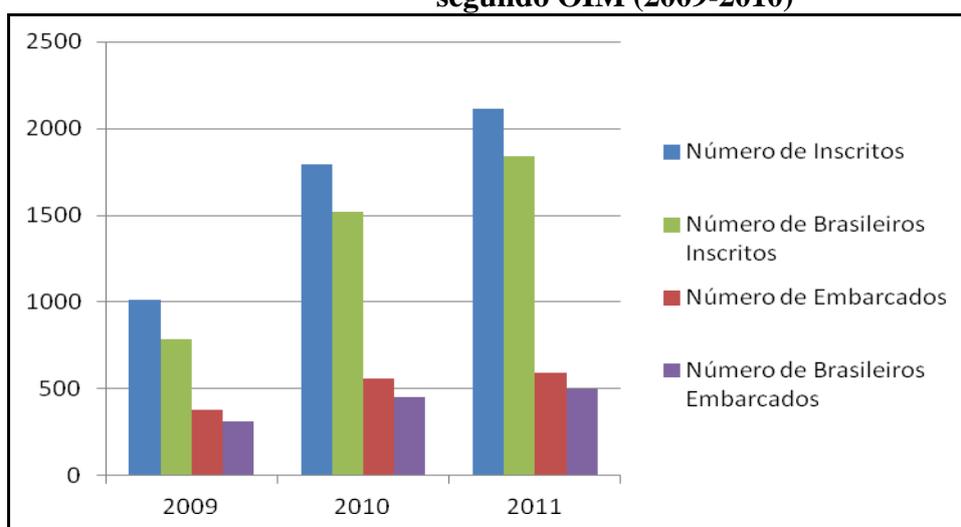
Gráfico 18 – Evolução do número de candidatos ao programa de retorno voluntário, segundo OIM (2007-2011)



Fonte: Organização Internacional para as Migrações (2011)

Em 2011, 87% dos inscritos ou 1.839 cidadãos têm nacionalidade brasileira, o que mostra um pequeno aumento em relação ao percentual de 2009, que foi de 85%, referente a 1.519 imigrantes brasileiros candidatos ao Programa. Na mesma proporção, os dados do Relatório mostram que 84,17% dos que retornaram em 2010 são brasileiros, como demonstra o Gráfico 19.

Gráfico 19 – Número de inscritos totais, retornados e inscritos brasileiros no PRV, segundo OIM (2009-2010)



Fonte: Organização Internacional para as Migrações (2011)

Segundo um dos representantes dessa organização, o Programa de Retorno Voluntário é bem específico e não reflete a generalidade da comunidade brasileira, pois foca pessoas que

estão em situação complicada, que já tentaram tudo e querem regressar: “É uma solução de último recurso... se podem, continuam a escolher ficar em Portugal”.

Há quatro vezes mais pessoas que pedem ajuda ao Programa e isto indica que há dificuldades económicas para esta faixa, para esta parte da comunidade que está numa situação muito precária. É óbvio que a crise impacta nestas pessoas, que tem trabalhos mais instáveis, em setores mais expostos a flutuações e etc. É onde a crise vai bater primeiro. (Organização Internacional para as Migrações).

Geralmente, as pessoas que vêm aqui são pessoas que trabalham na área da Construção Civil e de Serviços, que são as áreas mais afetadas pela crise. E que são as áreas que estão em plena expansão no Brasil. (Organização Internacional para as Migrações).

Há o “efeito-chamamento”. Existe um movimento de volta. A OIM é apenas um indicador pequeno porque lida apenas com os mais necessitados. (Casa do Brasil).

Quanto à possível relação entre retorno, tempo de permanência e nível de qualificação, o representante da OIM afirma que geralmente os imigrantes brasileiros trabalham abaixo das qualificações que possuem. Aqueles que buscam apoio do Programa são imigrantes recentes, com por volta de cinco anos em Portugal.

Os representantes da OIM entrevistados também apontam para outros fatores interessantes. A situação irregular não é maioria entre os candidatos. “Um terço das pessoas que nos procuram possuem a residência válida e preferem ir embora...”

Há um percentual relevante de desistência dos candidatos, muitas vezes incentivada pela demora do processo, em que os mesmos conseguem arranjar trabalho e resolvem permanecer.

No ano passado, 32% das pessoas que se inscreveram pediram para suspender, cancelar. Há vários motivos, umas que conseguiram meio de voltar por conta própria, que pedem pra cancelar porque não vão mais voltar através do nosso Programa. Mas muitos pedem para cancelar ou para suspender porque, enquanto estão a aguardar pelo retorno, arranjaram um trabalho qualquer e se agarram a isto, dizendo: não quero voltar agora. Prefiro esperar mais um pouco. (Organização Internacional para as Migrações).

O primeiro atendimento pode ser feito por uma rede de entidades credenciadas, como o CNAI e algumas associações, que encaminham o formulário para os técnicos da OIM. Portanto, a análise é feita de forma conjunta, inclusive com a participação do SEF “A pessoa vem aqui e pede apoio, entregamos o formulário e fazemos a entrevista. Mas a grande maioria dos pedidos chega da parte das associações.” (Organização Internacional para as Migrações).

Depois, tem outra vantagem que é uma rede mista. Que não é uma rede unicamente composta por instituições que trabalham com imigrante, associação de imigrante, centros nacionais de apoio ao imigrante, é uma rede que conta também com a presença do SEF. E pronto. É importante que todos estejam envolvidos uma vez que eles são financiadores e estão envolvidos. Como disse a pouco, estão envolvidos em todas as fases gestão, da comissão. Estas questões mais legais, digamos assim. Estão envolvidos em vários níveis, bastante importante, que é louvável. (Organização Internacional para as Migrações).

No caso dos técnicos, partimos do princípio que as análises que eles fazem, estejam adequadas a situação e tratamos o processo assim como eles dizem. Eventualmente, podem surgir situações mais complicadas que tenham que haver intervenção de nossos colegas de outros países de origem, e nós temos que falar com [...], que é chefe de missão, e em última análise, estes processos passam por decisão dela. (Organização Internacional para as Migrações).

[...] existe um período de gestão operacional do processo, que não conseguimos que a pessoa chegue aqui e viaje amanhã, infelizmente ainda não é possível. Até porque o programa de retorno voluntário trabalha em parceria. Trabalhamos em parceria com o SEF, com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, e eles têm uma intervenção ao longo do processo. [...] Pois nós pedimos sempre informações para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras para evitar eventuais situações que não possam ser apoiadas pelo programa de retorno voluntário. Por exemplo, situações relacionadas com processo de expulsão. (Organização Internacional para as Migrações).

Os critérios de seleção foram citados nas entrevistas e estão relacionados à idade, ao tempo de permanência em Portugal, à existência de menores, à falta de abrigo, à situação econômica e de saúde, e à apresentação de um projeto.

Ao ser beneficiado pelo PRV, o imigrante não deveria regressar a Portugal antes de um período de três anos. Porém, há possibilidade legal para voltar antes deste prazo, além de não haver um controle efetivo desta situação, como aponta um dos representantes da OIM. “Se a pessoa pretende regressar antes do período de três anos, também é possível. Isto está previsto na legislação atual. E tudo que a pessoa tem que fazer é ressarcir o estado português o valor gasto com a viagem.”

Caso o retorno aconteça e o imigrante seja descoberto, abre-se um processo de expulsão.

Nós tivemos uma situação particular muito válida e foi aquela que foi mais dramática. Um senhor, cidadão brasileiro [...] viajou. Uma situação social péssima! Uma coisa enfim, muito mal. O senhor viajou e passado três meses, três a quatro meses, ligaram do nosso contato com o SEF a informar que o senhor teria regressado a Portugal e não só tinha regressado a Portugal quando não deveria ter feito, como foi apanhado sem carta de condução. (Organização Internacional para as Migrações).

Após o retorno, em alguns casos, há acompanhamento em algumas cidades brasileiras, como Goiânia e Governador Valadares, através das ONG's e da OIM em Buenos Aires. Este acompanhamento, na maioria dos casos, acontece quando o imigrante recebe o auxílio de

reintegração, de no máximo, 1.100 euros, como já citado anteriormente. Sobre este auxílio, um representante da OIM cita:

Nós só conseguimos apoiar 10% das pessoas que são beneficiadas pelo o retorno. Porque não temos verba suficiente para todo mundo. Então, tivemos que estabelecer um critério. Normalmente são para pessoas que estão aqui há mais tempo. E obviamente, por estarem aqui há mais tempo, não tem muita base de apoio no país de origem. Então, as pessoas normalmente tem maior necessidade do que aquelas que estão aqui há menos tempo e ainda tem uma base de apoio que podem ajudá-los a recomeçar uma vida. (Organização Internacional para as Migrações).

Para ilustrar as aplicações deste benefício, um dos representantes relata alguns casos de seu conhecimento:

[...] E também tem o caso da senhora que voltou para o Brasil, para Vila Velha no Espírito Santo. E pediu apoio para comprar uma maquina de costura, ela era uma costureira e queria voltar a trabalhar com isso. [...] E ela comprou uma máquina de costura e remontou toda a clientela que ela tinha antes de vir para Portugal. Aí, ela comprou uma segunda, uma terceira e agora já conseguiu abrir uma loja e agora, ela vende on-line pela internet. (Organização Internacional para as Migrações).

Tem uma senhora que voltou para Mato Grosso, que queria, sempre sonhou em fazer um curso de enfermagem, mas nunca tinha conseguido. Então, nós apoiamos para ela fazer um curso de enfermagem e ela já tinha começado a fazer o curso. (Organização Internacional para as Migrações).

Quanto aos imigrantes brasileiros entrevistados, nenhum conhecia a OIM, muito menos o Programa de Retorno Voluntário. O representante da ALCC diz que o Programa é bom, até porque não há outro para comparar, porém ressalta a limitação orçamentária como ponto negativo para atender a demanda.

Há muitos que necessitam, mas outros dizem que não tem nada e a gente sabe que tem. O que acontece é que a procura é maior que a oferta. Eles têm um limite de orçamento. Não existe outra opção. O programa é bom, é interessante, mas é muito mais procura do que oferta. (Associação Lusofonia Cultura e Cidadania).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já se sabe que os fluxos migratórios são dinâmicos e produzem uma série de mutações econômicas, sociais, demográficas e políticas nas sociedades envolvidas.

O que se vê, nos últimos anos, é uma aceleração dessas mutações, talvez motivadas pela globalização ou pelo simples fato da facilidade ao acesso às informações quanto aos novos cenários e às pesquisas realizadas, através das novas tecnologias de informação, como a internet.

As migrações são inerentes ao mundo globalizado apesar de haver, ainda, restrições quanto à circulação de pessoas, pois estas se movem em busca de melhores condições de vida, baseadas em várias razões. Como diz Castles (2005), hoje em dia existem poucos países que não sejam ou países de emigração ou de imigração, ou ambas as coisas.

E assim, os fluxos se intensificaram com a alternância dos papéis de cada país, sejam fornecedores ou receptores de mão de obra, de capital, de matéria-prima, dentre outros. O que instiga o estudo constante, levando em conta uma série de variáveis que permeiam assuntos como políticas públicas, igualdade social, demografia, direitos humanos e transnacionalismo. As migrações podem contribuir para um maior desenvolvimento social-econômico, mas também podem promover a estagnação e desigualdade entre as sociedades envolvidas.

As teorias econômicas tentam explicar as causas das migrações e são vistas como contingenciais, pois são vulneráveis aos aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e da vida contemporânea.

A maioria destas retrata a disparidade regional relacionada aos níveis de emprego, de renda e de bem-estar social como as causas mais relevantes, no momento da decisão da migração. Neste raciocínio, Sayad (1998) defende que é o trabalho que fundamenta a existência do imigrante e que lhe confere o status social, legitimando a sua presença e justificando sua ausência no país de origem.

Neste estudo, as teorias econômicas são analisadas sob o ponto de vista da migração de retorno, emergidas um cenário negativo em que a maioria dos países recebedores de mão de obra, até então, considerados economias desenvolvidas capazes de absorver os imigrantes, não mais conseguem garantir o principal álibi dos imigrantes, que é o trabalho.

Embora não haja teorias específicas voltadas para os migrantes retornados, frequentemente é assumido que a integração nas sociedades de destino e o enfraquecimento dos laços nas sociedades de origem diminuem a chance do retorno. Ao analisar pela ótica neoclássica, a migração representa um modelo de maximização de sua utilidade, movendo-se

para lugares mais produtivos, onde há uma grande chance de compensar os custos de migração e adaptação.

Portanto, se os imigrantes estão integrados, mas não encontram trabalho e por consequência, não conseguem melhorar de vida, pode-se dizer que seu projeto individual falhou e assim, o retorno é mais provável. Dessa forma, a migração de retorno seria interpretada como um resultado de um contexto e dependendo do histórico do migrante, ele seria visto como um “perdedor”.

Também, pode-se ressaltar que não existem estratégias coordenadas para ajudar o imigrante retornado por parte das autoridades. A maioria se vê perdida numa sociedade “desconhecida” e enfrenta dificuldades para encontrar um emprego que valorize sua experiência obtida no exterior. E assim, acabam por abrir pequenos negócios que nem sempre são bem sucedidos. A princípio, práticas de consultoria buscando informações quanto ao empreendedorismo, envolvendo obtenção de crédito para financiamento e estudos de mercado seriam de grande valia e potencializariam a possibilidade de sucesso e readaptação.

Ao se considerar o fluxo Brasil-Portugal, o número de desempregados mais do que duplicou nos últimos três anos. Apesar de muitos deles terem acesso ao sistema de proteção social português, recebendo subsídios de desemprego, o escasso montante destes subsídios e a sua duração limitada são considerados como condições apropriadas para não manter os planos de residência em Portugal.

A incerteza que reina sobre o futuro econômico de Portugal agrava a situação, pois o desenho dos planos em longo prazo pode ser alterado a qualquer momento. Com o acirramento da crise internacional de 2008, e por outro lado, o crescimento e as perspectivas do Brasil, no mínimo levariam o imigrante brasileiro analisar o custo-benefício de um retorno. A hipótese inicial era de que os fluxos se inverteriam e uma corrente de retorno era um fenômeno confirmado.

Essa hipótese foi enfraquecida, a princípio, pela ausência de dados estatísticos sobre o regresso. Por outro lado, a pesquisa se tornaria mais intrigante e por isso, o esforço em buscar diversas fontes e juntar várias técnicas análise, de modo a compreender as principais tendências existentes neste campo.

A análise das entrevistas realizadas em Portugal indica uma desaceleração – mas não desaparecimento – do fluxo de entradas. Oficialmente, como já citado anteriormente, a comunidade teria aumentado em 2010, porém deve-se levar em conta facilidade da regularização, promovida pela Lei de Estrangeiros em 2007. Sendo assim, esse aumento pode ser explicado pelos imigrantes que entraram anteriormente e conseguiram o Título de

Residência e até mesmo, outros que foram chegando, seja no âmbito da reunificação familiar ou da manutenção de pressões para a saída no Brasil.

A recessão econômica afetou, muito fortemente, a comunidade brasileira. Como se pôde observar nas entrevistas, tanto nas realizadas em Portugal quanto nas realizadas no Brasil, a crise econômica incentivou o repensar sobre o projeto migratório. No entanto, quando os imigrantes já retornados foram questionados sobre a incidência deste motivo sobre a sua decisão em retornar, apenas 9,4% apontaram este motivo. E quanto aos imigrantes em Portugal, de forma qualitativa, 55% respondeu que não vale mais a pena permanecer em Portugal, uma vez que o custo de vida aumentou bastante e não sobra dinheiro para as remessas.

O que pode ser observado é que a crise e seus reflexos incentivam o retorno, mas não se caracteriza com o motivador principal. As intenções de retorno passam por reflexões que envolvem:

- a) os laços pessoais na sociedade de destino. Aqueles imigrantes que se encontravam num relacionamento com portugueses (as) ou europeus (eias) em geral, mesmo em situação econômica complicada, às vezes com baixo ou até sem nenhum rendimento, não pretendem retornar. A não ser que o projeto de retorno inclua o cônjuge e o retorno seja realizado pelo casal;
- b) missão cumprida. Ao emigrar, a maioria dos emigrantes se propõe a cumprir metas quanto à melhoria de vida no país de origem. As pesquisas apontam como principal destino das remessas, ajuda à família e investimentos em imóveis e pequenos negócios. O que se percebeu em Portugal é que a pessoa de confiança, responsável por receber o valor da remessa e utilizá-lo, teve uma suma importância quando analisamos essa variável. Como defende Castles (2005), a manutenção das redes sociais no país de origem é crucial para um regresso com bons resultados. Portanto, sob a ótica daqueles que permaneceram em Portugal, uma vez cumprido as metas, o que em vários casos encontrados se constitui como uma fonte de renda ao imigrante na sociedade de origem, a crise torna-se um pretexto para ir embora, motivo muitas vezes encontrado com a frase “... aqui, não vale a pena ficar mais...”;
- c) grau de instrução. Embora o índice de desemprego no Brasil esteja baixo, em torno de 6%, comparado aos 13% em Portugal, os imigrantes sabem que o curso superior é o grau mínimo para se obter uma boa colocação no mercado brasileiro, seja em

empresas públicas ou privadas. Daí, um conflito visto que as pesquisas apontam o nível secundário como predominante;

- d) ocupação – Há algumas ocupações no Brasil, tanto de baixa quanto de alta qualificação, que estão demandando por mão de obra e encontram-se bastante valorizadas. Se o imigrante possui experiência nestas ocupações, como profissionais da construção civil, cuidador(a) de idosos, empregada doméstica, engenheiros e analistas de Tecnologia em Informação, sabe que encontrará emprego, com boa remuneração, no Brasil;
- e) custo de vida – O custo de vida de algumas cidades brasileiras tem sido comparado aos de grandes pólos internacionais como Nova Iorque. Esta variável está muito relacionada com a renda. Vários entrevistados citaram esta variável como um dos fatores de arrependimento, decepção e surpresa, no caso dos já retornados e aqueles que permaneceram em Portugal, como fator inibidor ao retorno;
- f) nacionalidade – As facilidades para aquisição da nacionalidade portuguesa expressas na Lei de 2006 estimulam os imigrantes a permanecerem em Portugal, pelo menos por cinco anos, para solicitarem este título. Porém, também pode ser vista como fator encorajador do retorno, pois garante o retorno do imigrante a Portugal, caso seus planos no país de origem falhem ou não consiga se readaptar à sociedade de origem;
- g) segurança – Os altos índices de violência no Brasil, principalmente nas grandes cidades são amplamente divulgados pela Rede Record Internacional em Portugal. Acontecimentos do dia a dia, como assaltos a bancos 24 horas e a *shopping centers* no meio da tarde, possuem uma repercussão considerável para os que assistem a estes programas. A questão da violência foi muito citada nas pesquisas e caracteriza-se como um fator motivador da permanência. O que se questiona nesta variável é a fonte de notícias, pois se sabe que a mantenedora desta emissora é detentora da maior igreja evangélica do Brasil e como se pôde observar na pesquisa de campo, os fiéis brasileiros estão indo embora e para manutenção das igrejas evangélicas em Portugal, há uma necessidade de intervenção financeira por parte da sede brasileira;
- h) liberdade – Esta variável foi bem citada pelos entrevistados uma vez que representa vários pontos de vista. Um deles, relacionado à questão da violência, significa poder circular, a qualquer hora, com segurança. Outro seria sob o ponto de vista da opção sexual do imigrante. Embora Portugal seja um país conservador

em relação às tradições, os entrevistados disseram que o Brasil é um país preconceituoso e a sociedade em geral não os aceitariam. Estas seriam as reflexões que incentivariam a permanência em Portugal. Ao contrário, estaria a discriminação pelo “jeito brasileiro de ser”, muitas vezes manifestado em eventos sociais, modo de vestir e preconceito. A liberdade, sob este ângulo seria uma das razões para se deixar Portugal, fato muito relatado pelos retornados;

- i) salário mínimo – O salário mínimo em Portugal é cerca de 500 euros. No Brasil, a partir de janeiro de 2012, passou a 622 reais. Ao ganhar um salário mínimo, o imigrante em Portugal tem melhor qualidade de vida, principalmente se estiver localizado nas cidades menores ou nas regiões periféricas dos grandes centros. Mesmo com o aumento dos tributos, o aluguel, a comida, o transporte público e as opções de lazer possuem um preço bem mais acessível do que o praticado no Brasil. Portanto, se considerar sua experiência profissional adquirida no exterior, seu grau de instrução e a região de moradia no Brasil, mesmo que não consiga manter o envio das remessas, é mais inteligente permanecer em Portugal, uma vez que encontrará trabalho no Brasil, mas com uma remuneração aquém do esperado e não conseguirá manter seu padrão de vida;
- j) laços familiares – Esta variável é a razão de maior incidência apontada nas pesquisas como principal motivo do retorno. A presença de filhos, pais, doenças, cônjuges e a saudade da convivência familiar são fatores consideráveis. No entanto, esta variável nunca aparece por si só. Geralmente, vem acompanhada por outro fator de análise, como a ocupação do imigrante, pois sabe que ao voltar, estará próximo à família e não ficará sem trabalho, uma vez que possui experiência em áreas, atualmente, valorizadas, como a construção civil, por exemplo. Também estaria ligada ao fator “missão cumprida”. O imigrante satisfaz sua vontade de estar junto aos entes queridos, no entanto não voltaria se não tivesse uma forma de renda, construída ao longo de anos em que residiu no exterior, o que lhe garante a permanência no Brasil.

Outro fator conclusivo do estudo é discrepância entre a visão das autoridades, tanto brasileiras quanto portuguesas, quanto aos fluxos de entrada e saída.

Os resultados podem ser considerados preliminares por se tratar de uma dinâmica muito recente, em que os fluxos e os projetos migratórios são instáveis. E como afirma Sayad (2000), o retorno é naturalmente o desejo e o sonho de todos os imigrantes, a ideia seja de que

o estudo deva se estender e se derivar em outras novas pesquisas acerca deste tema, necessárias no curto prazo para monitorar um fluxo tão instável.

A questão do retorno – que pode constituir um verdadeiro objeto de estudo, pois ela é principalmente da ordem do fantasma que ronda as consciências – representa uma das limitações dessa antropologia, na medida em que pressupõe necessariamente vários modos de relações: uma relação com o tempo, o tempo de ontem e o tempo do futuro, a representação de um e a projeção do outro, sendo estreitamente dependentes do domínio que se tem do tempo presente [...] (SAYAD, 2000, p. 12).

Considerando as limitações de uma pesquisa de campo, destaca-se a investigação de pequenos grupos e /ou comunidades de dimensão limitada. Outra limitação relaciona-se com a primeira e tem a ver com a dificuldade em construir generalizações que tem por base uma única investigação. (GIDDENS, 1989).

O fato é que algum retorno vai, assim, tomando forma e tornando-se efetivo. Com base nas conclusões obtidas, acredita-se que a presente tese tenha contribuído para análise deste fenômeno recente que rodeia a migração internacional. Como foi dito por Hass e Fokkema (2011), a migração de retorno tem, recentemente, renovado atenção nas pesquisas e nas políticas.

REFERÊNCIAS

- ARROTEIA, Jorge. Aspectos da Emigração Portuguesa. *Migración Y Cambio Social. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona. Número extraordinário dedicado ao III Colóquio Internacional de Geocrítica. [ISSN 1138-9788] N 94 (30), 1º de agosto de 2001.
- ASSIS, Gláucia de O. Estar aqui... estar lá...: uma cartografia da emigração valadarense para os EUA. In: REIS, R.; SALES, T. (Org.). **Cenas do Brasil migrante**. São Paulo: Bitempo, p.125-166, 1999.
- BAENINGER, R. Brasileiros na América Latina: o que revela o projeto IMILA/CELADE. In: CASTRO, M. G. (Org.) **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasília: CNPD, p. 283-326, 2001.
- BAGANHA, Maria Ioannis. A cada Sul o seu Norte: dinâmicas migratórias em Portugal. In: SANTOS, Boaventura Souza (Ed.), **Globalização: fatalidade ou utopia?**. Porto: Edições Afrontamento, p. 135-159, 2001.
- BAGANHA, Maria Ioannis. Política de imigração: a regulação dos fluxos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 73, p. 29-44, Dez. 2005.
- BAGANHA, Maria Ioannis; GÓIS, Pedro. Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 52/53, p. 229-280, 1998/1999.
- BAGANHA, Maria Ioannis; MARQUES, José Carlos; GÓIS, Pedro. Novas migrações, novos desafios: a imigração do leste europeu. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 69, p. 95-115, 2004.
- BAGANHA, Maria Ioannis. **Portuguese emigration: current characteristics and trends**. Comunicação apresentada ao Cost Workshop, Migration Europe's Integration and the Labour Force. Lovaina, 1991.
- BANCO DE PORTUGAL. **Estatísticas**. Disponível em: <<http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 23 jun. 2011.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores Econômicos Consolidados**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>>. Acesso em: 23 jun. 2011.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **A Economia Brasileira**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2009/rel2009cap1p.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2011.
- BEAUCHEMIN, C.; GONZÁLEZ-FERRER, Amparo. Sampling International Migrants with origin-based snowballing method: New Evidence on Biases and Limitations. **Demographic Research**, Rostock, v. 25, article 3, p. 103-134, Jul. 2011.
- BILSBORROW, Richard. **International Migration Statistics: Guidelines for Improving Data Collection Systems**. Geneva: International Labour Organization, 1997. 441 p.

BILSBORROW, Richard. The State of the Art and overview of the chapters. In: BILSBORROW, Richard (ed). **Migration, urbanization, and development: new directions and issues**. Norwell: Kluwer Academic Publishers, p.1-56, 1998.

BRASIL. Congresso Nacional. **Relatório final da CPMI**. Brasília: Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração, 2006, 577 p.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Brasileiros no mundo: Estimativas, 2009**. Disponível em: < <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/file/Brasileiros%20no%20Mundo%202009%20-%20Estimativas%20-%20FINAL.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2011.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Brasileiros no Mundo. I Conferência sobre Comunidades Brasileiras no Exterior. Textos Acadêmicos**, v. I e v. II e textos de apoio. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Trabalho E Emprego. **Perfil Migratório do Brasil 2009**. Disponível em: < http://www.mte.gov.br/trab_estrang/perfil_migratorio_2009.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2011.

BRITO, Fausto. Ensaio sobre as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, v.12, n.1/2, p.21-33, 1995.

CARVALHO, João. **A política de imigração do Estado Português entre 1991 e 2004**. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, 2009, 137 p.

CARVALHO, J. A variação do saldo migratório internacional do Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p.157-170, maio/ago. 2006.

CASSARINO, Jean-Pierre. Theorising Return Migration: The Conceptual Approach to Return Migrants Revisited. **International Journal on Multicultural Societies**, Paris, v. 6, n. 2, p. 253-279, 2004.

CASTILLO, Manuel Angel. **Migraciones el hemisferio: consecuencias y relaciones com la politica social**. Santiago de Chile: Celade/Cepal, 2003, 39 p. (Série población y desarrollo; 37).

CASTLES, S.; MILLER, M. **The age of migration: international population movements in the modern world**. London: Macmillan, 2009. 336p.

CASTLES, S. **Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios: Dos trabalhadores convidados às migrações globais**. Lisboa: Fim de Século, 2005. 192 p.

COSTA, Alexandre (2010). A criação da categoria imigrantes em Portugal. **Revista Visão: Jornalistas entre estereótipos e audiências**. Lisboa, Dez. 2010, 120 p.

- DUFFY, Mary E. Methodological triangulation: a vehicle for merging quantitative and qualitative research methods. **Journal of Nursing Scholarship**, Indianapolis, v. 19, p. 130-133, Set. 1987.
- FERNANDES, D.; DINIZ, A. M. A. . Brain Drain or Brain Gain? In which direction does the Brazilian diaspora go?. In: XXVI International Population Conference, 2009, Marrakech, Paris: IUSSP, v. 1, p. 1-20, 2009.
- FERNANDES, D.; DINIZ, A. M. A. NUNAN. C. **The new "El Dorado":** Brazillian migration in the Iberian Peninsula, the profile of the Brazilian immigrant in Madri. In: XXVI International Population Conference, 2009, Marrakech, Paris: IUSSP, v. 1, p. 1-19, 2009.
- FERNANDES, D.M.; NUNAN, C.S. **O imigrante internacional brasileiro na Espanha: perfil e situação de vida em Madri.** In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008, Caxambu, Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2008, 21p.
- FERNANDES, D.; NUNAN, C. **Espaços migratórios:** territórios para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para os emigrantes e imigrantes de retorno. In: XVI Seminário Acadêmico APEC, 2011, Barcelona, Barcelona: Associação dos Pesquisadores e *Estudantes* Brasileiros na Catalunha, p. 310-326, 2011.
- FERNANDES, D; NUNAN, C. The International Return Migration Phenomenon as Consequence of the World Crises. **Revista de Estudos Demográficos**, Lisboa, p. 1-107, jul. 2011.
- FERNANDES, D. M.; PATARRA, N. L. Desenvolvimento e Migração. In: Leonir Mario Chiarello. (Org.). **Las políticas públicas sobre migraciones y la sociedad civil en América Latina:** los casos de Argentina, Brasil, Colombia y Mexico. New York: Scalabrini International Migration Network, p. 160-194, 2011.
- FERNANDES, D. M.; PATARRA, N. L. Marco das políticas migratórias. In: Leonir Mario Chiarello. (Org.). **Las políticas públicas sobre migraciones y sociedad civil en America Latina.** New York: Scalabrini International Migration Network, p. 194-220, 2011.
- FIX, M. et al. **Migration and the Global Recession.** Washington: Migration Policy Institute / BBC World Service, 2009, 131 p.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Renda per capita dos municípios de Minas Gerais.** 2010. Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br/index.php/analise-economica/1423-tabelas-sintese-de-rpc-municipios-2010xls>>. Acesso em: 26 dez. 2011.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **PIB - Produto Interno Bruto de Minas Gerais**
Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br/index.php/servicos/81-servicos-cei/58-produto-interno-bruto-de-minas-gerais>>. Acesso em: 26 dez. 2011.
- GÓIS, P. et al. Segunda ou terceira vaga? As características da imigração brasileira recente em Portugal. **Migrações**, Lisboa, n. 5, p. 111-133, out. 2009.

GOZA, Franklin. A imigração brasileira na América do Norte. **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, v.9, n.1, p.65-82, 1992.

GOZA, Franklin. **Um Panorama Geral da Vida dos Brasileiros nos EUA no Ano 2000**. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2004, Caxambu, Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, p. 1-18, set. 2004.

HARRIS, John H.; TODARO, Michael P. Migração, desemprego e desenvolvimento: uma análise com dois setores. In: MOURA, Hélio A. de (Coord.). **Migrações internas: textos escolhidos**. Fortaleza: BNB/ETENE, p. 173-210, 1980.

HOBSBAWN, Eric. **A era dos impérios: 1875-1914**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003, 583 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 dez. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade Poços de Caldas**. 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?codigo=315180&corhomem=3d4590&cormulher=9cdbfc>. Acesso em: 26 dez. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade em Botelhos (MG)**. 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?codigo=310840>. Acesso em: 26 dez. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade em Teófilo Otoni (MG)**. 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?codigo=316860&corhomem=3d4590&cormulher=9cdbfc>. Acesso em: 26 dez. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade em Poté (MG)**. 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?codigo=315240&corhomem=3d4590&cormulher=9cdbfc>. Acesso em: 26 dez. 2011.

INDEXMUNDI. **Lista de Países do Mundo**. Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/pt/>>. Acesso em: 26 dez. 2011.

INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL. **ESTATÍSTICA MENSAL DEZEMBRO DE 2010**. Disponível em: <<http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/EstatisticasMensais/Documents/2010/Estatística-Mensal-Dezembro10.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2011.

JICK, Todd. D. Mixing qualitative and quantitative methods: triangulation in action. In: **Administrative Science Quartely**, Ithaca, v.24, n.4, p. 602-611, Dez. 1979.

JORNAL ESTADÃO. **Fugindo da crise, portugueses engrossam onda migratória para o Brasil 'aquecido'**. 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,fugindo-da-crise-portugueses-engrossam-onda-migratoria-para-o-brasil-aquecido,704606,0.htm>>. Acesso em: 05 jun. 2011.

KOEHLER, J. et al. **Migration and the Economic Crisis in the European Union: Implications for Policy**. Brussels: International Organization for Migration, 2010, 202 p.

KRITZ, M.; ZLOTNIK, H. Global interactions: migration systems, processes and policies. In: KRITZ, M. et al. (Eds.). **International migration systems, a global approach**. Oxford: Clarendon, p.1-16, 1992.

LEE, Everet S. A theory on migration. **Demography**, Philadelphia, v.3, n.1, p. 47-57, 1966.

LEE, Everet S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, Hélio A. de (Coord.). **Migrações internas: textos escolhidos**. Fortaleza, BNB/ETENE, 1980, p. 211-244.

MACHADO, Fernando Luís. **Contrastes e Continuidades – Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal**, Oeiras: Celta Editora, 2002, 464 p.

MACHADO, Igor José de Renó. Imigração em Portugal. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.20, n.57, p. 119-135, Maio/Aug. 2006.

MACHADO, Igor José de Renó. Implicações da imigração estimulada por redes ilegais de aliciamento: o caso dos brasileiros em Portugal. **Revista de Antropologia**. Florianópolis, v. 7, p. 187-212, 2005.

MALHEIROS, J. M. (org.). **Imigração brasileira em Portugal**. Lisboa: ACIME. 2007, 248 p. (Coleção Comunidades, 1).

MARGOLIS, M. Little. **Brazil: imigrantes brasileiros em Nova York**. Campinas: Papirus, 1994, 452 p.

MARQUES, Denise. **Circularidade na fronteira do Paraguai e Brasil: o Estudo de Caso dos brasilgaios**. 2009. 154f. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MARTES, Ana Cristina. **Brasileiros nos EUA: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, 204 p.

MARTES, A. C. B.; FAZITO, D. **Emigrações, Diáspora e Remessas**. Projeto Brasil – OIM. Relatório Final de Consolidação. 2009.

MARTIN, P. (2009). **The recession and migration: alternative scenarios**. Oxford: International Migration Institute, 2009, 16 p. (Worked Papers, 13).

MASSEY et al. Theories of International Migration: A Review and Appraisal. **Population and Development Review**, v. 19, n. 3, p. 431-466, Set. 1993.

MASSEY et al. **Worlds in Motion, Understanding International Migration at the End of Millenium**. Oxford: Clarendon Press, 1998, 378 p.

MORSE, J. Approaches to qualitative-quantitative methodological triangulation. **Nursing Research**, v. 40 (1), p. 120-132, 1991.

NAÇÕES UNIDAS. **World economy and social survey 2004: international migration**. Nova Iorque: Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, 2004. 32 p.

NAÇÕES UNIDAS. **World Population Prospects: the 2004 Revision**. New York: United Nations, 2v (v.1), 2005. 105 p.

NUNAN, C. S. **O Imigrante Internacional de Retorno e sua (re) inserção no mercado formal de trabalho**. 2006, 113f. Dissertação (mestrado em Tratamento de Informação Espacial) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO. **Países de Destino da Emigração Portuguesa**. Disponível em: <<http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/paises.html?id=31>>. Acesso em: 27 dez. 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Relatório Anual de Execução e Avaliação do Programa de Retorno Voluntário 2010**. Lisboa, OIM (2011)

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro. Algumas Abordagens Teóricas a Respeito do fenômeno Migratório. In: OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro; OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto (Org). Reflexões sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil. **Estudos e Análises de Informação Demográfica**. IBGE, n. 1, p.11-27, 2011.

PADILLA, Beatriz. **Integration of Brazilian Immigrants in Portuguese Society: Problems and Possibilities**, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200501.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2011.

PAPADEMETRIOU, D. G et al. **Migration and Immigrants Two Years after the Financial Collapse: Where Do We Stand?**, Washington: Migration Policy Institute / BBC World Service. 2010. 133 p.

PATARRA, Neide. Migrações Internacionais de e para o Brasil Contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n.3, p. 23-33, 2005.

PATARRA, N.& BAENINGER,R. Migrações Internacionais, Globalização e Blocos de Integração Econômica- Brasil no Mercosul. In: I Congresso da Associação Latino Americana De População, 2004, Caxambu. Caxambu: Associação Latino Americana de População, 2004, 17p.

PEIXOTO, J. A emigração. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI Kirti (Dir.), **História da Expansão Portuguesa**, Lisboa: Círculo de Leitores, v. V – Último Império e Recentramento (1930-1998), s.l., 1999, p. 152-181.

PEIXOTO, J.; Iorio, J. (2011). **Crise, Imigração e Mercado de Trabalho em Portugal: retorno, regulação ou resistência?**, Lisboa: Principia / Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

PEIXOTO, J.; NUNAN, C. Crise Econômica e Retorno dos Imigrantes Brasileiros em Portugal. In: **Seminário da APEC – Associação dos Pesquisadores e Estudantes Brasileiros da Catalunha**. Barcelona-Espanha, 2011.

PEIXOTO, João; SABINO, Catarina. **Portugal: Immigration, the labour market and policy in Portugal: trends and prospects?**, IDEA Working Papers, 2009.

PELLEGRINO, A. International Migration in Latin America: Trends and Emerging Issues. In: **Seminário Políticas Migratórias, 2000. Anais...** São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2000.

PELLEGRINO, Adela. **La migration internacional em América Latina y el Caribe: tendencias y perfiles de los migrantes**. Santiago do Chile: Celade/CEPAL, 2003. (Série Población y Desarrollo).

PEREIRA, Miriam Halpern. **A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)**. Portugal: Instituto Camões, 2002, 388p.

PIORE, Michael J. **Birds of Passage: Migrant labor and Industrial Societies**. Cambridge: University Press Cambridge. 1979, 240 p.

PIRES, Rui Pena. **Migrações e Integração – Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa**, Oeiras: Celta Editora. 2003.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal, 1991 e 2000 - Todos os municípios do Brasil**. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20\(pelos%20dados%20de%202000\).htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm)> Acesso em: 27 dez. 2011.

POPE, C.; MAYS, N. **Reaching the parts other methods cannot reach: an introduction to qualitative methods in health and health services research**. *British Medical Journal*, v. 311, p. 182-184, 1995.

RAMELLA, F. Por um uso fuerte Del concepto de rede em los studios migratórios. In: BJERG, M.; OTERO, H. **Inmigración t redes sociales em La Argentina Moderna**. Buenos Aires: Centro de Estudios Migratorios Latinoamericano y Instituto de Estudios Historico Sociales, p.9-21, 1995.

RAVESNTEIN, E. G. **As leis da migração**. In: MOURA, Hélio A. (Coord.). **Migrações internas: textos escolhidos**. Fortaleza: Etene, 1980, p.19-88.

REYNTJENS, P. (ed.) (2009). **Assessment of Brazilian Migration Patterns and Assisted Voluntary Return Programme from Selected European Member States to Brazil - Research Report (September 2007-February 2009)**. Bruxelas: International Organization for Migration, 2009, 113 p.

REZENDE, Dimitri. **Reflexões sobre os sistemas de migração internacional**: proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários. 2005. 204f. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planeamento Regional, Belo Horizonte.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. **Sociologia das Migrações**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995, 410 p.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. **População Escolar Directa e Indirectamente Ligada à Emigração**. Lisboa: Universidade Aberta, 1986, 468p.

RTP. **Os imigrantes estão a desistir de Portugal?** 2011. Disponível em <http://ww1.rtp.pt/play/#/?tvprog%3D25965%26idpod%3D51223%26fbtitle%3DRTPPlay%26fbimg%3Dhttp%3A%2F%2Fimg.rtp.pt%2Fmultimedia%2Fscreenshots%2Fscivil%2Fscivil_1_20110202.jpg%26fburl%3Dhttp%3A%2F%2Frtp.pt%2Fplay%2F%3Ftvprog%3D25965%26idpod%3D51223> Acesso em: 27 fev 2011.

SABINO, Catarina; ABREU, Alexandre; PEIXOTO, João. (2010). The making of policies of immigration control in Portugal. **Socius Working Papers**, n. 2, 2010. Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/WP_2_2010.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2011.

SALES, Teresa. **Brasileiros longe de casa**. São Paulo: Cortez Editora, 1999, 232 p.

SALIM, Celso. **Migração**: fato e a controvérsia política. In: VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. 1992, São Paulo, Brasília: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v. 3, p. 119-144, 1992,

SAYAD, Abdelmalek. A ordem da imigração e a ordem das nações. In: SAYAD, A. A **imigração**: Ou os paradoxos da Alteridade. São Paulo: Edusp, p. 265-275, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia - Revista do Migrante**, São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, Ano 8, Jan. 2000.

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS. **Relatório de imigração, fronteiras e asilo 2009/2010**, Lisboa. Disponível em <<http://sefstat.sef.pt/relatorios.aspx>>. Acesso em: 27 dez. 2011.

SIMMONS, A. B. Explicando La migración: la teoria em la encrucijada. **Estudios Demográficos y Urbanos**, México, v. 6, n. 1, p. 5-31, 1991.

SINGER, P. Migrações Internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: MOURA, H. A. de (Coord.). **Migração Interna**: textos escolhidos. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980, p. 211-244.

SJAASTAD, Larry. Os custos e os retornos da migração. In: MOURA, Hélio A. de (Coord.). **Migrações internas**: textos escolhidos. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980, p. 115-144.

SOARES, W. **Da metáfora à sustância**: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga. 2002. 360f. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SPRANDEL, Márcia. Brasileiros na fronteira com o Paraguai. **Revistas Estudos Avançados**. São Paulo, v. 20, n. 57, 2006, 20 p.

Sprandel MA. O parlamento e as migrações internacionais. In: Castro, M.G. (org). **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 2001. p. 97-119.

SPRANDEL, Márcia; PATARRA, Neide. **Projeto: Perfis Migratórios**. Brasil. Texto preliminar/OIM. Brasília, 2009.

VAINER, C. B. Deslocados, Reassentados, Clandestinos, Exilados, Refugiados, Indocumentados... As Novas Categorias de uma Sociologia dos Deslocamentos Compulsórios e das Restrições Migratórias. In: CASTRO, M.G. (Coord.). **Migrações Internacionais: contribuições para políticas**, Brasília: CNPD - Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, p. 177-184, 2001.

VILLA, M; MARTINEZ, J. Tendências e Padrões da Migração Internacional na América Latina e Caribe. In: MARTINE, George. **A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21**. São Paulo: SEADE, p. 3-22, 2005.

VITORINO, António (Coord.). **Imigração: Oportunidade ou Ameaça?** – Recomendações do Fórum Gulbenkian Imigração. Lisboa/Estoril: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, 286 p.

APÊNDICE A
ROTEIRO PESQUISA QUALITATIVA – PORTUGAL

ROTEIRO GERAL DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADO

PÚBLICO: Instituições Governamentais (do Estado), Autarquias, Associações de Imigrantes, Investigadores e Imigrantes Seleccionados.

1) Caracterização

- a. Nome
- b. Cargo, se Pessoa Jurídica
- c. Atividade/Ocupação atual
- d. Idade/Tempo de existência
- e. Sexo, se Pessoa Física
- f. Nacionalidade
- g. Tempo em Portugal, se Pessoa Física
- h. Cidade/Estado de origem, se Pessoa Física
- i. Ocupação na origem, se Pessoa Física
- j. Motivo da migração, se Pessoa Física

2) Fluxos Atuais

- a. Fluxo Imigratório – Destacar quantidade e fonte, se possível
 - i. Aumento
 - I. Migração Econômica
 - II. Reunificação Familiar
 - III. Migração Invisível
 - IV. Más condições na origem
 - V. Lei 23/2007
 - VI. Outros
 - ii. Redução
 - I. Melhores condições econômicas na origem
 - II. Crise/falta de trabalho
 - III. Outros
 - iii. Manutenção
 - I. Outros
- b. Fluxo de retorno – Destacar quantidade e fonte, se possível
 - i. Aumento
 - I. Crise/Falta de trabalho e emprego – Enfatizar
 - II. Menores salários/Menores rendimentos
 - III. Diminuição da jornada de trabalho
 - IV. Melhores condições na origem
 - V. Aumento da fiscalização
 - VI. Reforma – imigrantes mais antigos
 - VII. Discriminação

- ii. Outros Redução/Manutenção
 - I. Novos vínculos
 - II. Cidadania Portuguesa
 - III. Acesso às Prestações Sociais
 - IV. Piores condições econômicas na origem
 - V. Lei 23/2007
 - VI. Migração invisível/Re-emigração
 - VII. Migração pendular/Sazonal
 - VIII. Outros
- 3) Mercado de Trabalho
 - a. Desemprego – destacar quantidade e fonte, se possível; certificar o aumento
 - i. Diferenças entre nativos e estrangeiros
 - ii. Diferenças entre os ditos qualificados e não qualificados
 - iii. Diferenças entre regulares e irregulares
 - iv. Diferenças entre homens e mulheres
 - v. Diferenças entre faixas etárias
 - vi. Setores mais afetados
 - vii. Particularidade entre os brasileiros
 - b. Empregos informais – certificar a existência
 - i. Diferenças entre nativos e estrangeiros
 - ii. Diferenças entre os ditos qualificados e não qualificados
 - iii. Diferenças entre regulares e irregulares
 - iv. Diferenças entre homens e mulheres
 - v. Subcontratações
 - vi. Principais setores
 - c. Condições de Trabalho
 - i. Baixos Salários
 - ii. Más condições de trabalho (horários irregulares, pagamentos não declarados em folha, horas extras, etc.)
 - iii. Relações contratuais (temporários/instáveis)
 - iv. Diferenças entre nativos e estrangeiros
 - v. Diferenças entre os ditos qualificados e não qualificados
 - vi. Diferenças entre regulares e irregulares
 - vii. Diferenças entre homens e mulheres
 - viii. Diferenças entre faixas etárias
 - d. Emprego
 - i. “Centros de Apoio aos Trabalhadores” – eficácia
 - ii. Diferenças entre nativos e estrangeiros (Discriminação)
 - iii. Diferenças os ditos qualificados e não qualificados
 - iv. Diferenças entre homens e mulheres
 - v. Diferenças entre faixas etárias
 - vi.
- 4) Crise como motivo de retorno ao país de origem/Brasil
 - a. Sim

- b. Não para o país de origem/Brasil e sim, re-emigração
 - c. Não, permanece em Portugal
 - i. Centros de Emprego e Prestações Sociais
 - ii. Cidadania Portuguesa
 - iii. Mercado Informal
 - iv. Outros
- 5) Remessas
- a. Aumento
 - b. Diminuição
 - c. Manutenção
- 6) Fiscalização de Imigrantes
- a. Aumento
 - i. Fonte de recursos
 - ii. Possibilidade de legalização
 - iii. Preferência por brasileiros
 - iv.
 - b. Redução/Manutenção
 - i. Redução da Imigração
 - ii. Aumento do número de Autorizações de Residência
 - iii. Flexibilidade devido à crise
 - iv.
- 7) Políticas sociais
- a. Diferenças entre nativos e estrangeiros
 - b. Diferenças entre qualificados e desqualificados
 - c. Diferenças entre regulares e irregulares
- 8) A lei de 23/2007 – 24 de julho
- a. Benefícios para os imigrantes
 - b. Prejuízos para os imigrantes
- 9) Programas de Retorno Voluntário
- a. IOM
 - i. Conhecimento sobre o programa (passagem aérea, deslocação e subsídio de reintegração)
 - ii. Evolução do Programa
 - iii. Quantidade de Pedidos (Históricos e Tendências)
 - iv. Perfil dos participantes
 - b. Outros Programas

APÊNDICE B**PERFIL E RELATO DOS IMIGRANTES BRASILEIROS ENTREVISTADOS (2011)**

1)Nome: Rosa

Sexo: F

Estado Civil: Solteiro

Cargo/Ocupação: Relações Públicas/Empregada de Mesa/Fotógrafa

Origem: Belo Horizonte/MG

Idade: 21 anos

Grau de Instrução: 2º grau completo

Tempo de Portugal: 3,5 anos

Local da Entrevista: casa

Data: 25/12/2010

Tem intenção de retorno? sim

Relato: Estava desempregada e nunca se regularizou. Dizia-se fotógrafa e relatou ter conseguido ganhar dinheiro com esta ocupação em Portugal. Em 2011, tinha um contrato fictício (falso) para pagar a segurança social todo mês. No entanto, quando foi ao SEF para se regularizar, descobriu que teria que pagar uma coima no valor de 800 euros, por todo o período que esteve irregular. Ela trabalhava como empregada de mesa e como relações públicas em discotecas e bares (tem a função de divulgação e prospecção de público e incentivo ao consumo dentro da casa noturna aos sábados). Nada é fixo, o trabalho em determinado dia depende da demanda da casa. Sendo assim, era chamada quando necessário. Mostrou-se bastante triste e disse que não queria ficar mais em Portugal e que já tinha emprego arranjado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, através de um contato político, porém não tinha dinheiro para a passagem e não queria sair de Portugal “sem papel”. Namora há 3 anos um brasileiro, que trabalha numa distribuidora de produtos hospitalares. Contou-me que eles brigavam muito e chegou a mostrar um roxo em seu braço. Nasceu em SP e veio morar em BH quando era adolescente. Foi criada por tios e seus pais eram falecidos. Na primeira conversa, disse que queria embora, mas não tinha dinheiro. Depois, disse que quer ter os papéis para ter a opção de volta.

2)Nome: Henrique

Sexo: M

Estado Civil: Solteiro

Cargo/Ocupação: Auxiliar de Expedição

Origem: Conceição do Mato Dentro/MG

Idade: 28 anos

Grau de Instrução: 2º grau completo

Tempo de Portugal: 8 anos

Local da Entrevista: casa

Data: 26/12/2010

Tem intenção de retorno? não

Relato: Namorado da Rosa. Permanece no mesmo emprego desde quando chegou a Lisboa há oito anos. É auxiliar de expedição numa distribuidora de produtos hospitalares. Ganha 1200 euros de salário e ajuda a família em Conceição do Mato Dentro. Disse que a crise aumentou o custo de vida e por isso, manda menos dinheiro. Nem notebook tem e disse que o único dinheiro que gasta lá é aluguel, alimentação, seguro de saúde e ginásio. Não pretende voltar em breve. Disse que pretende se reformar em Portugal e voltar.

3) Nome: Lúcia

Sexo: F

Estado Civil: Casada com português

Cargo/Ocupação: Manicure

Origem: Marília/SP

Idade: 37 anos

Grau de Instrução: 2º grau completo

Tempo de Portugal: 7 anos

Local da Entrevista: trabalho

Data: 24/01/2011

Tem intenção de retorno? não

Relato: Chegou em 2004 e está casada com um português há um ano, que policial. Ainda não tem a cidadania, mas já fez a solicitação. Não tem filhos e aprendeu ser manicure quando veio para Lisboa, através dos cursos de formação. Migrou porque terminou o namoro e tinha uma amiga em Lisboa. Só pretende voltar quando o marido se reformar. Ele é sargento e já foi ao Brasil uma vez, quando estava de férias. Disse que a crise não afetou seu trabalho porque recebe salário fixo e não junta dinheiro. Atende um piloto da TAM e falou que, segundo ele, tem muitos brasileiros retornando ao Brasil.

4) Nome: Margarida

Sexo: F

Estado Civil: Vive junto com português

Cargo/Ocupação: Jornalista/Confeiteira/Auxiliar de Pesquisa

Origem: Campinas/SP

Idade: 37 anos

Grau de Instrução: Pós-graduada

Tempo de Portugal: 11 anos

Local da Entrevista: Starbucks

Data: 26/01/2011

Tem intenção de retorno? não

Relato: Estava desempregada no momento e faz bolos para algumas pastelarias de Lisboa. Para renovar sua autorização de residência, se inscreveu num doutoramento da Universidade Nova de Lisboa, na área de Comunicação. Mas não frequentava as aulas e não tinha interesse em concluir. Vive com um português a 4 anos, que é proprietário de uma loja de persianas. Como não se casaram, oficialmente, nunca requereu a cidadania por estes meios. Aliás, fez questão de dizer que não precisava disso pois, estava prestes a recebê-la, por tempo de renovações de título. Estava recebendo subsídio social de desemprego, devido ao período de 11 meses que trabalhou na ACIDI, no Programa Escolhas, que terminaria em setembro de 2011. Foi contratada para fazer entrevistas com imigrantes e transcrevê-las, para um projeto de investigação da Universidade de Lisboa e recebia 50 euros por cada. Sabe que no Brasil há melhores oportunidades, no entanto não pensa em voltar por causa do "marido". Gosta de viver em Portugal.

5) Nome: Conceição

Sexo: F

Estado Civil: Vive junto com português

Cargo/Ocupação: Manicure

Origem: Goiânia/GO

Idade: 44 anos

Grau de Instrução: 1º grau

Tempo de Portugal: 3 anos

Local da Entrevista: trabalho

Data: 01/02/2011

Tem intenção de retorno? não

Relato: Deixou três filhos pequenos (maior com 11 anos) com o ex-marido no Brasil. No momento da entrevista, era noiva de um português e já viviam juntos. Pensava em voltar por saudade dos filhos, pois o ex-marido não os deixavam morar com ela em Portugal. Ia ao Brasil todos os anos, mas em 2010 não tinha ido por causa da crise. Sempre foi manicure na vida e tinha um sonho de ter o próprio salão em Goiânia. Quando perguntada se queria voltar ao Brasil, disse que se os filhos fossem morar com ela, ficaria para sempre, pois mora bem, tem condições, come bem e trabalha numa boa empresa, mesmo com a crise.

6) Nome: Ronaldo

Sexo: M

Estado Civil: Vive junto com português

Cargo/Ocupação: Empregado de Mesa

Origem: São Paulo/SP

Idade: 40 anos

Grau de Instrução: 2º grau

Tempo de Portugal: 1 ano

Local da Entrevista: trabalho

Data: 07/02/2011

Tem intenção de retorno? não

Relato: Veio casado e com uma filha de 2 meses para Portugal. A esposa trabalha como vendedora de loja de roupas e ele não pretende voltar, apesar de ter deixado mais 2 filhos no Brasil. Veio de SP capital e alegou ter melhores condições de vida em Lisboa do que lá. Ressaltou questões relacionadas à violência e ineficiência do transporte público. Elogiou o sistema de saúde em Portugal, principalmente quanto ao atendimento da filha de dois meses. Sempre trabalhou como garçom no Brasil. Quanto à crise, disse que não acredita ser diferente das que já ocorreram no Brasil.

7) Nome: Simone

Sexo: F

Estado Civil: Solteiro

Cargo/Ocupação: Cabelereira

Origem: Salvador/BA

Idade: 40 anos

Grau de Instrução: 2º grau

Tempo de Portugal: 6 meses

Local da Entrevista: trabalho

Data: 28/02/2011

Tem intenção de retorno? sim

Relato: Veio por causa do namorado que estava em Lisboa há 3 anos e trabalhava como garçom e cozinheiro num restaurante da Costa da Caparica. Já era cabelereira em Salvador e veio com trabalhado arrumado, através da indicação de uma amiga. Ainda não tinha se regularizado, mas a dona do salão disse que iria fazer contrato, a partir de março. Seus planos eram ficar por 5 anos e juntar dinheiro para comprar uma casa no Brasil. Disse que nunca tinha ouvido falar da crise pois, tanto seu namorado quanto sua amiga, nunca ficaram desempregados.

8) Nome: Sônia

Sexo: F

Estado Civil: Solteiro

Cargo/Ocupação: Atendente de Igreja Evangélica

Origem: Belo Horizonte/MG

Idade: 38 anos

Grau de Instrução: 2º grau

Tempo de Portugal: 4 anos

Local da Entrevista: trabalho

Data: 02/03/2011

Tem intenção de retorno? sim

Relato: Já estava com a passagem comprada para voltar em junho/11 com o noivo português, que na ocasião já seria seu marido, pois se casaria antes de retornar. Também se dizia pastora e pretendia ser cuidadora de idosos no Brasil. Disse que a igreja não tinha muitos brasileiros, mas que conhece muita gente que voltou. "Não está valendo a pena ficar." Disse que a pastora da igreja estava indo para o Brasil (Paraná) e que a igreja ia se fechar em Portugal. O noivo trabalha na área de TI, mas no momento estava desempregado. Foi para Portugal porque não conseguia arranjar trabalho em BH e tinha conhecidos que estavam bem lá. "Isso aqui não dá pra viver mais. Até a pastora está a ir embora."

9) Nome: Maria

Sexo: F

Estado Civil: Casado

Cargo/Ocupação: Proprietária de salão de beleza

Origem: Manaus/AM

Idade: 42 anos

Grau de Instrução: 1º grau

Tempo de Portugal: 9 anos

Local da Entrevista: trabalho

Data: 02/03/2011

Tem intenção de retorno? não

Relato: Casada com um holandês que conheceu em Lisboa há 5 anos. É proprietária do salão. Disse que o Brasil é só para férias e mesmo assim, quando chega fica com muita vontade de voltar. "Lá tudo é pior e mais caro. Mesmo com a crise, dá pra ir levando a vida, sem luxos, mas bem melhor que no Brasil." Tinham duas funcionárias que voltaram no mês anterior ao da entrevista. Disse que foi para Portugal porque não tinha emprego e sua prima já tinha ido antes. Trabalhou 2 anos em vários salões quando conseguiu alugar um imóvel e montar o próprio.

10) Nome: Rânia

Sexo: F

Estado Civil: Casado

Cargo/Ocupação: Empregada doméstica

Origem: Coronel Fabriciano/MG

Idade: 38 anos

Grau de Instrução: 1º grau

Tempo de Portugal: 11 anos

Local da Entrevista: consulado

Data: 15/04/2011

Tem intenção de retorno? sim

Relato: Casada com brasileiro antes de migrar para Portugal. Foi empregada doméstica desde quando chegou e o marido, pintor. Voltou dia 18 de abril para o Brasil. Trabalha no mesmo sítio desde quando chegou, há 11 anos. Quer voltar por causa do filho de 3 anos, pois quer que cresça junto de sua família. Disse que não tem nada a reclamar, que sempre recebeu em dia, que foi ajudada pela família portuguesa e cuidou de várias gerações, inclusive de crianças. Em Coronel Fabriciano, construiu um prédio com dois apartamentos onde vai morar e tem dois aluguéis comerciais como renda. Mora em casa própria em Lisboa e vai alugá-la. Foi para Lisboa porque o marido ficou desempregado na Usiminas e ela era vendedora numa loja de relógios. Estava no consulado para conseguir um “salvo-conduto” para o filho. Disse que a crise não foi o motivo para a decisão do retorno, mas que sabia que a economia no Brasil estava melhor e que, inclusive, o marido já estava com a agenda cheia de serviços. Sua intenção para o futuro era montar um salão de beleza e oferecer o serviço de unha de gel, muito comum em Portugal.

11) Nome: Sueli

Sexo: F

Estado Civil: Solteiro

Cargo/Ocupação: Empregada de mesa (garçonete)

Origem: Natal/RN

Idade: 25 anos

Grau de Instrução: 1º grau

Tempo de Portugal: 4 anos

Local da Entrevista: trabalho

Data: 20/04/2011

Tem intenção de retorno? não

Relato: Sempre foi garçonete desde que chegou e não quer voltar ao Brasil. No entanto, sente saudades do filho de 3 anos que ficou a mãe e disse que, por ele, pensaria em retornar ou o traria para Portugal/Porto. O namorado é português (também trabalha na lanchonete) e tem vontade de morar no

Brasil um dia. Disse que seu salário continua o mesmo e que um dia quer fazer faculdade lá. Foi para Portugal porque o pai de seu filho e amigos tinham ido antes.

12) Nome: Denise

Sexo: F

Estado Civil: Solteiro

Cargo/Ocupação: Desempregada/Bolsista de doutorado

Origem: Salvador/BA

Idade: 38 anos

Grau de Instrução: Pós-graduada

Tempo de Portugal: 8 anos

Local da Entrevista: Consulado (Porto)

Data: 23/04/2011

Tem intenção de retorno? não

Relato: Está há 8 anos em Portugal/Braga e ficou ilegal um tempo. Por isso, teve que pagar uma coima para se regularizar. Disse que já fez de tudo: faxina, telemarketing, garçomete e guia turística. Está desempregada e vive da bolsa de doutoramento da FCT. Tem um namorado português que foi para Londres, trabalhar. Estava no consulado para fazer uma procuração para a mãe. Não pensa em voltar e diz que adora Portugal, mesmo com a crise. "Não me vejo morando no Brasil." Disse que já está olhando alguns projetos na Universidade para quando a bolsa acabar na área de saúde infantil.

13) Nome: Vanda

Sexo: F

Estado Civil: Solteiro

Cargo/Ocupação: Vendedora

Origem: Ipatinga/MG

Idade: 34 anos

Grau de Instrução: 2º grau

Tempo de Portugal: 10 anos

Local da Entrevista: trabalho

Data: 23/04/2011

Tem intenção de retorno? sim

Relato: Disse que pretende voltar em 2012. Trabalha na Sun Planet (loja de óculos de sol) a 4 anos e disse que é bom, apesar de trabalhar nos finais de semana e feriados. Era técnica de enfermagem (funcionária pública municipal) e veio porque gostou da cidade, depois de vir visitar uma amiga, de férias. Tem carro zero e falou que fez um curso de enfermagem em Lisboa, mas que a área não é valorizada. Ganha mais como vendedora. "Não está valendo a pena."

14) Nome: Cleide

Sexo: F

Estado Civil: Solteiro (vive junto)

Cargo/Ocupação: Manicure

Origem: Janaúba/MG

Idade: 43 anos

Grau de Instrução: 1º grau

Tempo de Portugal: 3 anos

Local da Entrevista: trabalho

Data: 26/04/2011

Tem intenção de retorno? sim

Relato: Nunca esteve regular e fez questão de dizer que nunca teve a intenção porque não quer ficar em Lisboa muito tempo. Foi para Portugal porque uma amiga tinha ido. Hoje, vive com um português e trabalha no salão há um ano. Sempre foi manicure e conheceu o marido português através da irmã, que foi primeiro. Diz que sofre preconceito porque a dona do salão não a deixa fazer massagens e nem depilação. Quer voltar para o Brasil, mas não sabe quando, independente do “marido”. Ela não tem email e conversa com a mãe através do telefone. Disse que nem sabe se os brasileiros estão voltando porque não tem muito contato.

15) Nome: Carolina

Sexo: F

Estado Civil: Solteiro (vive junto)

Cargo/Ocupação: Jornalista

Origem: Cuiabá/MT

Idade: 30 anos

Grau de Instrução: superior

Tempo de Portugal: 11 anos

Local da Entrevista: Cinema São Jorge

Data: 26/04/2011

Tem intenção de retorno? não

Relato: Não quer voltar por causa do namorado (vive há muito tempo com ele). Foi para o Brasil, em dezembro, pela primeira vez em 10 anos e teve vontade de ficar porque viu que os amigos estão bem melhor do que ela. Estava desempregada e era *free lancer*. Com a crise, foi demitida da ACIDI, onde trabalhou por 3 anos. Vive com o subsídio desemprego. Ressaltou a segurança como fator motivacional para permanecer em Portugal. Não sabe se volta um dia.

16) Nome: Sara

Sexo: F

Estado Civil: Casado

Cargo/Ocupação: Dentista

Origem: Sumaré/SP

Idade: 30 anos

Grau de Instrução: pós-graduada

Tempo de Portugal: 8,5 anos

Local da Entrevista: Cinema São Jorge

Data: 26/04/2011

Tem intenção de retorno? sim

Relato: Casou-se com português e disse que pretende voltar ao Brasil com ele. Paga prestação de apartamento em Sumaré, mas seus planos é montar uma pousada em Florianópolis. Disse que a crise não afetou tanto porque mudou sua especialidade a tempo. Passou de clínica geral para ortodontia, no momento certo. A ideia era ir ao Brasil em dezembro de 2011 para olhar sobre a pousada e amadurecer os planos. Disse conhecer muitos dentistas brasileiros que voltaram.

17) Nome: Jenifer

Sexo: F

Estado Civil: Casado

Cargo/Ocupação: Personal Trainer

Origem: São Carlos/SP

Idade: 25 anos

Grau de Instrução: superior

Tempo de Portugal: 4,2 anos

Local da Entrevista: trabalho

Data: 27/04/2011

Tem intenção de retorno? sim

Relato: Veio com o marido para fazer um mestrado na área de Educação Física. Disse que o mestrado em Portugal é mais barato e menos concorrido que no Brasil. Trabalha na Solinca, uma rede de ginásios em Portugal, e o marido trabalha numa importadora. Pretende voltar assim que o curso acabar. Disse que nunca pensou em ficar por lá. “Meu lugar é no Brasil”.

18) Nome: Emerson

Sexo: M

Estado Civil: Casado

Cargo/Ocupação: Taxista

Origem: Belo Horizonte/MG

Idade: 38 anos

Grau de Instrução: 2º grau

Tempo de Portugal: 8 anos

Local da Entrevista: trabalho

Data: 28/04/2011

Tem intenção de retorno? não

Relato: Vai todo ano de férias ao Brasil, mas este ano não foi por causa da crise. “Não sobrou dinheiro para passear lá.” Sempre foi taxista, mas nunca foi proprietário do veículo. Quando chegou, trabalhou 7 meses de garçom num bar de Alfama. Quer voltar, mas tem medo porque não tem estudo. “No Brasil é bom pra quem tem curso superior”. É casado e a esposa trabalha numa fábrica de laticínios em Almada. Conhece várias pessoas que foram e que retornaram a Portugal porque não se adaptaram.

19) Nome: Rozana

Sexo: F

Estado Civil: Solteiro

Cargo/Ocupação: Prostituta

Origem: Uberlândia/MG

Idade: 37 anos

Grau de Instrução: 1º grau

Tempo de Portugal: 10 anos

Local da Entrevista: Centro comercial

Data: 03/05/2011

Tem intenção de retorno? sim

Relato: Nunca teve outra profissão. Conseguiu contrato fictício, como vendedora de loja, e deu entrada na nacionalidade, mas ainda não tem. Tem um filho de 18 anos que estava morando em Portugal com ela há 6 anos, mas desde janeiro de 2011, resolveu mandá-lo de volta porque estava mexendo com drogas. Trabalha em casas alternas e diz que agora, tem várias casas fechando e que demora semanas para receber uma ligação de clientes a procura de seus serviços. Tem um português que a sustenta, mas nunca quis largar a profissão. Ela ganhou um carro zero e ele paga seu aluguel. Disse que ele chegou a dar uma pastelaria para ela, que durou 6 meses. Estava indo pro Brasil, em maio de 2011, para o aniversário do filho e vai sem data de volta. Comprou dois apartamentos em Uberlândia, além de gado e terrenos. “A crise afetou muito o movimento. Há dias que não há cliente.” Noventa por cento dos clientes são portugueses. Pretende montar alguma coisa no Brasil para o filho tomar conta.

20) Nome: Denilton

Sexo: M

Estado Civil: Solteiro

Cargo/Ocupação: Batedor de Chapas

Origem: São João do Oriente/MG

Idade: 26 anos

Grau de Instrução: 1º grau

Tempo de Portugal: 9 meses

Local da Entrevista: Centro comercial

Data: 04/05/2011

Tem intenção de retorno? não

Relato: Primeiro, mudou-se para São Paulo, para ajudar a irmã a tomar conta do filho e começou a mexer com lanternagem. Pagou 12 mil dólares para um coioate para ir para a Califórnia em 2005. Ficou 10 dias no México, pulou o muro e foi pego. Ficou preso 30 dias. Voltou para São João do Oriente/MG e, depois de 20 dias, tentou de novo. O coioate apareceu com o visto do México, mas disse que não sabia que era falso. Quando chegou à Argentina foi deportado, direto para o RJ. Foi para Belo Horizonte/MG onde morou um ano e foi para São Paulo de novo, onde morava na própria oficina mecânica em que trabalhava (2007). Resolveu migrar de novo porque estava endividado por causa das tentativas de entrada nos EUA. Ouviu falar de Portugal, mas não conhecia ninguém. Um dia, conheceu uma moça, teve um filho com ela e foi morar em Campinas. A mãe dela já morava havia 10 anos em Portugal. Assim, a mãe de seu filho foi em maio de 2010 para Portugal e o filho ficou com a mãe dele em São João do Oriente/MG. Em 20 de agosto de 2010, já não namorava mais a moça, resolveu ir para Portugal e trabalhou como pedreiro dois meses, sem contrato. Dormiu na rua e ligou para um tio no Brasil que passou o contato de uma amiga, que o ajudou. Conseguiu emprego na BMW e trabalhava lá no momento da entrevista. Estava irregular e disse que ficou 3 meses sem contrato e já tem 3 meses com contrato, só precisa agendar no SEF. Está ciente da coima. Não pretende voltar porque consegue comprar tudo que quer em Portugal e mandar uma ajuda para o filho.

21) Nome: Cesar

Sexo: M

Estado Civil: Casado

Cargo/Ocupação: Empregado de Mesa (Garçon)

Origem: Jundiaí/SP

Idade: 42 anos

Grau de Instrução: superior

Tempo de Portugal: 10 meses

Local da Entrevista: Casa do Brasil

Data: 05/05/2011

Tem intenção de retorno? sim

Relato: É eletricista e engenheiro eletrônico. Ficou 3 meses desempregado em Portugal, vivendo das economias que trouxe do Brasil. Tem uma filha e esposa que foram para Portugal em novembro de 2010, mas não se adaptaram e voltaram pro Brasil em fevereiro de 2011. Trabalhava numa multinacional, Avoit, que fabrica máquinas para gráficas. Com a crise, foi demitido e conseguiu emprego na Santher, como eletricista, em Bragança Paulista. Formou-se em dez/2009 em engenharia e quis vir para cá porque o salário era muito baixo e a empresa era muito distante de Jundiaí. Sua intenção era entrar por Portugal mas não permanecer lá, e sim ir para outro país da Europa. Ganhava 1.000 euros no restaurante e disse que na indústria portuguesa não há emprego. “Não dá mais porque o FMI chegou.” Já tinha passagem comprada para o dia 17/05/11.

22) Nome: Bil

Sexo: M

Estado Civil: Solteiro (vive junto)

Cargo/Ocupação: Cabeleireiro

Origem: Governador Valadares/MG

Idade: 33 anos

Grau de Instrução: 2º grau

Tempo de Portugal: 8 anos

Local da Entrevista: trabalho

Data: 10/05/2011

Tem intenção de retorno? não

Relato: Disse que após cinco anos que estava em Portugal, resolveu tentar a vida em Contagem/MG e não conseguiu morar lá. Tinha emprego garantido num salão famoso da região no bairro Eldorado, em que um amigo era o proprietário, e disse que o salão foi assaltado quatro vezes em três meses. Depois disso, até o dono do salão se mudou para Portugal. Disse que a crise não afetou os seus rendimentos, mas citou o exemplo de uma cliente que pintava o cabelo toda semana e hoje, vai de dois em dois meses, por causa de dinheiro. “O movimento não caiu por causa dos novos clientes.” Migrou porque tinha um amigo cabelereiro lá. Trabalhava num salão e há 3 anos resolveu montar o próprio. O salão não tem placa, fica no segundo andar de um prédio em Campo Pequeno.

23) Nome: Malu

Sexo: F

Estado Civil: Solteiro

Cargo/Ocupação: Empregado de Mesa (Garçom)

Origem: Ipatinga/MG

Idade: 26 anos

Grau de Instrução: 2º grau

Tempo de Portugal: 4 anos

Local da Entrevista: trabalho

Data: 10/05/2011

Tem intenção de retorno? não

Relato: Foi para Lisboa porque a irmã estava lá. Trabalhava no Centro Comercial Colombo no quiosque de sucos. Atualmente, trabalha numa casa de sanduíches e sucos naturais, na Baixa, criada por um casal de cariocas. Esta casa abriu em março de 2011. Está feliz porque recebe o salário de dois turnos no Suminho, em menos carga horária de trabalho. Nunca esteve ilegal porque o cunhado é português e simulou um contrato fictício de empregada doméstica, antes de conseguir um trabalho. A sua mãe tentou morar lá, mas voltou depois de um ano. Ela também voltou 2 anos atrás e se arrependeu. Ficou apenas dois meses em Ipatinga e resolveu voltar. “O povo estava atrasado, na mesma.” Falou que a crise não a atrapalhou em nada porque não envia dinheiro ao Brasil, apenas dá pra viver.

24) Nome: Zeli

Sexo: F

Estado Civil: Casado

Cargo/Ocupação: Taxista

Origem: Campo Grande/MS

Idade: 45 anos

Grau de Instrução: 2º grau

Tempo de Portugal: 8 anos

Local da Entrevista: trabalho

Data: 11/05/2011

Tem intenção de retorno? sim

Relato: É taxista há dois anos. Já fez faxina, trabalhou em restaurante, loja, entregadora de panfletos e etc. Disse que quer voltar, mas não sabe quando. Sonha em voltar, mas ainda não atingiu seu objetivo, que é comprar um imóvel. É casada com brasileiro e não tem filhos. “Com a crise ficou tudo mais difícil”. Era dona de casa no Brasil e o marido, tinha um emprego na prefeitura. Resolveu emigrar para acompanhar o marido, que arranjou trabalho numa indústria de sapatos, através de um amigo.

25) Nome: Ricardo

Sexo: M

Estado Civil: Solteiro

Cargo/Ocupação: Cozinheiro

Origem: Pouso Alegre/MG

Idade: 34 anos

Grau de Instrução: 2º grau

Tempo de Portugal: 8 anos

Local da Entrevista: trabalho

Data: 15/05/2011

Tem intenção de retorno? sim

Relato: Nunca foi de férias para o Brasil em oito anos de Portugal. Migrou por causa de um amigo, que lhe arranhou um trabalho em restaurante. Manda remessas todo mês e já comprou uma casa. Agora, deseja abrir um restaurante em Alto do Rio Doce/ ES com um cunhado. Sempre trabalhou como garçom e diz ter medo de não se adaptar. Já está com passagem comprada para junho de 2011 e vai direto para Pouso Alegre visitar a mãe.

26) Nome: Patrícia

Sexo: F

Estado Civil: Casado

Cargo/Ocupação: Vendedora

Origem: Porto Velho/RO

Idade: 37 anos

Grau de Instrução: 2º grau

Tempo de Portugal: 10 anos

Local da Entrevista: trabalho

Data: 18/05/2011

Tem intenção de retorno? sim

Relato: Foi em janeiro de 2001 de férias porque seu namorado já estava em Lisboa há nove meses. Sempre trabalhou no Pão de Açúcar até dezembro de 2010, quando seu posto de trabalho foi extinto e conseguiu seu emprego atual na Loja Loccitane. Seu salário era 1.400 euros e passou para 500. Era policial militar em Porto Velho e, quando estava de férias em Lisboa, conseguiu ganhar, num final de semana fazendo promoção de produtos no Pão de Açúcar, o seu salário do mês do Brasil. Com isso e mais o namorado em Lisboa, voltou ao Brasil, pediu exoneração do cargo público e migrou para Portugal. Ficou ilegal seis meses. Casou-se no Brasil quando foi de férias em 2007. O marido conseguiu se legalizar em 2001. Faz curso de estética e pretende voltar daqui a dois anos, quando terminar o curso. Comprou um terreno na praia e em MS. Não pode ter filhos. Sempre trabalhou mais de sessenta horas semanais. Disse que conhece uma família de quatro pessoas, há oito anos em Portugal que diziam que nunca iam embora. Tinha até casa própria e resolveram voltar em dezembro de 2010. Abandonaram tudo e voltaram para Belo Horizonte/MG. Nunca pensou em ficar para sempre. Os dois já possuem cidadania portuguesa.

27) Nome: Clara

Sexo: F

Estado Civil: Casado

Cargo/Ocupação: Vendedora

Origem: Belo Horizonte/MG

Idade: 35 anos

Grau de Instrução: superior

Tempo de Portugal: 3,4 anos

Local da Entrevista: trabalho

Data: 18/05/2011

Tem intenção de retorno? sim

Relato: Tentou ir primeiro para o Canadá e não conseguiu visto. Portugal foi a última opção. Tinha um amigo e ficou na casa dele um mês quando chegou. Começou a trabalhar num restaurante, dentro dos noventa dias permitidos por lei. Quando migrou, trabalhava no Unibanco, como terceirizada no atendimento, há quatro anos. Queria muito morar fora do país. Fez relações públicas na UNI. Depois de 1 ano em Portugal, conseguiu autorização de residência e se matriculou numa escola de inglês. Ganhava 500 euros como vendedora. Depois, foi morar na casa de uma brasileira. Alugava um quarto e conheceu o namorado nesta casa, que também alugava um dos quartos. Trabalha como vendedora numa joalheria há um ano. O namorado é do Paraná e está em Lisboa há 10 anos. O sonho é voltar para o Brasil (Alto Piquiri). Foi ao Brasil em fevereiro de 2011 para conhecer a família do namorado. Agora, mora com ele, desde maio, no Cacém. O namorado ganhava 1400 euros e hoje, 600 euros. Viu que as amigas estão bem no Brasil e diz que poderia ganhar mais. Pretende voltar ano que vem para Alto do Piquiri (PR) porque o namorado tem uma casa lá. Quer montar alguma coisa, mas ainda não sabe o que. “É hora de sair fora. De uns cinco meses pra cá, pessoas que nunca imaginaram voltar, estão voltando, com portugueses. Todo mundo tem planejado voltar.”

28) Nome: Josemar

Sexo: M

Estado Civil: Casado

Cargo/Ocupação: Pintor

Origem: Santa Maria de Jetibá/ES

Idade: 44 anos

Grau de Instrução: 1 grau

Tempo de Portugal: 12 anos

Local da Entrevista: telefone

Data: 27/05/2011

Tem intenção de retorno? não

Relato: Sempre trabalhou na construção civil, mesmo no Brasil. Disse que as coisas encareceram, mas nunca ficou sem emprego. Está na empresa do momento da entrevista há 4 anos. Quer voltar quando se reformar. Já veio casado e a esposa é babá, desde que chegou. Imigrou para fazer um tratamento de saúde da filha, que indicado pelo médico brasileiro, seria mais fácil de conseguir tratamento em Portugal. Hoje, a filha tem 20 anos e está cursando uma faculdade. Suas opções eram Portugal ou Espanha. “O mercado está péssimo”. Ainda não é cidadão e é também *free lancer*. Disse que prefere mão de obra africana a brasileira para trabalhar. Tem casa própria na grande Lisboa e um sócio. Sabe que tem emprego no Brasil, mas disse que já se estabilizou lá. Quando foi para Portugal, pagou 10 mil euros para o coioite e disse que ficou em cativo por um mês, numa casa em Setúbal, seguindo orientações do coioite, que disse ser perigoso sair na rua, sem documentos. Depois de um mês, o coioite arrumou emprego e explicou sobre os procedimentos para se regularizar junto ao SEF. Reconheceu que foi muito inocente e que nunca mais ouviu falar do coioite.

29) Nome: Margarete

Sexo: F

Estado Civil: Casado

Cargo/Ocupação: Manicure

Origem: Ipatinga/MG

Idade: 54 anos

Grau de Instrução: 1º grau

Tempo de Portugal: 16 anos

Local da Entrevista: igreja evangélica

Data: 29/05/2011

Tem intenção de retorno? sim

Relato: Nunca foi irregular. Casou-se com português e tem duas filhas adultas no Brasil. O marido é eletricista. Ela já montou um salão de beleza em Ipatinga, que a irmã toma conta. Já não quer ficar mais. Disse que a crise atrapalhou demais, mas ainda consegue viver bem. Já sofreu preconceito e não tem medo de voltar. Vai todos os anos de férias e fica triste sempre na volta à Portugal. Pretende voltar em dezembro de 2011 e o marido português vai junto.

30) Nome: Leandro

Sexo: M

Estado Civil: Vive junto

Cargo/Ocupação: Cabelereiro

Origem: Belo Horizonte/MG

Idade: 28 anos

Grau de Instrução: 2º grau

Tempo de Portugal: 8 anos

Local da Entrevista: trabalho

Data: 02/06/2011

Tem intenção de retorno? não

Relato: É empregado do atual salão há um ano. Dos oito anos em Portugal, ficou irregular sete. Nunca visitou a família no Brasil. Sempre trabalhou como cabelereiro autônomo. Tem um namorado português e disse que veio por causa de um namorado brasileiro, que hoje é seu amigo e ainda vive em Lisboa. Disse que a crise não afetou seu trabalho e não quer voltar ao Brasil porque em Portugal tem a liberdade que não tem no Brasil. Pagou 600 euros de coima para se regularizar. Vai em setembro de 2011 passar férias.

31) Nome: Adilson

Sexo: M

Estado Civil: Solteiro

Cargo/Ocupação: Balconista

Origem: Ipatinga/MG

Idade: não informada

Grau de Instrução: 2º grau

Tempo de Portugal: 8 anos

Local da Entrevista: trabalho

Data: 10/06/2011

Tem intenção de retorno? não

Relato: Vai sempre de férias ao Brasil de 2 em 2 anos. Disse que a crise não afetou seu trabalho e que pretende voltar, mas não sabe quando. Conhece muitas pessoas que voltaram. Na verdade, planeja no final do ano ir para outro país da Europa. Resolveu migrar porque tinha um tio que morava em Portugal e que trabalhava como garçom.

32) Nome: Ligia

Sexo: F

Estado Civil: Solteiro

Cargo/Ocupação: Vendedora

Origem: Uberlândia/MG

Idade: 28 anos

Grau de Instrução: 2º grau

Tempo de Portugal: 6 anos

Local da Entrevista: paragem do auto-carro

Data: 13/06/2011

Tem intenção de retorno? sim

Relato: Veio por causa de uma amiga e foi ficando. No Brasil, nunca trabalhou e quando chegou em Portugal, foi trabalhar de operadora de caixa no Jumbo. Quer voltar daqui a dois anos quando tiver a cidadania. Disse que não sabe o que é crise porque o centro comercial que trabalha vive cheio e as pessoas compram muito. "A não ser pelo aumento do IVA. Não dá pra juntar nada. Mal dá pra viver." Trabalha no atendimento a clientes de uma grande loja.

33) Nome: Maria José

Sexo: F

Estado Civil: Solteiro

Cargo/Ocupação: Cuidadora de Idosos

Origem: Cambuí/MG

Idade: 54 anos

Grau de Instrução: 2º grau

Tempo de Portugal: 12 anos

Local da Entrevista: consulado

Data: 14/06/2011

Tem intenção de retorno? sim

Relato: Estava no consulado para fazer uma procuração. Nasceu em São Paulo/SP, mas vive numa cidade do sul de minas chamada Cambuí. É cuidadora de idosos desde que chegou e ganha 1.200 euros de salário. Já tem a cidadania, mas faz questão de não falar e nem usar porque tem ódio dos portugueses. "Já comi o pão que diabo amassou e sofro até hoje. Fui muito humilhada." Tem planos de voltar em 2013, assim que acabar de construir sua casa. Já tem um imóvel que rende um aluguel de 500 reais e uma pizzaria em sociedade com um irmão. Disse que nunca ficou desempregada, porém com a crise não consegue enviar tanto dinheiro mais. Veio para Lisboa porque uma amiga estava lá e disse que estava bom. Nunca se casou e não tem filhos.

34) Nome: José

Sexo: M

Estado Civil: Casado

Cargo/Ocupação: Pintor

Origem: Planaltina/DF

Idade: 44 anos

Grau de Instrução: 1º grau

Tempo de Portugal: 11 anos

Local da Entrevista: consulado

Data: 14/06/2011

Tem intenção de retorno? sim

Relato: Nasceu no Maranhão e mora em Planaltina. Migrou porque não tinha emprego e um colega tinha ido e tava ganhando bem. Já tinha experiência de pedreiro no Brasil e deixou dois filhos lá. Era desquitado. Voltou no mesmo ano que migrou, em 2000, e ficou noventa dias no Brasil. Hoje é separado do segundo casamento, em que casou no Brasil por procuração. O casamento durou sete meses. Já tem a cidadania e Já esteve desempregado. Hoje é autônomo. “A crise atrapalhou bastante e a concorrência aumentou muito. As pessoas querem pagar pouco e você, pega o serviço se quiser.” Está pensando em voltar e disse que tem um amigo na França, que disse que tá melhor. “Seria uma outra opção.” Já morou em Londres, Espanha e Irlanda. Vai para o Brasil em Setembro de 2011 com passagem só de ida para ver no que dá. “Tem bastante gente voltando e percebe que não há tanto brasileiros como antigamente.”

35) Nome: Marcos

Sexo: M

Estado Civil: Solteiro

Cargo/Ocupação: Vendedor

Origem: Curitiba/PR

Idade: não informada

Grau de Instrução: 1º grau

Tempo de Portugal: 3 anos

Local da Entrevista: trabalho

Data: 02/07/2011

Tem intenção de retorno? não

Relato: Trabalha numa empresa inglesa que é a preferida dos brasileiros para enviar bens ao Brasil. Todos os brasileiros que foram entrevistados e que tinham data para retornar, escolheram esta empresa para enviar seus bens. Havia propaganda da mesma passando na Record Internacional. Morou em Londres seis anos e está a três em Lisboa. Disse que não se adapta mais ao Brasil porque tudo é muito caro. Tentou ficar três meses e não conseguiu. Disse que 50% das cargas que vão para o Brasil é de brasileiros que retornam de forma definitiva. A crise não afetou seu trabalho porque a empresa atua na capacidade máxima e por isso, consegue manter seu trabalho. Ele é responsável por atender os clientes e ir até a casa destes para empacotar os bens.

36) Nome: Elisa

Sexo: F

Estado Civil: Casado

Cargo/Ocupação: Dona de casa

Origem: Campinas/SP

Idade: 47 anos

Grau de Instrução: 2º grau

Tempo de Portugal: 22 anos

Local da Entrevista: consulado

Data: 22/06/2011

Tem intenção de retorno? sim

Relato: Pagou treze mil euros para enviar sua bagagem. Fechou um contêiner. Estava no consulado sem agendamento e precisava de um carimbo no diploma da filha, autorização para levar o cachorro e de bagagem. Depois de vinte e dois anos em Lisboa, volta ao Brasil em julho de 2011. Ela é esposa de um dentista brasileiro. Nunca trabalhou e foi acompanhando o marido, por causa de um amigo que disse que lá estava bom. Tem duas filhas, uma de 12 e outra de 18. “Não dá mais. Quero ficar ao lado da minha mãe que está doente.” O marido pretende abrir um consultório no Brasil.

37) Nome: Nádia

Sexo: F

Estado Civil: Casado

Cargo/Ocupação: Cabelereira

Origem: Vitoria/ES

Idade: 42 anos

Grau de Instrução: não informado

Tempo de Portugal: 8 anos

Local da Entrevista: consulado

Data: 22/06/2011

Tem intenção de retorno? sim

Relato: Dona de salão na Avenida Almirante Reis. Está com passagem comprada para 13/08/11. Já está com tudo pronto e disse que não volta hoje porque não tem passagem. Tem esposo português e um filho de sete anos. O esposo tem uma pastelaria e vai no final do ano. Pretendem abrir alguma coisa no Brasil, mas não sabem ainda o que será. Foi ao consulado, buscar o passaporte do filho.

ANEXO

Principais tratados internacionais nos quais o Brasil é signatário

Nações Unidas
<ul style="list-style-type: none"> • Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951). Convenção de Genebra, ratificada em novembro de 1960; • Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas (1954). Decreto n°. 4.246, de 22/5/2002; • Convenção para reduzir os casos de Apatridia (1961); • Convenção Internacional contra todas as formas de discriminação racial (1966), ratificada em março de 1968; • Convenção Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), assinada em janeiro de 1992; • Convenção Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos (1966), assinada em janeiro de 1992; • Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados (1967); • Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979). Decreto n°. 4.377, de 13/9/2002; • Convenção contra a Tortura e outros tratamentos ou punições cruéis, desumanas ou degradantes (1984), ratificada em setembro de 1989. Decreto n°. 40, de 15/2/91; • Convenção sobre os Direitos da Criança (1990). Decreto 99.710, 21/11/1990; • Protocolo Adicional à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1999), ratificado em 2002. Decreto n°. 4.316, 30/07/2002; • Protocolo adicional à Convenção contra a Tortura e outros tratamentos ou punições cruéis, desumanas ou degradantes (2002), ratificado em janeiro de 2007. Decreto n°. 6.085, de 19/4/2007; • Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil (2002). Decreto n°. 5.007, de 8/5/2004 de 2004; • Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (2002). Decreto n°. 5.015, de 12/3/2004 de 2004; • Protocolo adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea (2002). Decreto n° 5.016, de 12/03/2004;

<ul style="list-style-type: none"> • Protocolo adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição ao Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças (2002). Decreto nº 5.017, de 12/03/2004.
<p>Organização dos Estados Americanos – OEA</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Convenção sobre Asilo Territorial. Decreto nº. 55.929, de 14/04/1965; • Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1994). Decreto nº. 1.973 de 01/08/1996; • Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores (1994). Decreto nº. 2.740, de 20/08/98.
<p>Organização Internacional do Trabalho – OIT</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Convenção sobre os trabalhadores migrantes (revisada) e Recomendação 86 sobre os trabalhadores migrantes (1949), ratificada em 1965; • Convenção nº. 105, concernente à abolição do Trabalho forçado. Decreto nº. 58.822, de 14/7/1966; • Convenção nº. 111 da OIT sobre discriminação em matéria de emprego e profissão. Decreto nº. 62.150, de 19/01/1968; • C118 Convenção sobre a igualdade de tratamento (seguridade social), 1962, ratificada em 1969; • Convenção nº. 182 da OIT sobre as piores formas de trabalho infantil. Decreto nº. 3.597, de 12/09/2000; • Convenção nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Decreto nº. 5.051, de 19/04/2004.
<p>MERCOSUL</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Acordo sobre Dispensa de Tradução de Documentos Administrativos para Efeitos de Imigração entre os Estados Partes do MERCOSUL, de 15 de dezembro de 2000. Decreto nº. 5.851, de 18/07/2006; • Acordo sobre o Benefício da Justiça Gratuita e Assistência Jurídica Gratuita entre os Estados Partes do MERCOSUL. Decreto nº. 6.086, de 19/04/2007; • Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL, assinado pelos Governos da República Federativa do Brasil, da República Argentina, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai. Decreto nº. 6.105/2007; • Acordo para a Facilitação de Atividades Empresariais no MERCOSUL. Decreto nº. 6.418/ 2008; • Programa MERCOSUL Social e Participativo. Decreto nº. 6.594/2008; • Acordo sobre o Benefício da Justiça Gratuita e a Assistência Jurídica Gratuita

entre os Estados Partes do MERCOSUL, a República da Bolívia e a República do Chile.

Decreto n°. 6.679, de 8/12/2008;

- Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados e Estudos de Nível Fundamental e Médio Não-Técnico entre os Estados Partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile. Decreto n°. 6.729/2009;
- Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do MERCOSUL, a República da Bolívia e a República do Chile. Decreto n° 6.891/2009;
- Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul e seu Regulamento Administrativo. Decreto Legislativo n°. 451/2001;
- Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL. Decreto Legislativo n°. 210/2004;
- Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, Bolívia e Chile. Decreto Legislativo n°. 925, de 2005;
- Acordo sobre Regularização Migratória Interna de Cidadãos do MERCOSUL. Decreto Legislativo n°. 928/2005;
- Acordo para a Criação do Visto MERCOSUL. Decreto Legislativo n°. 346/2008.

Outros Acordos Bilaterais

- Decreto n° 5.105, de 14 de junho de 2004. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios, de 21 de agosto de 2002.
- Acordo de Regularização Migratória Brasil/Bolívia (2005).
- Portaria Interministerial de 28 de agosto de 2006. Dá execução ao Acordo, por troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, para Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL.
- Portaria Interministerial de 27 de outubro de 2006. Dá execução ao Acordo, por troca de notas, entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai, para Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL.
- Decreto n°. 6.737, de 12 de janeiro de 2009. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Bolivianos, celebrado em Santa Cruz da Serra, em oito de julho de 2004.
- Acordo sobre Facilitação de Circulação de Pessoas entre Brasil e Portugal. Decreto n°.

6.427, de 7/4/2008.

- Acordo sobre Concessão de Visto Temporário para Tratamento Médico a Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Decreto n° 6.471, de 4/06/2008.
- Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa Relativo à Readmissão de Pessoas em Situação Irregular. Decreto n°. 3.929, de 19/09/2001.